

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS
CIÊNCIAS E DA SAÚDE



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Rosana Gomes dos Santos Rocha

**Ecomuseu Ilha Grande:
sustentabilidade, cidadania e resistência**

Rio de Janeiro

Janeiro/2019

Rosana Gomes dos Santos Rocha

Ecomuseu Ilha Grande:
sustentabilidade, cidadania e resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro

Rio de Janeiro

Janeiro/2019

Ficha Catalográfica

R672e Rocha, Rosana Gomes dos Santos.

Ecomuseu Ilha Grande : sustentabilidade, cidadania e resistência / Rosana Gomes dos Santos Rocha. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.
147 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

Bibliografia: 132-143f.

1. Museus. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória Social. 4. Conservação dos Recursos Naturais.

CDD 069

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Rosana Gomes dos Santos Rocha

Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção o título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro – Orientador

COC | FIOCRUZ

Prof.^a Dr.^a Inês Cordeiro Gouveia

REMUS/RJ | Rede de Museologia Social

Prof.^a Dr.^a Laurinda Rosa Maciel

COC | FIOCRUZ

Prof. Dr. Ricardo Gomes Lima

UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

COC | FIOCRUZ

Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.
(Karl Marx e Friedrich Engels, 1848)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos em muitos casos podem representar meras formalidades. Para mim, significam o reconhecimento de muitos benefícios recebidos das mais diferentes formas. Acúmulos de gentilezas que permitiram a realização desse trabalho, muitas das vezes em momentos recheados de tensões e incertezas.

Assim sendo, em primeiro lugar, agradeço à minha família, minha mãe Gilda, meu marido Aurélio e meus filhos Lucas e Mateus que tão generosamente me ajudaram.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro, que não só me acolheu, como muito me incentivou e auxiliou no desenvolvimento desse projeto.

Aos professores do Mestrado Profissional de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da COC-Fiocruz, Alda Heizer, Ana Luce Girão, Ana Teresa Venâncio, Inês Andrade, Laurinda Maciel, Lidiane Carvalho, Paulo Roberto Elian, Renato da Gama-Rosa Costa e Sônia Nogueira pelas discussões e aprendizados trocados no decorrer das aulas.

Aos professores da Banca de Qualificação e da Banca de Defesa, pela disponibilidade e contribuições para a conclusão deste trabalho.

Aos profissionais da Secretaria Acadêmica da Casa de Oswaldo Cruz, principalmente Amanda Gutterrez, Christina Rivas e Valéria Souza.

Aos caros colegas que tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado, pelas dicas, leituras e apoio tão importantes ao longo dessa caminhada.

Ao antropólogo Jose do Nascimento Jr. pelas indicações e lembranças compartilhadas e à museóloga Suzy dos Santos, pelas experiências trocadas.

Ao economista Vladimir Palmeira pelas referências, análises e críticas.

Ao antropólogo Ricardo Gomes Lima pelos diálogos e trocas imprescindíveis, como também pelo estímulo aos contínuos questionamentos.

Aos membros da equipe do Ecomuseu Ilha Grande, especialmente Paulo Correa e Valdir Martins, por toda atenção dispensada.

À Sub-reitoria de Extensão e Cultura da Uerj, em particular à sub-reitora Elaine Tôrres, pela compreensão e incentivo durante todo esse período.

Aos gestores do Ecomig Myrian Sepúlveda dos Santos, Ricardo Gomes Lima e Gelsom Rozentino de Almeida e aos museólogos Mário Chagas e Viviane Wermelinger pelos depoimentos prestados de suma relevância.

Aos moradores de Vila Dois Rios e Vila do Abraão, André Luiz Almeida, Bruna Santos, Edervaldo Campos, Getúlio Cantuária, Hotair Souza, Jociléa Pereira, Júlio Cesar de Souza, Kelly Almeida, Maria José Souza, Marilda Caiães, Marilene Campos, Marcos Leitão, Moisés Pereira, Néelson Palma, Pedro dos Santos, Teresa Cantuária e Viviane Oliveira, sem os quais este trabalho não teria obtido o êxito devido.

Por fim, agradeço aos amigos e a todos aqueles que com pequenos gestos e palavras contribuíram decisivamente para o término dessa jornada.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande (Ecomig), visando a apresentação de estratégias de planejamento futuro. Localizado em Vila Dois Rios, município de Angra dos Reis, região da Costa Verde do Rio de Janeiro, o Ecomig passou a ocupar a área onde funcionava o Instituto Penal Cândido Mendes, até o ano de 1994, quando foi implodido pelo governo estadual. A partir de então, em função de um Termo de Cessão de Uso, o local passou a ser administrado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que deveria criar um museu que preservasse o respectivo patrimônio. Trata-se de um lugar de memória de grande relevância, que reúne elementos históricos associados ao meio ambiente e à cultura. Primeiramente, pelo fato de fazer parte da história política do país, tendo em vista o entrelaçamento com o sistema prisional federal, fator constante de conflito social e de violação dos direitos civis. Outrossim, em função dos valores sociais e econômicos devidamente relacionados. Baseado tanto em pesquisa documental, quanto nos relatos do moradores, pesquisadores e gestores do ecomuseu, o trabalho pretende demonstrar a capacidade de transformação desse bem cultural, capaz de conjugar passado, presente e futuro, agregando território, patrimônio e comunidade.

Palavras chave: ecomuseu, patrimônio cultural, preservação, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The present study intend to analyze the process of implantation of Ilha Grande Ecomuseum (Ecomig), aiming at a presentation of future planning strategies. Located in Vila Dois Rios, in the city of Angra dos Reis, in the Green Cost of Rio de Janeiro region, Ecomig started occupying the area where the Instituto Penal Cândido Mendes worked until 1994, when it was imploded by the state government. Since then, due to a Term of Assignment of Use, the place was administered by the University of the State of Rio de Janeiro (Uerj), which should have to create a museum that preserved its patrimony. It is a place of memory of great .relevance, which brings together historical elements associated with the environment and culture. First, because it is part of the country's political history, in view of the interlacing with the federal prison system, a constant factor of social conflict and violation of civil rights. On the other hand, due to social and economic values properly related. Based on documentary research, as well as on the reports of the residents, researchers and managers of the ecomuseum, the work intends to demonstrate the capacity for transformation of this cultural property, capable of conjugating past, present and future, adding territory, heritage and community.

Keywords: ecomuseum, cultural heritage, preservation, sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Ilha Grande	21
Figura 2 – Reprodução de matéria do Jornal Nacional, da TV Globo (1994).....	26
Figura 3 – Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.....	27
Figura 4 – Matéria do Jornal do Brasil, com destaque para a planta do projeto.....	28
Figura 5 – Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.....	29
Figura 6 – Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.....	30
Figura 7 – Janela do presídio da Fazenda Dois Rios, utilizado como prisão.....	31
Figura 8 – Colônia Correccional Dois Rios.....	32
Figura 9 – Matérias Jornal do Brasil e A Noite.....	33
Figura 10 – Colônia Agrícola do Distrito Federal.....	34
Figura 11 – Cópia de matérias do Jornal do Brasil e Última Hora.....	35
Figura 12 – Cópia dos jornais Última Hora, O Fluminense, Jornal do Brasil e revista O Cruzeiro.....	36
Figura 13 – Armazéns do Lazareto	37
Figura 14 – Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense, Última Hora, Jornal do Brasil e revista O Cruzeiro.....	39
Figura 15 – Ruínas da Colônia Penal Cândido Mendes após implosão.....	40
Figura 16 – Vista aérea de Vila Dois Rios.....	40
Figura 17 – O governador Marcelo Alencar entre o reitor da Uerj, Hésio Cordeiro e o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, na Ilha Grande	41
Figura 18 – Cópia dos jornais O Fluminense e Jornal do Brasil.....	42
Figura 19 – Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.....	43
Figura 20 – Centro de Estudo Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads).....	43
Figura 21 – Planta da Situação atualizada de Vila Dois Rios, em 2001.....	45

Figura 22 – Rio Barra Pequena, Vila Dois Rios.....	47
Figura 23 – Ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes	50
Figura 24 – Rios Barra Grande e Barra Pequena	51
Figura 25 – Prédio do antigo Instituto estadual de Florestas (IEF), atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	53
Figura 26 – Escombros do Instituto Penal Cândido Mendes, com o prédio da guarda ao fundo	54
Figura 27 – Área ao lado da entrada principal do presídio, onde funcionaria o Arquivo e a Biblioteca	56
Figura 28 – Prédio da Fazenda Dois Rios, atual Museu do Meio Ambiente.....	57
Figura 29 – Fachada lateral do prédio do antigo cinema do presídio.....	58
Figura 30 – Planta baixa do Centro Multimídia.....	59
Figura 31 – Prédio da padaria do Instituto penal Cândido Mendes.....	59
Figura 32 – Ecomuseu Ilha Grande – Museu do Cárcere.....	62
Figura 33 – Exposição “100 anos de presídios” no Museu do Cárcere.....	63
Figura 34 – Exposição “Comida e Cárcere”, no Museu do Cárcere.....	63
Figura 35 – Sede do Ecomuseu Ilha grande em Vila Dois Rios.....	64
Figura 36 – Roda de Conversa durante projeto Museólogas de Família em Araçatiba.....	65
Figura 37 – O diretor do Ecomig, Ricardo Lima, durante oficina de reciclagem, em Vila Dois Rios.....	66
Figura 38 – Seu Júlio durante exposição “Ecomuseu Recicla”, no Museu do Cárcere, em 2016.....	66
Figura 39 – Replanteio de espécies nativas no Parque Botânico.....	67
Figura 40 – Exposição “Certos Modos de Ser Caiçara”, no Museu do Meio Ambiente.....	68
Figura 41 – Concha Acústica da Uerj, durante ato “Uerj de luto na luta”.....	71
Figura 42 – Matérias veiculadas nos portais da Folha de São Paulo, G1, O Globo, Exame, Jornal do Brasil e Record.....	72
Figura 43 - Marcha pela Uerj, em 7 de junho de 2017, pelas ruas do bairro de Vila Isabel	73

Figura 44 – Porta de entrada do Museu do Cárcere	74
Figura 45 – Biblioteca Comunitária de Palmas, na Ilha Grande	75
Figura 46 – Matérias veiculadas no Jornal do Brasil, Portal Uerj e Agenda Bafafá.....	76
Figura 47 – Maria José Souza, do Bar da Teresa	77
Figura 48 – Ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes	79
Figura 49 – Jociléa Pereira	80
Figura 50 – Júlio Cesar de Souza.....	81
Figura 51 – Bruna dos Santos	85
Figura 52 – Mostra “Comida e Cárcere”, com peças da cozinha do presídio.....	85
Figura 53 – Carta de membros do Comando Vermelho.....	86
Figura 54 – Carta de membros do Comando Vermelho.....	86
Figura 55 – André Luiz Almeida	87
Figura 56 – Hotair Souza	88
Figura 57 – Getúlio Cantuária	90
Figura 58 – Marcos Leitão	92
Figura 59 – Pedro dos Santos	94
Figura 60 – Viviane Oliveira	95
Figura 61 – Néelson Palma	97
Figura 62 – Reabertura do Museu do Cárcere, com a presença da comunidade, em 2016.....	100
Figura 63 – Gráfico de Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil, por denominação.....	101
Figura 64 – Vista da área ocupada pelo Instituto Penal Cândido Mendes, em Vila Dois Rios.....	104
Figura 65 – Vista do Museu do Meio Ambiente, Vila Dois Rios.....	106
Figura 66 – Capela de Nossa Senhora dos Homens, construída em 1938.....	114

Figura 67 – Parte da represa que fazia a captação de água para a usina hidrelétrica.....	117
Figura 68 – Trilha que liga Abraão à Dois Rios.....	118
Figura 69 – Associação de Moradores e amigos da Ilha Grande.....	120
Figura 70 – Rua que dá acesso à praia e à alameda das casas dos moradores de Vila Dois Rios	121
Figura 71 – Vista das ruínas no Parque Botânico	123
Figura 72 – Prédio com celas no Parque Botânico	124
Figura 73 – Recados deixados nos livros da biblioteca da prisão, na década de 1990, com a assinatura dos membros do Comando Vermelho.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM – Associação Brasileira de Museus

ABREMC - Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários

AEDA – Ato Executivo de Decisão Administrativa

AIB – Ação Integralista Brasileira

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

ALN – Aliança Libertadora Nacional

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APA – Área de Proteção Ambiental

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAP-UERJ – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

CCDR – Colônia Correccional de Dois Rios

CEADS – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COC – Casa de Oswaldo Cruz

CPCM – Colônia Penal Cândido Mendes

CREMERJ – Conselho Regional de Medicina

DECULT – Departamento Cultural

ECOMIG – Ecomuseu Ilha Grande

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FBDS – Fundo Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FPJ - Fundação Parques e Jardins

HUPE – Hospital Universitário Pedro Ernesto

IBio – Instituto BioAtlântica

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IPCM – Instituto Penal Cândido Mendes

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPUR – Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

MINON – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica da Santa Cruz

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEIG – Parque Estadual da Ilha Grande

PPC – Policlínica Piquet Carneiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PCRJ – Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PMAR - Prefeitura Municipal da Cidade de Angra dos Reis

REMUS/RJ – Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

SIM – Sistema Estadual de Museus

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SR2 - Sub-reitoria de Pesquisa da Uerj

SR3 – Sub-reitoria de Extensão e Cultura da Uerj

SSC – Subsecretaria de Comunicação

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUNC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TURISANGRA – Fundação de Turismo de Angra dos Reis

UDN – União Democrática Nacional

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

ZHC – Zona Histórico-Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
 CAPÍTULO I – O PRESÍDIO, A UNIVERSIDADE E O MUSEU	
1.1 – A implosão do Instituto Penal Cândido Mendes	26
1.2 – 100 anos de presídio	31
1.2.1 – Vila Dois Rios	31
1.2.2 – Vila do Abrão	37
1.3 – Uerj na Ilha Grande	40
 CAPÍTULO II – UM BRAÇO PARA A CULTURA E O OUTRO PARA A NATUREZA	
2.1 – Um novo tipo de museu	47
2.2 – O museu em processo	51
2.2.1 – O meio ambiente como diferencial	51
2.2.2 – O Centro de Informações	53
2.2.3 – O Museu do Cárcere	54
2.2.4 – O Museu do Meio Ambiente	57
2.2.5 – Centro Multimídia	58
2.3 – O desenvolvimento do projeto	59
2.3.1 – Primeira Inauguração	59
2.3.2 – Reestruturações, reformas e novas instalações	61
2.3.3 – Últimas unidades inauguradas	67

CAPÍTULO III – A COMUNIDADE É O PATRIMÔNIO?

3.1 – A crise na Uerj	71
3.2 – Os reflexos da crise no Ecomig	74
3.3 – A história viva do lugar	79
3.3.1 – A comunidade e o museu	85
3.3.2 – Uma questão de identidade	87
3.3.3 – O olhar para o futuro	92

CAPÍTULO IV – UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO

4.1 – A experimentação ecomuseal	100
4.2 – Uma solução para situações críticas	103
4.3 – Riscos e desafios	106
4.3.1 – O risco econômico	106
4.3.2 – O risco do modelo	108
4.3.3 – O risco da não pertinência	108
4.3.4 – O risco político e de interesses particulares	110
4.4 – Na esteira do desenvolvimento	112
4.5 – Pensando o futuro - ações básicas	114
4.5.1 - Governança participativa	115
4.5.2 – Promoção de parcerias	116
4.5.3 – O incentivo ao turismo	117
4.5.3.1 – Circuito Histórico	117
4.5.3.2 – Transporte	118
4.5.3.3 - Centro de Informações	120

4.5.3.4 – Sinalização	121
4.5.3.5 - Visitas guiadas ao Parque Botânico	122
4.5.3.6 - Museografia e narrativas locais	124
4.5.4 – Comunicação planejada	125
4.5.4.1 – Objetivos principais	126
4.5.4.2 – Objetivos específicos	126
4.5.4.3 – Ações integradas	127
4.5.5 – Educação Patrimonial	127
4.5.5.1 – Ações direcionadas	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	132
ANEXO I	144

INTRODUÇÃO

Os acasos acontecem em estranhas coincidências. Eles nos acenam. E nós, já sabemos do que se trata: uma nova compreensão de coisas que no fundo sempre existiram em nós. (OSTROVER, 1995, p. 273)

Muitos foram os acasos que influenciaram a realização desse trabalho. Circunstâncias inesperadas, imprevistos, sobreposição de ideias, desencadeando um repertório de coincidências que acabaram por revelar uma fonte de inquietação inconsciente, que viria a estruturar-se como objeto de estudo.

O intuito era contribuir para a discussão no campo do patrimônio cultural, pontuando a importância do simbólico, do espiritual, do imaterial como núcleo de resistência aos efeitos da globalização e como ferramenta de desenvolvimento econômico e social. Tal reflexão, sob influência dos ditos acasos significativos, irrompeu na forma de análise sobre o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande (Ecomig).

Sem dúvida trata-se de uma história instigante, recheada de contradições, tensões e conflitos, que aguça a curiosidade, provoca questionamentos e fundamentalmente, reafirma a importância da valorização da identidade, da memória e da história nacional. Erguido sob os escombros de um complexo penitenciário, o lugar guarda lembranças de um sistema decadente e falido, responsável por produzir repetidos atentados à dignidade humana.

Após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes em 1994, pelo governo estadual, um Termo de Cessão de Uso¹ transfere a administração da respectiva área para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que se comprometeu a criar um centro de estudos e um museu, preservando as características do local.

O Ecomig seria inaugurado apenas em 5 de junho de 2009, em Vila Dois Rios, município de Angra dos Reis, região da Costa Verde do Rio de Janeiro. No caso, é subordinado à Sub-reitoria de Extensão e Cultura (SR3) da Uerj, vinculado diretamente ao Departamento Cultural (Decult) da universidade, local onde trabalhava na função de chefe do setor de comunicação. Uma das atribuições do respectivo cargo, era divulgar as atividades artísticas e culturais das unidades do Decult, entre elas, o Ecomuseu Ilha Grande, estabelecendo-se assim, a primeira relação com o objeto de pesquisa.

1-De acordo com o Termo de Cessão de Uso, de 18 de outubro de 1994, a Uerj passou a ser cessionária das antigas instalações e benfeitorias remanescentes das extintas colônias Penal e Agrícola, que precederam o Instituto Penal Cândido Mendes. A área cedida à universidade inclui vales profundos, parte do Parque Estadual de Ilha Grande, restinga, manguezais e rios, como o Andorinhas, o Barra Pequena e o Barra Grande – os últimos dão o nome à Vila Dois Rios.

Dessa forma, houve a oportunidade de se conhecer mais profundamente projetos, objetivos e missão desse equipamento localizado num santuário ecológico, cercado de lendas e tradições. Do mesmo modo, foi possível observar as dificuldades para a manutenção da respectiva experiência, como também os desafios existentes para prosseguir na via da inovação, conforme afirma Varine (2015, p.22). Para ele, um ecomuseu é um “patrimônio vivo”, que deve acompanhar as mudanças da sociedade. A ideia do trabalho, então, era colaborar com o referido processo, elencando os riscos e ameaças que permeavam o cotidiano desse bem cultural, que agrega território, patrimônio e comunidade.

De acordo com Nora (1997, v.3, p.2226, apud GONÇALVES, 2012, p.34), o conjunto de elementos simbólicos que justapõem as realidades intangível e material, constituem “patrimônio memorial de uma comunidade”. Deste modo, o ecomuseu emerge como lugar de memória de grande significância para aquela população. Primeiramente, pelo fato de fazer parte da história política do país, tendo em vista o entrelaçamento com o sistema prisional federal, fator constante de conflito social e de violação dos direitos civis. Outrossim, em função dos valores sociais, ambientais e econômicos relacionados.

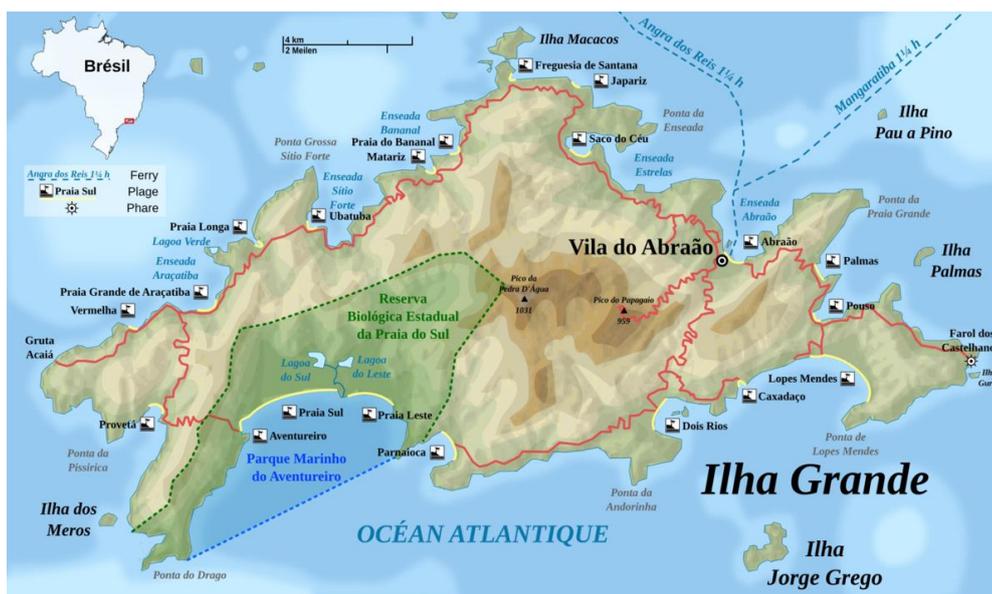


Figura 1 – Mapa da Ilha Grande.

Fonte:wikipedia.org

Situada no litoral sul fluminense, a Ilha Grande possui 193 km² e mais de 100 praias. É considerada a maior de todas as 187 que compõem o arquipélago da Baía da Ilha Grande. Está enquadrada na Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios, cujos objetivos, conforme Lei 9.985 de 12 de janeiro de 2000, são proteger a diversidade biológica, assegurar a

sustentabilidade do uso dos recursos naturais e disciplinar o processo de ocupação. Do mesmo modo, está inserida na Reserva da Biosfera da Unesco, constituindo patrimônio natural irrefutável.²

O vilarejo de Dois Rios fica localizado na costa sul insular, região oceânica, a 11 km da Vila do Abraão, porta de entrada da região. É classificado como Zona Histórico Cultural (ZHC) pelo Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), sendo permitida a visitação em toda a sua extensão, incluindo sítios e monumentos.

Com a demolição do presídio, as galerias transformaram-se em ruínas, mas, alguns prédios como a lavanderia, a padaria, o da guarda, o do cinema, assim como o do destacamento de polícia e um galpão da fazenda de café do século XIX continuaram erguidos. Era preciso criar novas funções para esses espaços, onde memória, cultura e cidadania estivessem presentes. A opção encontrada foi criar um ecomuseu, voltado para a produção de pesquisa, ensino e extensão, colocado a serviço do desenvolvimento da sociedade.

O projeto, elaborado pela socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos,³ com a participação do museólogo Mário Chagas,⁴ seguia os preceitos da nova museologia. O movimento, despontado através da Mesa de Santiago, em 1972, pela Unesco, firmava os princípios do que seria o museu integral, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural”.⁵

Assim, o Ecomuseu Ilha Grande surgia com o objetivo de contribuir decisivamente para o crescimento coordenado da região. De acordo com Rivière (1985, p.182), a noção abrangia um “museu instrumento dos indivíduos e da natureza, museu do tempo, museu do espaço, sendo por isso o local de excelência para a real expressão da humanidade e da natureza”. Segundo

2- As Reservas da Biosfera foram criadas pela UNESCO em 1972, como instrumento de conservação favorecendo soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa, entre outros. Hoje, se encontram espalhadas por 110 países. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foi reconhecida pela UNESCO em 1991. Foi a primeira unidade de conservação desse porte declarada no Brasil, com 78 milhões de hectares, divididos em áreas terrestres e marinhas, nos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica. Trata-se da maior reserva em área florestada do planeta. Ver <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/biodiversity/>. Acesso em: 13 mar. 2018.

3- Myrian Sepúlveda dos Santos é socióloga, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenadora dos grupos de pesquisa Arte, Cultura e Poder e Museu Afro Digital Rio de Janeiro. Em 2000, passou a conduzir o Projeto de Implantação do Ecomuseu Ilha Grande. Sepúlveda foi coordenadora geral Ecomig de 2007 até 2009, quando foi inaugurado o seu primeiro núcleo em Vila Dois, o Museu do Cárcere. Atualmente, participa do Comitê Científico Consultivo do lugar.

4- Mário Chagas é museólogo, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), diretor do Museu da República/Ibram e presidente do Minom (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), organização afiliada ao Conselho Internacional de Museus (Icom). Participou da elaboração do Projeto de Implantação do Ecomuseu Ilha Grande.

5- Ver Ecomuseu Ilha Grande - Projeto de Implantação. Uerj. 2003, p.17.

ele, essa era uma definição evolutiva, que compreendia ao mesmo tempo uma escola, um laboratório e um conservatório, onde cultura e diversidade poderiam dialogar de forma ampla e irrestrita.

Un espejo, donde la población se contempla para reconocerse, donde busca la explicación del territorio en el que está enraizada y en el que se sucedieron todos los pueblos que la precedieron, en la continuidad o discontinuidad de las generaciones (ibid., p.182-183)⁶

No plano inicial estava prevista a composição de quatro núcleos, que deveriam operar em estreita colaboração, organizados nos eixos patrimoniais cultural e natural. As unidades foram caracterizadas como Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Centro Multimídia e Centro de Informações.

A ideia era desenvolver atividades de valorização, preservação e divulgação do meio ambiente, levando em consideração o “entrelaçamento de diferentes forças sociais colocadas em movimento por uma população local, operando com uma noção de território e um conceito de patrimônio global, historicamente determinados”. (UERJ. 2003, p.17) Nesta época, as atividades econômicas da ilha sofreram mudanças bruscas, tanto em função da desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, como com relação à pesca e extinção da indústria de conserva de sardinha.

Tradição caiçara, a pesca artesanal sempre fez parte da cultura das comunidades localizadas no litoral sul fluminense. A prática tem início na infância, com a utilização de canoas esculpidas num único tronco de árvore ou com o uso de pequenas embarcações.⁷

De acordo com relatório do Instituto BioAtlântica (IBio), unidade avançada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), esses profissionais vêm sendo impactados “pelos barcos grandes, traineiras e arrastos que entram para pescar na baía da Ilha Grande e por outro lado pelas agências ambientais”. (Instituto BioAtlântica. 2009, p.45)⁸ Como permanecem mais próximos da costa, onde só é permitida a pesca com linha de

6- Um espelho no qual esta população se olha para se reconhecer, no qual ela procura uma explicação para o território ao qual ela está unida, junto àquela população que a precedeu, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. (Tradução nossa)

7- A canoa caiçara aguarda registro como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN desde 2012. Em função das restrições ambientais, a escolha do tronco para a confecção da embarcação se dá quando se encontra uma madeira caída ou morta, que deve mesclar leveza, resistência ao sol e plasticidade. Entre as principais espécies utilizadas estão o cedro, a timbúria, o ingá amarelo, o caobí, o jequitibá, o goiti, o ingá flecha, o guapuruvu e a figueira branca. Disponível em: <https://issuu.com/bambuluz/docs/dossie_canoa_caicara_iphan>. Acesso em: 12 jul.2018.

8-Ver Síntese do Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande (RJ)- Projeto Mares da Ilha Grande. Instituto BioAtlântica. 2009. <http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/images/stories/IBIO_2009_S%C3%ADntese_do_Diagn%C3%B3stico_Socioambiental_das_Comunidades_de_Pescadores_Artesanais_da_BIG.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

mão, vara ou anzol,⁹ ficam em desvantagem com relação ao aparato que envolve a pescaria industrial. Muitos acabam optando por deixar de exercer a atividade, ou por executá-la de forma parcial.

Com isso, o turismo passou a ser uma das principais fontes de renda. Mas apesar de gerar emprego e lucro, tornou-se fator de devastação ambiental. Turistas desembarcam na Ilha Grande de forma desordenada, sem suporte informacional, fiscalização e infraestrutura. De acordo com a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra), a estimativa é de aproximadamente 500 mil visitantes ao ano.

Considerando o número de habitantes do local em torno de 5 mil pessoas (Censo 2010), com o aumento de visitantes multiplicam-se os problemas relacionados ao esgoto, lixo, construção irregular, segurança e falta de energia. Nos últimos anos, muitas ações foram realizadas pelo Ecomig junto à população local, no sentido de estimular a proteção ambiental e cultural, esclarecendo que a possibilidade de aumento da renda é resultado direto da manutenção da integridade da floresta. Vários projetos e cursos ocorreram de forma a capacitar, educar e informar as comunidades do lugar a esse respeito.

Contudo, desde 2016, o Ecomuseu Ilha Grande vem enfrentando dificuldades. Em função do fato de ser vinculado à Uerj, também sofre com a grave crise que afeta a instituição, por conta da ausência de repasses de verba por parte do governo estadual. Tal situação obrigou o Ecomig a fechar as portas por nove meses no respectivo ano. Uma parceria com a Fundação Parques e Jardins da cidade do Rio de Janeiro e a empresa Dell'Arte Soluções Culturais possibilitou a reabertura do mesmo em novembro de 2016.

Em 2017, a manutenção do equipamento ocorreu de forma precária, levando à suspensão de algumas atividades. Tal retração acabou atingindo os moradores locais, em função deste patrimônio representar um recurso de educação, conhecimento e lazer para a respectiva comunidade.

De acordo com Varine (1995, p.28-29), uma das características de um ecomuseu é ser um processo de construção contínuo, “em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem [...] em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global”. Entretanto, quando de alguma forma essa ação cessa, ‘o museu se torna uma instituição’. Nesse caso, ele poderá se afastar da comunidade, deixando de servir como ferramenta para o desenvolvimento,

9- Ver Portaria SUDEDEPE nº -35, de 22 de dezembro de 1988, em <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1988/p_sudepe_24_n_1988_fiscalizacao.pdf> e Portaria nº 110-N, de 7 de outubro de 1992, em <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1992/p_ibama_110_n_1992_registrogeralpesca.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

tornando-se antiquado, obsoleto. (ibid., p. 29)

Desse modo, a presente proposta visa analisar a importância do Ecomuseu Ilha Grande como patrimônio cultural relevante, capaz de conjugar passado, presente e futuro. Para tanto, além da pesquisa documental, foram entrevistados 17 moradores de Vila do Abraão e Vila Dois Rios, como também os três gestores do Ecomig e dois museólogos que participaram do projeto de implantação.

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, tendo sido cadastrado na Plataforma Brasil sob CAAE¹⁰ número 81683518.1.0000.5241. O período de abrangência do respectivo estudo é do ano de 2007 a 2017.

Assim sendo, no primeiro capítulo é apresentado o contexto histórico e político do processo de implementação do Ecomuseu Ilha Grande. Em função do fato deste passar a ocupar a área onde se localizava o Instituto Penal Cândido Mendes, em Vila Dois Rios, os elementos históricos são fundamentais para exemplificar a importância da criação do respectivo museu, como também para a manutenção dessa memória.

No segundo capítulo, o projeto inicial desenvolvido pela socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos e pelo museólogo Mário Chagas é abordado, com detalhamento dos núcleos propostos. Do mesmo modo, o conceito de ecomuseu é retratado, com base nas ideias de Rivière, Desvallés, Varine e Chagas.

No terceiro capítulo, elabora-se uma análise sobre os impactos do Ecomig junto à população local. Para tal, são considerados os depoimentos dos moradores da região, entrecruzados com as noções de memória de autores como Pollak, Halbwachs, Menezes, Nora, Huyssen, Bosi, etc.

No quarto capítulo são elencadas ações estratégicas que podem servir como planejamento futuro. Nesse caso, foram apontadas as sugestões ofertadas pela comunidade de Vila Dois Rios, com o intuito de auxiliar o desenvolvimento sustentável da região.

Nas considerações finais, é destacado o papel social do Ecomig, responsável por reafirmar a questão da identidade, refletir a resistência cultural local, como também propiciar o exercício da cidadania.

10- A sigla CAAE representa Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPÍTULO I - O PRESÍDIO, A UNIVERSIDADE E O MUSEU.

1.1 A implosão do Instituto Penal Cândido Mendes



Figura 2 -Reprodução de matéria do Jornal Nacional, 1994. Fonte: TV Globo.

Uma nuvem de fumaça amarelada tomava conta do céu de Vila Dois Rios naquela manhã chuvosa. Era 2 de abril de 1994, o dia em que se encerrava a história de um dos mais polêmicos presídios brasileiros, localizado na Ilha Grande, palco de privação de direitos civis, práticas de violências diversas, abuso de poder e corrupção.

Comparado à masmorra ditatorial, o Instituto Penal Cândido Mendes teve o fim decretado pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Foi ele próprio quem apertou o detonador. “Em matéria de presídio, só se consegue extingui-los demolindo”, afirmou Brizola na época, ao jornal *Tribuna da Imprensa*.¹¹

Em menos de três segundos, nove mil metros quadrados do bloco de três andares que abrigava as galerias de celas foram pelos ares.¹² A empresa CDI, especializada em demolições, utilizou uma carga de 200 quilos de dinamite, transformando em passado 16 mil toneladas de entulho.

O projeto de desativação da penitenciária já vinha ocupando as páginas dos principais jornais do Rio de Janeiro há vários anos. Desde a primeira gestão no cargo (1983-1987), Leonel Brizola defendia o potencial turístico e ecológico da Ilha Grande. Nessa ocasião, foi criada a

11- Ver *IMPLODIDO* o presídio na Ilha Grande. *Tribuna da Imprensa*, 4 abr. 1994.,p. 10.

12- Ver *PRESÍDIO* da Ilha Grande é implodido. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1994, p. 11.

Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios, pelo Decreto 9.452, de 5 de dezembro de 1986.¹³

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o governador demonstrava preocupação em codificar toda a legislação sobre o local, uso do solo, disciplina das atividades, construções, empreendimentos, atividades comerciais, industriais e exploratórias. A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) ficou responsável pelo trabalho de normatização.

Antes de terminar o governo procurarei tomar aquela decisão a que for mais indicada em defesa da Ilha Grande, quem sabe chegando até ao tombamento para evitar que surjam dúvidas e que lá ingresse a especulação imobiliária. (BRIZOLA, Leonel. In: FEEMA faz projeto para preservar Ilha Grande. *Jornal do Brasil*, 6 fev. 1987, p. 4-B)

Contudo, durante o governo Moreira Franco (1987-1991) a ideia de extinção do Instituto Penal Cândido Mendes foi abandonada. Em função das péssimas condições dos presídios aliada à uma onda de sequestros que tomava conta do Rio de Janeiro, a administração estadual propôs a transformação da prisão da Ilha Grande em presídio de segurança máxima de responsabilidade federal.



Figura 3 - Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.

13- Com o decreto de criação da APA Tamoios, ficava protegida uma área de aproximadamente 20.636 mil hectares, do município de Angra dos Reis, dividida em parte insular e continental, abrangendo as terras emersas da Ilha Grande. O objetivo era preservar o ambiente natural, paisagens de grande beleza e sistemas geohidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como as comunidades caixaras integradas naqueles ecossistemas. Ver mais em <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018638.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Uma comissão composta por membros do Ministério da Justiça, Secretaria da Justiça (RJ), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Departamento do Patrimônio, Procuradoria Geral do Estado e Desipe considerou a possibilidade de remodelação e recuperação da estrutura do prédio, que se encontrava em calamitoso estado de conservação. Cerca de 300 moradores da região se manifestaram através de documento, apoiando a medida. Para eles, a reforma representava a manutenção dos empregos e a garantia da contenção da especulação imobiliária.

Entretanto, tal proposta não repercutiu positivamente na população do município de Angra dos Reis. O prefeito da cidade, Neirobis Nagae (1989-1992), também era contra a implantação da nova cadeia que concentraria criminosos de alta periculosidade, numa área já consagrada como santuário ecológico. Com os protestos, somados ao alto custo de manutenção do presídio e à possibilidade de construção de penitenciárias federais pequenas e baratas, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, desistiu da reestruturação do lugar.

Assim, em 1991, a questão da desativação do Instituto Penal Cândido Mendes é retomada, passando a fazer parte do plano plurianual do governo estadual. O objetivo era incentivar o turismo ecológico na Ilha Grande, através da transformação da penitenciária em hotel cinco estrelas. Com a ajuda da iniciativa privada, seria erguido um complexo turístico “em forma de aldeamento, com construções baixas e sem elevadores, para 600 pessoas”, conforme matéria veiculada no Jornal do Brasil, em 11 de setembro de 1991.



Figura 4 - Matéria do Jornal do Brasil com destaque para a planta baixa do projeto.

O projeto previa ainda a existência de restaurantes, equipamentos com banheiros e chuveiros, além de um museu com exposições permanentes sobre a história do presídio e um centro de estudos e pesquisa de apoio à preservação da ilha, ligado à instituições públicas e

entidades internacionais. Na planta baixa elaborada pela Secretaria Estadual de Planejamento, verificava-se que o empreendimento ocuparia toda a extensão de Vila Dois Rios.

Em contrapartida, a empresa vencedora da licitação construiria módulos penitenciários em locais a serem determinados pelo governo do estado, num total de 2 mil vagas, assim como um hospital na cidade de Angra dos Reis, para atender a 500 pessoas.

Para a implosão do presídio da Ilha Grande, todavia, o governador Leonel Brizola iria enfrentar o descontentamento da prefeitura de Angra dos Reis que impetrou liminar suspendendo a ação. O prefeito Luiz Sérgio de Oliveira (1993-1996) se baseava num estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que recomendava um plano socioambiental integrando atividades econômicas tradicionais, como a pesca e o turismo ecológicamente sustentado.

De acordo com ele, era grande o risco de especulação imobiliária, pois “o presídio tinha uma contradição, mesmo sendo um mal, garantia a preservação da Ilha”. Oliveira lembrou que entre os maiores proprietários da região estavam Bradesco, FB Empreendimentos Turísticos, Phidias imobiliária, Castor de Andrade, Israel Klabin e Reverforme Comércio e Representação Ltda.¹⁴



Figura 5 - Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.

14- Ver matéria ESTUDO da UFRJ sobre impactos socioambientais desativação do presídio sugere integração entre tradição e turismo ecológico. *Jornal do Brasil*. 4 abr. 1994. Ecologia, p.1.

Em resposta, o governador do estado seguiu o cronograma planejado, participando pessoalmente da demolição do “Caldeirão do Inferno”. Antes disso, demonstrou inconformismo diante das ações de resistência, através de artigo veiculado nos jornais Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil.

É inacreditável o que fez o PT, através da Prefeitura de Angra dos Reis, que controla, para tentar embargar e impedir a desativação e eliminação do presídio da Ilha Grande, daquelas masmorras tantas vezes utilizadas como prisão política e que constituem uma chaga no processo de desenvolvimento harmônico de toda essa enorme área de preservação e de incalculável potencial turístico. Liminares, alvarás, explorações mesquinhas e desarrazoadas, tudo para impedir que meu Governo consuma a extinção daquela monstruosidade. (BRIZOLA, Leonel. A estratégia das elites. *Jornal do Brasil*. 3 abr. 1994, p.4.

Apesar das inúmeras tentativas, a ideia de se instalar um complexo turístico em Vila Dois Rios foi rejeitada. Entre os impedimentos, os zoneamentos estabelecidos pelo Plano Diretor de Angra dos Reis, que tornava a área não edificada, além das determinações do governo federal referentes ao impacto sobre o meio ambiente. Segundo o secretário estadual de Justiça do Rio de Janeiro, Artur Lavigne, o local seria destinado à pesquisa científica, tendo em vista os “vestígios intocados de Mata Atlântica, e uma grande flora e fauna marinha para serem estudados”.¹⁵

É nesse cenário que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro assume a responsabilidade pelos 14 mil metros quadrados de entulho, história e memória de 100 anos de presídio na Ilha Grande.



Figura 6 - Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.

15- Ver matéria UERJ ocupará a área de presídio da Ilha Grande. *Jornal do Brasil*. 30 abr. 1994, p.12.

1.2. 100 anos de presídio

1.2.1 - Vila Dois Rios



Figura 7 - Janela do prédio da Fazenda Dois Rios, utilizado como prisão. Foto: Rosana Rocha

A história da Ilha Grande se confunde com a do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro. Em Vila Dois Rios, antiga sede de uma fazenda de café no séc. XIX, localizada na costa sul da região insular, vários foram os modelos de presídios implementados. O primeiro, “Colônia Correccional dos Dous Rios” foi instaurado através do Decreto 1.794 de 11 de setembro de 1894, com o intuito de receber condenados por vadiagem, prostituição e prática da capoeira.¹⁶ A instituição durou apenas três anos, sendo reinaugurada em 1903.¹⁷

Muitos são os relatos de maus tratos, trabalhos forçados, castigos violentos e promiscuidades. De acordo com Santos (2018, p.35) “as instalações da Colônia Correccional de ois Rios (CCDR) eram precárias, e a disciplina próxima à barbárie”.

Muitas dessas atividades eram muito pesadas, sendo reportadas diversas denúncias, por exemplo, devido à exploração do trabalho nas “turmas da viga”, que eram aquelas em que os internos traziam troncos pesadíssimos da mata, que ficava ao redor da Colônia. O trabalho mais leve o da “turma da tindá” era aquele que os internos faziam serviços domésticos nas casas dos funcionários. (SANTOS, 2018, p.51)

16- Decreto nº 1.794, de 11 de Setembro de 1894. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1794-11-setembro-1894-501408-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

17- Ver as matérias: EMBARQUE de presos - A Colônia Correccional. *Jornal do Brasil*. 11 de março de 1903, p. 2.; ABERTURA do Congresso. *Gazeta de Notícias*. 5 de maio de 1895. p 1 e INAUGURAÇÃO. *A República*. 9 de junho de 1903, p.2.

Na obra “Memórias do Cárcere”, o escritor Graciliano Ramos, detido no local em 1935, narra a rotina de humilhações pelas quais os presos eram submetidos.

Através das barras de ferro uma turba confusa me surgia de chofre, corpos indecisos a mexer-se, em pé, de cócoras, estendidos, espalhando o surdo rumor já notado enquanto me raspavam a cabeça. Nenhuma particularidade, som ou visão, se destacava nessa balbúrdia. Apenas o novelo animado a desdobrar-se no escuro e o burburinho a rolar. Um cheiro desagradável, complexo, indeterminado, provocava tosse. (RAMOS, 1984, p. 62)



Figura 8 - Colônia Correccional Dois Rios. Foto: Acervo Edison Manhães.
Fonte: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com.br>

Entre as diversas lembranças do período sombrio que viveu em Dois Rios, o autor enfatiza a questão da violação aos direitos humanos. De acordo com ele, entre as privações, também estavam incluídas a comida insalubre.

[...] logo veio a comida: feijão negro, farinha, um pedaço de carne. Uma insignificância, ninguém podia alimentar-se com tão pouco. Mas o que me assombrava era o aspecto da bóia. Horrorizei-me, pensando em vômito, em lata de lixo. Afirmando a mim mesmo ser impossível um estômago suportar aquilo, observava o contrário, numerosas pessoas devorando sôfregas, insensíveis à porcaria e ao cheiro teimoso de podridão. [...] Na farinha escura havia excremento de rato. (ibid., p. 76-77)

Em função da situação decadente das instalações da colônia correccional, o governo federal autoriza “a construção de um grande complexo arquitetônico para abrigar a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal”, em Vila Dois Rios, no ano de 1938. A intenção era promover a recuperação dos detentos através do trabalho rural. (SANTOS, 2018, p. 51)



Figura 9 - Matérias Jornal do Brasil e A Noite.¹⁸ Foto: Acervo Edison Manhães.
 Fonte: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com.br>

Em pleno Estado Novo, presos comuns se misturavam com presos políticos. Nomes como Agildo Barata (PCB), Carlos Marighella (PCB), Belmiro Valverde (AIB), Gregório Bezerra (PCB), Lauro Reginaldo da Rocha (PCB), Flores da Cunha (UDN), fazem parte da lista de ilustres que passaram pelo presídio. De acordo com Santos (2018, p.71), havia um tratamento diferenciado para os presos políticos, que podiam circular pela vila, tomar banho de mar, trabalhar em serviços de carpintaria, pintura, ou mesmo morar junto com as famílias nas casas de Dois Rios.

Muitos presos políticos moraram fora do presídio com suas famílias, com os filhos frequentando a escola existente na vila e tendo apenas que se apresentar na portaria da Colônia pela manhã e à tarde. (SANTOS, 2018, p.71, apud Ferreira, 1992)

Contudo, os relatos sobre as condições degradantes da penitenciária permaneciam. Castigos violentos, trabalhos forçados, cubículos insalubres faziam parte do dia a dia dos internos. É nessa época que a prisão muda novamente de nome e transforma-se em Colônia Agrícola do Distrito Federal, conforme decreto-lei n. 4.103, de 9 de fevereiro de 1942.¹⁹

Entretanto, a administração penitenciária não conseguia resolver as questões referentes às fugas e superlotação. De acordo com Santos (2018, p.185), isso aumentava ainda mais o controle através da violência. No caso, o castigo para os fugitivos envolvia uma dose de vingança

18- Ver CRIADA a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal. *Jornal do Brasil*. 9 mar 1938, p.2; “O decreto-lei n. 319”. A Noite. 10 mar 1938, p.2.
 19- O Decreto-lei 4103 de 9 de fevereiro de 1942 transfere a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha para a Ilha Grande, com o nome de Colônia Agrícola do Distrito Federal.

por parte dos guardas, porém, entre os presos a truculência não era menor. O detento Júlio Almeida²⁰ lembra que reações fortes lhe garantiram o respeito dos reclusos e dos funcionários em algumas ocasiões:

Vi muita foiçada no pescoço, machadada na cabeça, a troco de nada. Eu mesmo dei uma bordoadada na cabeça de um com uma cadeira só porque ele foi me levar café na cama. (...) Deixei esperar a hora do pátio. Tinha um caixote de botar lixo. Plantei o caixote na cabeça dele. Ele foi para o hospital e eu para o castigo (ibid., p. 185-189)



Figura 10 - Colônia Agrícola do Distrito Federal. Foto: Acervo Edison Manhães. Fonte: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com.br>

Na década de 1960, as verbas se tornaram mais escassas. A colônia virou responsabilidade do então Estado da Guanabara. Notícias sobre falta de alimentos e objetos utilitários, assim como registros de tumultos e rebeliões tomavam conta das manchetes dos jornais da capital fluminense.

Desde então, já se cogitava a ideia da extinção do presídio, pelo fato deste comprometer a segurança da população dos municípios de Angra dos Reis e Parati.²¹ No entanto, após a instauração do Ato Institucional Número Cinco (AI-5) ampliando as funções repressivas do

20- Último preso da Ilha Grande, Júlio Almeida foi condenado a 60 anos de prisão. Com a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994, ganhou liberdade condicional. Porém, como já vivia há 32 anos na ilha, permaneceu em Vila Dois Rios, morando em uma das residências locais, junto com a família. A liberdade definitiva chegou em 2014. Na época, ele já havia se tornado pescador e artesão. “Seu Júlio” continuou no vilarejo até o dia da sua morte, aos 87 anos, em 8 de abril de 2018. Ver <oglobo.globo.com/rio/depois-de-32-anos-ultimo-presos-da-ilha-grande-aguarda-liberdade-definitiva-13931435> e <<https://tribunasulfluminense.com.br/morre-aos-87-anos-ultimo-presos-da-ilha-grande/>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

21- Ver as matérias: GOVERNO toma a frente pela devolução da Ilha Grande. *Última Hora*. 12 dez 1961, p.3 e REVOLTA de presos na Ilha Grande. *Última Hora*, 14 dez 1961, p.3.

poder executivo, o governo militar decidiu manter a prisão da Ilha Grande, enviando para lá banqueiros do jogo do bicho e presos políticos.²²



Figura 11 - Cópia de matérias do Jornal do Brasil e Última Hora.

Com o recrudescimento do regime, as arbitrariedades e práticas de violência aumentavam. Conforme Santos (2018, p. 223), casos de espancamentos, torturas, fugas e morte de presos vinham se intensificando nos anos 1970. Neste período, o local passou a se denominar Instituto Penal Cândido Mendes (ibid., p.40).

Buscando combater a violência excessiva na cadeia, um grupo de presos políticos liderados pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) se uniu para formar uma cooperativa de trabalho e um centro recreativo. A intenção era transmitir conhecimentos aos presos comuns, para que estes pudessem compreender o processo de funcionamento do sistema penitenciário, responsável pela reprodução de estigmas e segregação social.

Com isso, estudos e debates eram promovidos junto com novas normas de convivência, que incluía a restrição ao uso de tóxicos.²³ Esse movimento deu origem ao Comando Vermelho, que iria se tornar uma das mais perigosas facções criminosas do estado do Rio de Janeiro. Entre os bandidos famosos, Lúcio Flávio, André Torres, Willian da Silva Lima e José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha.

22- Ver ILHA Grande vai receber a partir de hoje bicheiros e presos políticos do Rio. *Jornal do Brasil*. 27 dez 1968, p.18.

23- Ver COMANDO de Assassinos domina o Sistema das Penitenciárias. *A Luta Democrática*. 19-20 out 1980, p.1.

Os assaltantes de bancos foram doutrinados pelos presos políticos (...) ninguém pode mais violentar o companheiro, não pode cometer assaltos e homicídios, e nem cobrar os famosos “pedágios” nos corredores das galerias. Quem vacilar num desses itens morre... (COMANDO de Assassinos domina o Sistema das Penitenciárias. A Luta Democrática, 19-20 out 1980, p.1)



Figura 12- Cópia dos jornais Última Hora, O Fluminense, Jornal do Brasil e revista O Cruzeiro.

Com o passar do tempo, a degradação do sistema carcerário se estendia. Fugas eram cada vez mais comuns. Entre as mais célebres, a do traficante de drogas José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, que foi resgatado de helicóptero durante o horário de visitação de parentes aos internos, em 31 de dezembro de 1985. Numa ação audaciosa, a aeronave teria pousado no pátio da prisão, recolhendo o criminoso sem qualquer reação policial.²⁴

Dessa forma, a proposta de desativação do presídio com a intenção de se privilegiar o turismo da Ilha Grande começava a ser estudada pelo governo fluminense. Em entrevista ao jornal Última Hora, em 15 de setembro de 1983, o secretário estadual de Justiça, Vivaldo Barbosa, apontava que o alto custo para a manutenção da instituição era o principal motivo para a sua remoção.²⁵ Contudo, outros veículos de comunicação indicavam que tratava-se de extinguir uma estrutura de coerção, que incidia diretamente na violação dos direitos humanos.

24- Ver A MAIS espetacular das fugas de Escadinha. *Folha de São Paulo*. 18 jan. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u44119.shtml>>. Acesso em: 4 jun. 2018.
 25- Ver VIVALDO: Ilha Grande vai se desativada. *Última Hora*. 15 set. 1983, p. 8.

Os 509 internos do presídio de ilha grande [...] vivem misturados ao lixo. Muitos dormem em chão de cimento e alimentam-se de uma comida que provocou ânsia de vômito ao repórter. Bebem água contaminada de fezes de urubus - alguns estão com hepatite e outras doenças. [...] há os que enlouqueceram vítimas de espancamentos constantes. (NOS presídios um quadro de horror. *A Luta democrática*. 29 mar. 1983, p.1)

1.2.2. Vila do Abraão

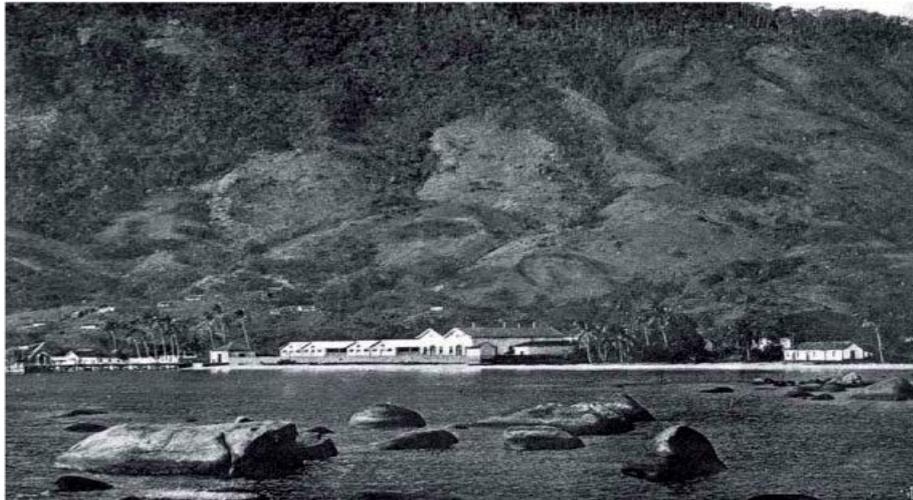


Figura 12- Armazéns do Lazareto. (Barbosa, Rezende, 1909) Fonte: Myrian Santos.

Na Vila do Abraão, desde 1886 funcionava o Lazareto, um centro de triagem e isolamento para passageiros dos navios que chegavam aos portos brasileiros apresentando algum tipo de enfermidade.²⁶ Nessa época, epidemias como o cólera assombravam o continente. Buscando impedir a propagação de doenças infectocontagiosas, o governo imperial mandou construir em 1884, um local para a desinfecção e quarentena na Ilha Grande.²⁷

O Lazareto foi sendo desativado gradativamente, em virtude do progresso da política sanitária que era desenvolvida no país no início do séc. XX.²⁸ Em 1925 foi transformado em prisão militar. Porém, foi na gestão de Getúlio Vargas (1930-1945), a

26- Ver as matérias: LAZARETO Ilha Grande. *Jornal do Commercio*. 18 ago 1885, p.1; LAZARETO. *Jornal do Commercio*. 28 nov 1885. p.2 e; REGIMENTO Interno Lazareto. *O Paiz*. 24 nov 1886, p.1.

27- A lei nº. 3.228, de 3 de setembro de 1884 autoriza o Ministério dos Negócios do Império a despender até a quantia de 500:00\$000 com medidas preventivas contra a invasão do Cólera-Morbus no Império. Disponível em : <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=544999&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

28- Em 1903, o médico sanitário Oswaldo Cruz foi responsável por promover uma grande campanha para acabar com pestes e epidemias que assolavam a capital federal. Entre elas, febre amarela, varíola e peste bubônica. Medidas enérgicas foram tomadas, como o combate a ratos e mosquitos, bem como a obrigatoriedade da vacina contra a varíola e a desinfecção dos portos, que incluía a utilização de postos flutuantes, hospitais de isolamento e vigilância médica em terra. (SANTOS, 2007, p. 1186)

partir da Revolta Constitucionalista de 1932 que a instituição começou a receber presos políticos. Entre eles, o escritor Orígenes Lessa, que deixou registrado em livro as péssimas condições do lugar.

O aspecto dos alojamentos impressiona. Homens barbudos, semi-nus, cabisbaixos, amontoados pelo chão. Alguns gargalham rudemente, gritam insultos, soltam blasfêmias. Outros passeiam sombrios, a mão na barba, o pensamento longe. Muitos estão estirados na esteira, devorando uma revista, lendo os anúncios com uma paciência infinita, com ar interessado de quem vai comprar. Nunca se leu tanto anúncio. (LESSA, Orígenes. “Ilha Grande”, 1933, pp. 45-46.)

Em 1942, após obras de adaptação, os prédios do antigo lazareto passaram a funcionar como Colônia Penal Cândido Mendes.²⁹ De acordo com o decreto-lei 3.971 de 24 de dezembro de 1941, a instituição iria abrigar condenados com bom comportamento, que já tivessem cumprido parte da pena.

Entretanto, a medida não prosperou. Na década de 1950, os relatórios do presídio demonstravam a existência de detentos com os mais diferentes tipos de sentença. Muito embora reformada, a estrutura física do local era deficiente, não havia galeria de celas, faltava segurança. (SANTOS, 2018, p.154-155)

Com isso, muitos sentenciados viviam fora dos muros da penitenciária, mantendo as próprias roças, como colonos livres. De acordo com Madame Satã, personagem emblemático da noite carioca que esteve preso na colônia penal durante os “anos dourados”, os diretores tinham dificuldade de manter o controle local.

[...] a fabricação de facas aumentava diariamente. E a venda de bebida alcoólica também aumentava. E as negociações com a maconha também. Eles não sabiam como acabar com isso e nem sabiam que muitos presos tinham plantações de maconha na ilha... (ibid., p.155, apud PAEZZO, 1972, p.171-2)

Segundo Santos (2007, p. 1190), esse regime de maior liberdade ocorria em função do isolamento da Ilha Grande. Os presos perambulavam pela Vila do Abraão e muitos chegaram a escapar do local. Contudo, as fugas não eram tão fáceis, pois ao se embrenharem na mata, “encontravam como obstáculos a dificuldade de sobrevivência, as patrulhas treinadas e os diversos habitantes da ilha que colaboravam com a captura”.

Ao mesmo tempo, a falta de recursos só acirrava ainda mais a condição desumana nas celas localizadas à beira-mar, “úmidas, escuras e fétidas”. (id., 2018, p.158) Denúncias de

29- Ver “Colônia Penal Cândido Mendes”. Jornal do Brasil. 19 de abr. 1942, p.2.

irregularidades como regime de fome e espancamentos surgiam com mais frequência nos jornais, em função da crise financeira que assolava o sistema penitenciário.

Não temos roupa de cama nem calçados [...]. Deveria vir aqui na Ilha Grande uma Comissão Parlamentar de Inquérito e verificar a péssima situação em que vivemos. Quando chove, o alojamento fica cheio d'água. (PRESOS da Ilha Grande acusam: passam fome. *Tribuna da Imprensa*. 3 jan. 1961, p. 7)



Figura 14 - Cópias dos jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Fluminense*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e revista *O Cruzeiro*.

Relatos de violência sexual também eram constantes. Na reportagem para a revista *O Cruzeiro*, em junho de 1962, o jornalista Jorge Audi indica que os alojamentos sem qualquer separação acabavam propiciando intimidades indesejadas entre presos primários e veteranos.

Nesses tipos de alojamentos, é muito comum a violência sexual que liquida qualquer resquício de decência que o presidiário queira conservar. Para esses violentados será inútil criar qualquer tipo de salvação. Eles terão enraizado o maior ódio à sociedade que ofenderam [...]. A Ilha Grande, onde esses atentados são mais frequentes, por esta e outras razões devia ser eliminada do nosso sistema penal. (A ILHA do Diabo existe. *O Cruzeiro*, 10 jun. 1961, p. 86-93.)

Após visitar as instalações do lugar, o governador Carlos Lacerda (1960-1965) decide destruir a Colônia Penal Cândido Mendes, através de decreto, assinado em 19 de dezembro de 1962. De acordo com a revista *O Cruzeiro*, de 2 de março de 1963, a ação teve como objetivo dar fim aos massacres de presos, “as fugas, a promiscuidade, os vícios, as ameaças às famílias dos guardas, o inferno da Ilha do Diabo”.³⁰

30- Ver A ILHA onde o diabo morou. *O Cruzeiro*. 2 de março de 1963, p. 25-27.

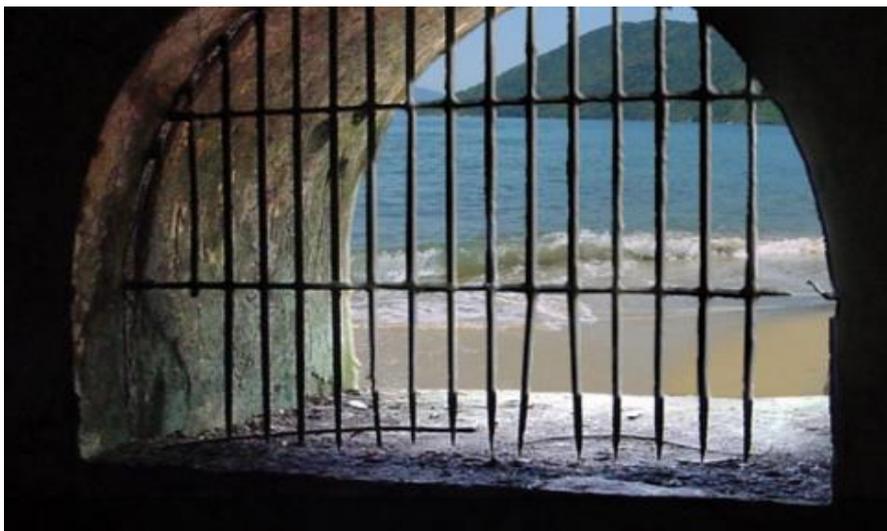


Figura 15 - Ruínas da Colônia Penal Cândido Mendes, após implosão.
Fonte: <http://www.ilhagrande.org/pagina/lazareto-ilha-grande>

[...] a Colônia Penal Cândido Mendes, a ser extinta brevemente, jamais será reconstruída. Seus condenados serão transportados para um presídio, em construção, em Bangu ou na Penitenciária da Frei Caneca. _ A Colônia da Ilha Grande é um atentado à dignidade humana. (LACERDA vai acabar com presídio da Ilha Grande. *Tribuna da Imprensa*. 25 set. 1961, p.4)

1.3. Uerj na Ilha Grande



Figura 16 - Vista aérea da Vila Dois Rios. Fonte: Ilha Grande-Brasil @igbrasil

Passados seis meses da implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), assumia a área que anteriormente havia sido destinada ao presídio da Ilha Grande. O Termo de Cessão de Uso, assinado em 18 de outubro de 1994,

transferia à instituição de ensino superior todo o território da Vila Dois Rios, incluindo imóveis, ruínas, os rios Andorinhas, Barra Pequena e Barra Grande, manguezais, restinga e parte da Mata Atlântica.

Com incentivo do governo do estado do Rio de Janeiro, seria implantado o primeiro campus universitário avançado para estudos voltados para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. O governador Marcello Alencar (1995-1998) buscava avançar na política de gestão ambiental do Rio de Janeiro, elegendo a Costa Verde como local apropriado para tal empreendimento.

Esse não é um lugar só nosso. Não é um lugar só dos moradores de Angra dos Reis, nem só dos brasileiros. Aqui eu espero ver surgir um centro da inteligência que vai definir o futuro angustiante do desequilíbrio ecológico. (ALENCAR, Marcello. In: UNIÃO se alia ao estado para defesa ambiental. *Jornal do Brasil*. 20 fev. 1995, p.13)

Na época, Alencar chegou a inaugurar uma Unidade Descentralizada da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na região. A ideia era atuar em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, a prefeitura de Angra dos Reis, representantes da sociedade civil como o diretor-executivo do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito, o cirurgião plástico Ivo Pitanguy, o empresário e presidente do Fundo Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (FBDS), Israel Klabin e a Uerj, através do reitor Hésio Cordeiro.³¹ Para tal, foram firmados convênios e acordos de cooperação.



Figura 17 - O governador Marcello Alencar entre o reitor da Uerj, Hésio Cordeiro e o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, na Ilha Grande. Foto: Evandro Teixeira
Fonte: *Jornal do Brasil*. 20 fev. 1995, p.13

31- Ver UNIÃO se alia ao estado para defesa ambiental. *Jornal do Brasil*. 20 fev 1995, p.13.

No caso, a proposta de instalação de um campus universitário na Ilha Grande teve origem início dos anos 1980. Em 1983, o ex-prefeito do Rio de Janeiro (1979-1980), Israel Klabin, já anunciava ao jornal O Fluminense que a Uerj criaria um centro de estudos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, que teria a participação de instituições nacionais e estrangeiras.³²



Figura 18 - Cópias dos jornais O Fluminense e Jornal do Brasil.

Dez anos depois, o assunto retornava à pauta dos jornais. Na ocasião, o deputado estadual Carlos Minc (PT) informava ao O Fluminense, que a região iria abrigar o Instituto de Oceanografia e Aquicultura da Uerj. Na Tribuna da Imprensa, a medida era defendida pelo então candidato ao governo do estado do Rio pelo PT, Jorge Bittar, como política para a área do meio ambiente.³³

Entretanto, as atividades da Uerj em Vila Dois Rios só começariam após finalizados os trâmites legais. Em 1995, trabalhos de pesquisa sobre Ecologia e Biologia de Moluscos eram iniciados, ainda de forma precária, tendo como base a antiga casa do diretor do presídio. No ano seguinte, o governo federal iria efetuar a transferência dos bens da União para a universidade, através de decreto,³⁴ impulsionando o prosseguimento das obras de implantação do campus Ilha Grande. (UERJ. 2001, p.13).

O Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads) da Uerj foi inaugurado em 18 de setembro de 1998, em Vila Dois Rios, com a presença do governador

32- Ver EX-PREFEITO apóia campus avançado. *O Fluminense*. 6 jan 1983, p.5.

33- Ver as matérias: PT propõe governo moderno para o Rio. *Tribuna da Imprensa*. 2 jul 1990, p.3 e ALTERNATIVA para presídio. *O Fluminense*. 5 jul 1990, p.4.

34- Decreto nº 22.698 de 19 de novembro de 1996.

Marcello Alencar. A sede, localizada no prédio do destacamento da Polícia Militar, passou por reformas para abrigar salas de aula, laboratórios multiuso, biblioteca e auditório, como também alojamentos para atender aos estudantes e pesquisadores, além de lavanderia, cozinha e refeitório.



Figura 19- Cópia dos jornais Tribuna da Imprensa, O Fluminense e Jornal do Brasil.

Desde então, o Ceads passou a promover o ensino para alunos de graduação e pós-graduação, fomentar pesquisas e realizar cursos de extensão com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento autossustentável da ilha. Desse modo, o centro tornou-se responsável por projetos ambientais distribuídos em várias áreas do conhecimento, como antropologia, botânica, ecologia, educação, engenharia, geociências, nutrição, oceanografia, sociologia e zoologia.



Figura 20 - Centro de Estudo Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads).
Foto: Rosana Rocha

Entre as atividades em destaque, o Clube de Ciências, Mexilhões em mar aberto, Videoteca Itinerante, Educação Ambiental, assim como a orientação da população quanto à prevenção e controle de doenças, preservação da biodiversidade, destino do lixo, saneamento básico, e manutenção das fossas.

Contudo, além da criação de um centro de estudos destinado à proteção do ecossistema da Ilha Grande, outras determinações do Termo de Cessão de Uso assinado em 1994 deveriam ser atendidas. Estavam previstas “a instalação e a administração de um museu que busque preservar os vários aspectos que envolvem a memória e as características do local e da região”, como também a manutenção do traçado das “vias”, “jardins” e “praças” existentes, além da estrada de 12 km que permitia a ligação com a Vila do Abraão.

Não era uma questão simples. O território de Vila Dois Rios estava totalmente inserido na área de proteção do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), conforme decreto de 1971, estando submetido a um regime especial de administração.³⁵ Do mesmo modo, o plano diretor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, de 1994, determinava os critérios de ocupação do solo para a região do PEIG, proibindo parcelamentos e edificações.³⁶

Desse modo, em 2001, a Uerj elaborou um novo planejamento do espaço urbano, integrando todas as atividades previstas no acordo subscrito, em consonância com as legislações em vigor.³⁷ Na planta, foram indicados os imóveis que já vinham sendo utilizados pela população local para reuniões, lazer, atendimento médico, cultos evangélicos e residências, o prédio do Ceads e três núcleos do Ecomuseu, que já se encontravam em processo de formulação. (UERJ. 2001, p.34-35)

35- Ver Decreto Estadual nº 15.273, de 26 de junho de 1971, disponível em <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdq4/~edisp/inea0048971.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2018.

36- Ver Decreto Estadual nº 20.172, de 01 de julho de 1994, disponível em <http://www.angra.rj.gov.br/sapo/_uploads/SAD/doc/concurso/Decreto_estatual_20172_94.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

37- Por força de diversos atos legais, a Ilha Grande faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica declarada pela UNESCO (1991); é considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal, pois possui uma vegetação de Mata Atlântica e está localizada na Zona Costeira (1989); é declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico pela Constituição Estadual; é tombada como Monumento Natural pela Secretaria de Estado de Cultura; integra a Área de Proteção Ambiental de Tamoios; tem três áreas sob regime especial de administração (Parque Estadual da Ilha Grande, Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e Parque Estadual Marinho do Aventureiro). Ver mais em <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi2/~edisp/inea0026630.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.



Figura 21 - Planta da Situação atualizada de Vila Dois Rios, em 2001.
Fonte: UERJ. Projeto Campus Ilha Grande.

1. Capela
2. Centro de Convivência
3. Unidade Básica de Saúde
4. Centro de Reuniões Científicas
5. Ecomuseu - Museu do Meio Ambiente
6. Casa para Cultos Evangélicos
7. Ecomuseu - Museu do Cárcere
8. Ecomuseu - Centro Multimídia
9. Centro de Convenções
10. Ceads
11. Zona-Administrativa

Na proposta original, ficariam preservadas as edificações e o traçado das ruas e avenidas, aproveitados os escombros do presídio para um parque da flora local como também para a construção de um quebra-mar e para a recuperação da estrada entre Abraão e Vila Dois Rios. Da mesma forma, as fontes de energia suja deveriam ser substituídas por limpa, através do uso de combustíveis renováveis.

As casas dos moradores seriam reformadas, porém, as muretas de contorno deveriam permanecer na cor branca e com o desenho característico. A Associação dos Moradores de Vila Dois Rios seria ampliada, o casarão do diretor se transformaria em centro de reuniões e algumas residências seriam destinadas aos órgãos estaduais como Polícia Florestal, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Com relação ao museu, um conceito mais alargado foi proposto, o de ecomuseu, cujo objetivo era “preservar a história da Ilha Grande, e os vários aspectos que envolvem o respeito à natureza, e a conservação do meio ambiente, viabilizando o turismo organizado e a natureza do local”. (UERJ. 2001, p.46)

O Museu do Cárcere ocuparia o prédio da guarda do presídio, com três salas de exposições, sendo uma sobre a história do sistema penitenciário e um pátio para projetos de cultivo de espécies da flora local. O Museu do Meio Ambiente, ficaria localizado na sede da Fazenda Dois Rios, com mostras temporárias e permanentes, oficinas, reserva técnica, carpoteca e estufas.

O Centro Multimídia com salas de exibição de filmes e vídeos, espaços multimídia e locais para exposições, seria instalado no lugar onde funcionava o cinema do Instituto Penal Cândido Mendes. Para receber os visitantes, um serviço de informações estava previsto para ser realizado em Vila do Abraão, no prédio do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

O Ecomig surge como um processo institucional de caráter universitário, voltado para a realização de programas de pesquisa, ensino e extensão e claramente colocado ao serviço do desenvolvimento da sociedade local. A articulação do Ecomuseu com comunidades globais, tendo como pano de fundo o tecido que se configura a partir das linhas de força da população, do patrimônio cultural (material e espiritual) e do território, deixa patente que não se trata de uma concepção de “museu ilhado”, (...) trata-se de um museu processo. (UERJ. 2003, p.18)

Entretanto, o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande ainda levaria algum tempo para se concretizar.

CAPÍTULO II - UM BRAÇO PARA A CULTURA E O OUTRO PARA A NATUREZA

2.1 - Um novo tipo de museu



Figura 22 - Rio Barra Pequena, Vila Dois Rios. Foto: Rosana Rocha

De acordo com Mário Chagas (2007, p.222), o campo museal está em movimento tanto quanto o domínio patrimonial. São áreas que se interpenetram, se mesclam, se desconectam, como “instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentido”, ligando indivíduos e tempos diversos. Nesse jogo que envolve memória e esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, destruição e preservação, é fundamental compreender como se dá essa dinâmica social.

Ao contribuir para a constituição e a dilatação do domínio da cidadela patrimonial o campo museal se vê igualmente forçado a uma dilatação e reorganização dos seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. (CHAGAS, 2007, p.219)

Nos anos 1970, a museologia tradicional passa a ser questionada em vários lugares do mundo. A Mesa Redonda de Santiago, ocorrida em Santiago do Chile, em 1972, firma os princípios do que seria o museu integral, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural.” (UNESCO, 1972)³⁸

Do mesmo modo, a Declaração de Quebec, em 1984, na ocasião do I Atelier Internacional Ecomuseu/Nova Museologia vinha promover avanços no respectivo campo. Segundo Duarte (2013, p.109), o documento defendia os “princípios de base de uma nova

38- Ver Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Disponível em: http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2011/04/copy_of_declaracao-da-mesa-redonda-de-santiago-do-chile-1972.pdf Acesso em: 10 abr. 2018.

museologia’, reconhecendo outras formas museais, afirmando “a função social do museu e o caráter global das suas intervenções”.

Assim, experiências inovadoras surgiam no México, na França, na Suíça, em Portugal, no Canadá, entre outros. De acordo com Chagas (2007, p.219), essa ampliação da esfera patrimonial foi fundamental para a organização do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se consolidaria na década de 1980.

Os novos tipos de museus romperam fronteiras e limites, quebraram regras e disciplinas, esgarçaram o tecido endurecido do patrimônio histórico e artístico nacional e estilhaçaram-se na sociedade. As suas práticas de mediação atualizaram a potência de uma *imaginação* que deixou de ser prerrogativa de alguns grupos sociais. Não se tratava mais, tão-somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese e de desenvolver práticas em que o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto, poderia ser utilizado inventado e reinventado com liberdade, pelos mais diferentes atores sociais. Por essa estrada, o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma das partes constitutivas da nova configuração museal. (CHAGAS, 2007, p.219-220)

É neste contexto que aflorava o conceito de ecomuseu. O termo foi proposto por Hugues de Varine em 1971, durante almoço em um restaurante de Paris. Entre os presentes, o assessor do Ministro do Meio Ambiente da França, Serge Antoine e o museólogo George Henri Rivière. Na ocasião da 9ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), realizada em setembro do mesmo ano na cidade francesa de Grenoble, a expressão foi pronunciada publicamente, pelo então ministro Robert Poujade. (Museum Internacional. 1985, p. 184)

C’était à l’occasion de la neuvième Conférence générale de l’ICOM, tenue à Grenoble en 1971. Le ministre devait prononcer une allocution devant les participants; Rivière et de Varine-Bohan lui avaient fait part de nouveaux courants qui se manifestaient dans le monde des musées, des idées novatrices qui se faisaient jour à propos du rôle du musée en matière de pédagogie, de prise de conscience du patrimoine non par un “public”, mais pour et par une “communauté”. Ainsi était né un nouveau mot. (Museum Internacional. 1985, p. 184)³⁹

De acordo com Rivière (1985, p.182), um dos principais pensadores sobre o assunto,⁴⁰ a noção abrangia um “museu instrumento dos indivíduos e da natureza, museu do tempo, museu do espaço, sendo por isso o local de excelência para a real expressão da humanidade e da natureza”. Segundo ele, essa era uma definição evolutiva, que compreendia ao mesmo tempo

39- Foi por ocasião da 9ª Conferência geral do ICOM, realizada em Grenoble, em 1971. O ministro deveria fazer um discurso aos participantes; Rivière e Varine-Bohan haviam lhe contado a respeito das novas tendências que se manifestavam no mundo dos museus, das novas idéias que surgiam sobre o papel do museu em matéria de pedagogia, de tomada de consciência do patrimônio não por um “público”, mas para e por uma “comunidade”. Assim nasceu uma nova palavra. (Tradução nossa)

40- Ver Images de l’ecomusée. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347fo.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

uma escola, um laboratório e um conservatório, onde cultura e diversidade poderiam dialogar de forma ampla e irrestrita.

Un miroir où cette population se regarde, pour s'y reconnaître, où elle recherche l'explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l'ont précédée, dans la discontinuité ou la continuité des générations. (RIVIÈRE, 1985, p.182-183)³¹

A ideia de um museu que demonstrasse o homem em seu tempo e espaço, ambiente natural e cultural, convidando a população para participar de seu próprio desenvolvimento, reverberou no campo da museologia. Conforme Varine (1985, p.185), este seria um museu à serviço da sociedade, um “patrimônio global”. No caso, um instrumento que deveria operar a partir de um tripé de base, reunindo território, patrimônio e população.

Pour moi qui ai inventé, presque par hasard, le vocable d'ecomusée, son destin est difficilement compréhensible. Quant à son contenu, malgré les efforts de Georges Henri Rivière pour lui donner une forme et une signification, il varie d'un site à l'autre, du centre d'interprétation à l'outil de développement, de la maison de parc au musée artisanal, du conservatoire ethnologique au centre de culture industrielle. (VARINE., 1985, p.185)³²

Já para Desvallées (1992, p.59), a questão central imposta é o homem, considerando seu ambiente, suas crenças e suas atividades. De acordo com ele, “o ponto focal do museu não é mais o "artefato", mas o homem em sua plenitude”, buscando a valorização de diferentes contextos.

De forma complementar, Varine (1995, p.28) vem defender a ideia de museu como ferramenta de desenvolvimento. Segundo ele, “o museu de comunidade é um parceiro para o desenvolvimento, um mediador de mão dupla entre os atores do desenvolvimento e a comunidade”. Para isso, considera necessário que haja o envolvimento de todo o território e de todo o patrimônio da comunidade, num processo de construção contínuo.

Como o próprio desenvolvimento, o museu de comunidade é mais bem descrito como um processo. Ele certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser

41- Um espelho no qual esta população se olha para se reconhecer, no qual ela procura uma explicação para o território ao qual ela está unida, junto àquela população que a precedeu, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. (Rivière, 1985, p.182-183, tradução nossa)

42 - Para mim, que quase por acaso inventei a palavra ecomuseu, seu destino é difícil de entender. Quanto ao conteúdo, apesar dos esforços de Georges Henri Rivière para dar forma e significado, ele varia de um lugar para outro, de um centro de interpretação para um instrumento de desenvolvimento, de um museu parque para um museu de artesanato, um conservatório etnológico, um centro de cultura industrial. (VARINE, 1995, p.185, tradução nossa)

vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global. (VARINE, 1995, p.28-29)

Neste processo de representação e inclusão cultural propiciado pela prática ecomuseal, a memória pode vir a ter uma função emancipadora ou coercitiva, como analisa Mário Chagas (2009, p.73-74). Para ele, “marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes”, como também pode favorecer a elaboração de estratégias para a “troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos”.



Figura 23 - Ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes. Foto: Rosana Rocha

Da mesma forma, conforme indica Rossi (2010, p.24-25), ao se interligar passado, presente e futuro a questão identitária surge como resistência comum ao esquecimento. A memória, como propriedade de conservar informações, atualizar impressões e ordenar vestígios, é um elemento essencial dessa identidade, que nas palavras de Le Goff (1996, p.423-426), torna-se instrumento e objeto de poder.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (GOFF, 1996, p.426)

Chagas (2009, p.76), por sua vez, defende a utilização do poder da memória ao serviço dos indivíduos e das sociedades locais, favorecendo os processos identitários e propostas alternativas transformadoras. Para ele, um dos perigos é “a saturação de memória do passado, a saturação de sentido e o conseqüente bloqueio da ação e da vida”.

O uso social do bem cultural passa necessariamente através da democratização do acesso ao patrimônio cultural, da democratização da produção cultural e da incorporação ao patrimônio cultural brasileiro de representações de memória de origens sociais diversas. (CHAGAS, 1999, p. 117)

No caso do Ecomuseu Ilha Grande, a preservação da memória torna-se um dos pilares da criação desse projeto. De acordo com a socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos (2018, entrevista),⁴³ era fundamental “refletir um pouco sobre o que é o sistema carcerário no Brasil”. Para ela, tratava-se de uma possibilidade de diálogo com a população extramuros sobre como se dá a luta pela sobrevivência dentro das prisões.

Minha preocupação era desterritorializar esse museu, no sentido de que ele pudesse fazer com que os visitantes se preocupassem, tivessem uma certa empatia por aqueles que lá ficaram presos, e compreendessem o que hoje nós chamamos de uma história difícil. (SANTOS, 2018, entrevista)

2.2 - O museu em processo

2.2.1 - O meio ambiente como diferencial



Figura 24 - Rios Barra Grande e Barra Pequena. Fonte: Google Maps.

Vila Dois Rios é protegida por diferentes unidades de conservação, que têm a função de salvaguardar a diversidade biológica, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos

43- Entrevista com a socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos, concedida à autora, em janeiro de 2018, sobre o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande.

naturais e disciplinar o processo de ocupação.⁴⁴ Como toda a Ilha Grande, faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios, está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da Unesco,⁴⁵ além de estar enquadrada dentro do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG).⁴⁶

Em vista disso, o vilarejo é cercado por vegetação nativa típica de manguezais, restinga e floresta tropical, com incidência de diversas espécies de orquídeas, bromélias e samambaias.⁴⁷ Do mesmo modo, é atravessado pelos rios Barra Grande e Barra Pequena, que deságuam nos dois extremos da praia, responsáveis por dar nome ao lugar e contribuir para a preservação do ecossistema aquático da região.

Durante o processo de implementação do Ecomuseu Ilha Grande, a questão geográfica relacionada às bacias fluviais que cortam a vila foi fundamental para a concepção final do projeto. De acordo com Mário Chagas,⁴⁸ os dois rios indicariam o diferencial e o caminho a ser traçado pelo ecomuseu.

Esse ecomuseu de saída, ele há de ter dois rios. Ele haveria de ter um braço de rio na direção da cultura, um braço de rio na direção do natural e daí a ideia de ecomuseu coadunava com isso, estava adequada à essas ideias. (CHAGAS, 2018, entrevista)

Para Chagas, não havia como se pensar na possibilidade de um museu clássico, nos moldes tradicionais. Segundo ele, a proposta a ser contemplada deveria ser de “um museu que buscasse uma interface, uma relação mais aprofundada com a comunidade local”.

Dessa forma, o ecomuseu apresentava-se então, como instrumento apropriado para “desenvolver programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse social”, com o objetivo de promover atividades de valorização, proteção e

44- O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é criado através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Conforme art.1º, as unidades de conservação são "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei". Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.

45- A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foi reconhecida pela UNESCO em 1991. Foi a primeira unidade de conservação desse porte declarada no Brasil, com 78 milhões de hectares, divididos em áreas terrestres e marinhas, nos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica. Trata-se da maior reserva em área florestada do planeta. Ver <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/biodiversity/>

46- Ver Decreto 15273 de 26 de junho de 1971 e Decreto 40602 de 12 de fevereiro de 2007 em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdq4/~edisp/inea0048971.pdf> e <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi2/~edisp/inea0026734.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

47- Ver Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/bmvh/mdey/~edisp/inea012819.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

48- Entrevista com o museólogo Mário Chagas, concedida à autora, em março de 2018, sobre o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande.

divulgação “do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha”. (UERJ. 2003, p. 17)

Nesse sentido, configurava-se o conceito de museu processo, adotado por Hugues de Varine, baseado no tripé patrimônio, território e população. Na proposta original, esses três aspectos seriam “trabalhados através de quatro núcleos iniciais”, operando em estreita colaboração, organizados nos eixos cultural e natural. (UERJ. 2003, p.17)

Na lógica desse planejamento, o território a ser considerado é a própria ilha, a população é formada pelos moradores de Vila Dois Rios, comunidades das praias vizinhas e pesquisadores; o patrimônio envolve os bens naturais e culturais da região. Assim o conjunto museal “articula-se a uma perspectiva de desenvolvimento socioambiental que tem vínculos estreitos com comunidades globais”. (UERJ. 2003, p.17)

2.2.2 - O Centro de Informações



**Figura 25 - Prédio do antigo Instituto Estadual de Florestas (IEF), atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA), responsável pela gestão do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG).
Foto: Rosana Rocha**

Uma das portas de entrada para o Ecomuseu Ilha Grande ficaria localizada na Vila do Abraão, no prédio do antigo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Lá seria instalado o Centro de Informações, um lugar de recepção e acolhimento para visitantes e moradores da região, que oferecesse dados sobre as atividades culturais, turísticas e de desenvolvimento sustentável existentes na ilha.

De acordo com Mário Chagas (2018, entrevista), a ideia era criar um ponto de referência onde o turista pudesse receber um tratamento ecomuseal, compartilhando conhecimentos sobre o patrimônio tangível e intangível da Ilha Grande, como também proporcionando experiências

diretas de interação com tais práticas e saberes. Uma das opções seria estabelecer um circuito de visitação através das trilhas, interligando o Ecomig aos demais atrativos naturais e turísticos.

Ali a pessoa teria videos, informações variadas sobre a ilha, sobre moradores da ilha, em seguida seria levado até Vila Dois Rios, ou ao Lazareto, se assim quisesse. A nossa ideia era do museu ser composto de várias trilhas, ou de vários percursos. Um que poderia ir na direção do Lazareto, onde tem o aqueduto, outro na direção mesmo de Vila Dois Rios, e outras possibilidades, trilhas que pudessem ser feitas por dentro da mata, para outras praias, etc. (CHAGAS, 2018, entrevista)

Para isso, seria articulado um sistema de guiamento com os jovens da comunidade local. O trajeto do Abraão até Vila Dois Rios poderia ser efetuado à pé ou por transporte, estabelecendo uma forma de aproximação com o público. Segundo Chagas (2018), havia ainda a intenção de que mesmo “de um modo simplificado, isso pudesse contribuir para a geração de renda para a comunidade, que eles pudessem se beneficiar”.

A questão de como ficaram as populações locais e as transformações ocorridas é uma preocupação muito grande nossa. O Ecomuseu tinha muito forte _ ainda tem, não sei se conseguiu cumprir_ a missão de empoderar a população local. (SANTOS, 2018, entrevista)

Além disso, o centro funcionaria como uma caixa de ressonância do Ecomuseu Ilha Grande. Na proposta original, esse seria um espaço para a realização de palestras, oficinas, seminários, apresentações de filmes, espetáculos culturais, reuniões comunitárias, entre outros. (UERJ. 2003, p.30)

2.2.3 O Museu do Cárcere



Figura 26 - Escombros do Instituto Penal Cândido Mendes, com o prédio da guarda ao fundo.
Fonte: artcultpoder.org.br

Definido como museu de sítio, este núcleo do Ecomig seria construído na área dos escombros do Instituto Penal Cândido Mendes, com o intuito de preservar a história do sistema prisional na Ilha Grande. O primeiro, destinado à exposições diversas, seria instaurado nas salas remanescentes do prédio da guarda, localizado na entrada principal da edificação.

De acordo com o projeto, era preciso salvaguardar a memória do lugar, que por um século funcionou como colônia correccional, penitenciária agrícola e estabelecimento de segurança máxima. Durante todo esse período, não foram poucos os relatos de violência, repressão e maus tratos sofridos pelos internos, que tanto podiam ser criminosos de alta periculosidade, como presos políticos, vadios, vagabundos e capoeiras.

As atividades carcerárias exercidas na ilha durante praticamente um século serão apresentadas através de objetos, fotografias, quadros explicativos e maquetes que expressem o resultado de pesquisas baseadas em história documental e oral. (UERJ. 2003, p.32)

No imaginário social, a ilha ocupava uma posição ambígua, pois era “ao mesmo tempo um território paradisíaco e um território infernal e por isso mesmo é uma metáfora da vida”. (UERJ. 2003, p.32) Dessa forma, além da história do presídio, era fundamental valorizar a cultura local, reservando espaço para mostras sobre a prática da canoagem, a utilização de plantas para tratamentos medicinais, entre outras.

O segundo módulo seria o Pátio das Ruínas, constituído pelos destroços da penitenciária. O local receberia tratamento paisagístico, com o plantio de bromélias e demais plantas nativas, auxiliando na proteção à memória social e do meio ambiente. Nesse pátio, placas e painéis fariam a sinalização de pontos do antigo presídio. As guaritas seriam abertas à visitação, tendo em vista a ampla visão que permitiam do interior da instituição como também do seu entorno.

Na parte destinada ao parque, ficariam dispostas coleções de espécies vegetais, sementes e frutos encontradas na Ilha Grande, acompanhadas de registros fotográficos, com as devidas identificações. Do mesmo modo, estava prevista a criação de uma estufa para o cultivo de bromélias, entre outras variedades de plantas, por meio de reprodução genética.

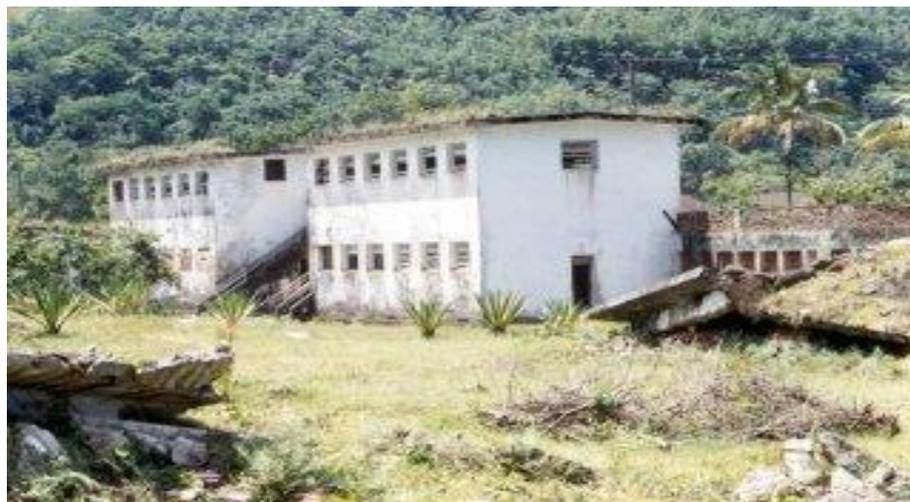


Figura 27 - Área ao lado da entrada principal do presídio, onde funcionaria o Arquivo e a Biblioteca. Fonte: Uerj - Projeto Ecomig.

O módulo Arquivo e Biblioteca ficaria localizado ao lado do prédio da guarda, com o objetivo de conservar a documentação referente ao Instituto Cândido Mendes. No Arquivo ficariam depositados cerca de 40 mil documentos provenientes de todas as fases do presídio da Ilha Grande.

Entre eles, ofícios, memorandos, pedidos de almoxarifados, mapa de movimento de material, telegramas, faturas, despachos, radiogramas, lista de bens móveis e imóveis, lista de remédios, folhas de pagamento _algumas para a construção de residências para presos políticos. Da mesma forma, boletins de serviço, livros da guarda, cartas de internos recebtadas pela polícia e papéis relativos à fugas, conflitos e regimes de encarceramento.

Parte desse material foi recolhida pelos moradores de Vila Dois Rios dos escombros, após a implosão da penitenciária. São acervos de fotos, filmes, além de relatórios e processos, formando coleções particulares, necessitando passar por restauração e digitalização, para posterior divulgação.

Há a necessidade de uma política diversificada de preservação desse acervo para que ele não se perca. Assim que forem apresentadas à população local as condições de preservação dos documentos, muitos dos documentos hoje guardados precariamente serão doados à UERJ. (UERJ. 2003, p.39)

A Biblioteca iria constituir um conjunto de obras relativas ao meio ambiente, história e cultura da Ilha Grande, a ser disponibilizado para estudantes, visitantes e pesquisadores que chegassem ao local. Do mesmo modo, reuniria as publicações das atividades desenvolvidas pelo Ceads na região, como também os mais de 60 livros adquiridos pelos internos durante a passagem deles pela penitenciária.

Informações relacionadas às metas estabelecidas pelo projeto do campus da Ilha Grande deverão ser proporcionadas pela biblioteca. O complexo formado pelo arquivo e biblioteca deverá incorporar tecnologias avançadas na preservação e divulgação de documentos, bem como de publicações especializadas e de interesse ao grande público. (UERJ. 2003, p.39)

2.2.4 - O Museu do Meio Ambiente



Figura 28 - Prédio da Fazenda Dois Rios, atual Museu do Meio Ambiente. Foto Rosana Rocha.

Instalado num prédio do século XIX que fez parte da Fazenda Dois Rios,⁴⁹ o Museu do Meio Ambiente também seria constituído por três módulos: Sala de Exposições, Sala de Atividades Lúdicas e Educativas e Espaço Extramuros. A ideia era promover a educação da população com relação à preservação ambiental, através de interação direta com a sociedade.

Em função da posição central e da área interna, o lugar abrigaria recepção _com exibição de vídeos e material informativo_, loja, guarda-volumes, sanitários e um pequeno café. O local comportaria ainda dois laboratórios, reserva técnica e setor administrativo.

A Sala de Exposição alternaria mostras de curta e longa duração. Entre elas, o mapeamento da flora e fauna da região bem como os trabalhos desenvolvidos pelo Ceads. Da mesma forma, havia a previsão de receber “acervos de grande dimensão como esqueletos de baleias ou canoas”. (UERJ, 2003, p.40)

Na Sala de Atividades Lúdicas e Educativas, estariam disponíveis jogos, experimentos

49- Escritura de 15/12/1884, do Tabelião Francisco Pereira Ramos, transcrita no Registro de Imóveis, no livro 4-x-3, fls.82 e 83 verso, sob o nº 78, em 30/7/1885, apud Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande - INEA, 2011, p.70.

e montagens para serem utilizadas durante práticas com crianças e jovens. Já o Espaço Extramuros seria voltado para o planejamento e execução de roteiros ecomuseais terrestres e marítimos, visitas guiadas à trechos de trabalho de campo na região, como também para organização de exposições itinerantes sobre o meio ambiente.

O Museu do Meio Ambiente pretende ser um espaço dinâmico, capaz de traduzir para uma população bem ampla, que extrapole os limites territoriais da Ilha grande, investigações de grande sofisticação teórica realizadas no âmbito da Universidade. (UERJ, 2003, p.42)

2.2.5 - Centro Multimídia



Figura 29- Fachada lateral do prédio do antigo cinema do presídio. Foto: Rosana Rocha

O Centro Multimídia seria instaurado no edifício do antigo cinema do presídio. Esse núcleo seria responsável pela preservação e dinamização da memória audiovisual da Ilha Grande, através da constituição de um acervo de imagens sobre o local.

Entre os objetivos, catalogar filmes sobre a região, registrando depoimentos dos diretores, produtores, atores e profissionais envolvidos na realização das respectivas obras. Do mesmo modo, reunir entrevistas com ex-funcionários do Instituto Penal Cândido Mendes e moradores locais.

Uma das atividades centrais, portanto, será a construção de um centro de memória audiovisual em articulação com o Arquivo, em que antigos guardas penitenciários, PMs, detentos e moradores locais darão depoimentos sobre suas histórias. (UERJ, 2003, p. 47)

Além disso, caberia ao Centro Multimídia desenvolver material sobre as atividades da Uerj no campus Ilha Grande, com destaque para os trabalhos realizados pelo Ecomig, como

também promover concursos de vídeo e fotografia, mostras, livros, CDs e páginas na internet. De modo igual, a unidade seria responsável pela organização de debates e simpósios sobre temas relacionados à questão do audiovisual na região.

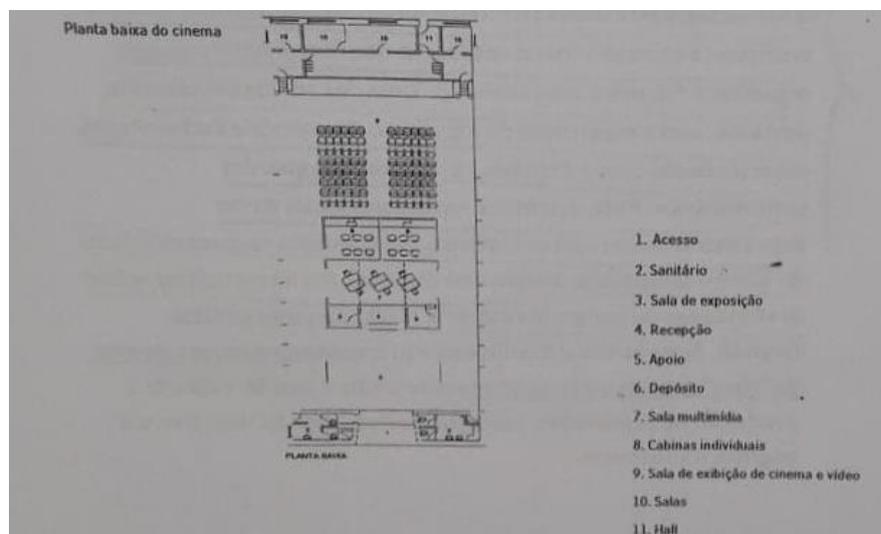


Figura 30 - Planta baixa do Centro Multimídia. Fonte: UERJ - Projeto Ecomig.

Conforme planta baixa constante no projeto de implementação do ecomuseu, estavam previstas a construção de sala de exposição, sala multimídia, cabinas individuais, sala de exibição de cinema e vídeo, recepção, depósito, sanitários, etc.

2.3. O desenvolvimento do projeto

2.3.1 - Primeira inauguração



Figura 31 - Prédio da padaria do Instituto Penal Cândido Mendes. Foto: Rosana Rocha

A proposta de implementação do Ecomuseu Ilha Grande teve início em 2001. Contudo, apenas em junho de 2009 o Ecomig é oficialmente inaugurado, com a instalação do núcleo do Museu do Cárcere. Nesse intervalo de tempo, muitas discussões foram realizadas junto à população local, como também com a comunidade acadêmica da Uerj. Entre eles, biólogos, arquitetos e historiadores, além dos membros do órgão colegiado do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Social (Ceads), que mantinha sede em Vila Dois Rios desde 1998. (SANTOS, 2018, entrevista)

Em 2003, o projeto é finalizado. Entretanto, muito embora a Uerj tivesse o compromisso de criar um museu com base no acordo firmado com o governo do estado do Rio, não havia disponibilidade de verba para empregar na execução das obras e na elaboração da estrutura administrativa interna.

No Termo de Cessão de Uso, havia previsão para a realização de reformas nos imóveis repassados à universidade, desde que o ônus dos serviços fossem arcados pela própria instituição. Em função dessa questão, nos componentes do plano de implantação havia indicativo para a obtenção de recursos através de parcerias com instâncias governamentais, agências de fomento, iniciativa privada e organizações não-governamentais. (UERJ, 2003, p.5). A opção foi recorrer às instituições de incentivo à pesquisa.

A demora maior, entre 2003 e 2009, foi devido à dificuldade na captação de recursos para a implantação do projeto. O projeto foi aprovado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Mas a fundação não liberava a verba. Foi uma dificuldade. Conseguimos cadastrar o projeto na Lei Rouanet, solicitamos verbas ao Ministério da Justiça, tentamos de várias formas, mas custou muito a sair a verba. (SANTOS, 2018, entrevista)

De acordo com Santos (2018, entrevista), uma das maiores dificuldades para se conseguir investimentos era a temática do projeto, que continha a “narrativa de uma história difícil, ou seja, de uma história maldita, de uma história que o estado não tem o menor interesse em contar”. Segundo ela, ocorre um processo de estigmatização e de esquecimento implícitos, visto que “quem entra na prisão é aquele “outro”, que não é mais alguém com quem você se preocupa, com quem você se identifica”.

Nesse cenário, apenas em 20 de dezembro de 2007 é criado o Ecomuseu Ilha Grande, através do ato executivo de decisão administrativa da reitoria (Aeda) nº 16. Com isso, Myrian Sepúlveda dos Santos passa a ocupar a função de coordenadora do Ecomig, que permaneceria vinculado à Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2), contando com o apoio e infraestrutura do Ceads e demais instâncias da Uerj.

Com a liberação de recursos de projetos da Faperj, em junho de 2009 foi possível fazer a restauração de parte da padaria do Instituto Penal Cândido Mendes, que passou a abrigar a exposição permanente “100 anos de presídio”. Assim, restava inaugurado o Museu do Cárcere, primeira unidade do Ecomuseu Ilha Grande.

2.3.2 - Reestruturações, reformas e novas instalações



Figura 32 - Ecomuseu Ilha Grande - Museu do Cárcere.
Fonte: www.ecomuseuilhagrande.eco.br

Contudo, dias após a cerimônia de implantação, o Ecomig muda de gestão. O diretor do Departamento Cultural (Decult) da Uerj, Ricardo Gomes Lima, assume a chefia do lugar. Com a nova administração, o ecomuseu sofre transformações com relação à estrutura, funcionamento e manutenção.

Em termos gerais, o Ecomuseu Ilha Grande se tornaria uma unidade do Decult, subordinado à Sub-reitoria de Extensão e Cultura (SR3), mantendo o vínculo com a SR2, em função da utilização da infraestrutura do Ceads. De acordo com Aeda nº 19, de abril de 2010, estava prevista a instauração de um Comitê Gestor e Executor e um Comitê Científico Consultivo.

O Ecomuseu Ilha Grande terá um Comitê Gestor e Executor constituído por 06 (seis) membros, sendo 01 (um) da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura - SR-3, 01 (um) da Sub-Reitoria de pós-Graduação e Pesquisa - SR-2 e or 01 (um) representante de cada núcleo constitutivo do Ecomuseu Ilha Grande. Este Comitê terá um coordenador geral, indicado pela Sub-Reitoria de Extensão e Cultura - SR-3, ouvido a Sub-Reitoria de pós-Graduação e Pesquisa - SR-2. (UERJ, 2010, p.1)

De acordo com Lima (2018, entrevista),⁵⁰ para impulsionar o projeto, era necessária a participação de agentes que pudessem contribuir na expansão de cada um dos núcleos formados. ‘A primeira coisa que eu fiz foi criar uma equipe [...] me cercar de pessoas que somassem num projeto de desenvolvimento do ecomuseu’. (LIMA, 2018, entrevista)

Deste modo, foram convocados especialistas nas respectivas áreas de pesquisa, como a bióloga Cátia Callado, para o Parque Botânico, o historiador Gelsom Rozentino, para o Museu do Cárcere, a engenheira ambiental Thereza Rosso, para o Museu do Meio Ambiente e a pedagoga Wânia Clemente, para o Centro Multimídia.

Com isso, estava composto o Comitê Gestor e Executor do Ecomig, que teria ainda a participação do diretor do Ceads, Marcos Bastos, como representante da SR2, conforme Portaria nº 3, de 14 de abril de 2010. Para o Comitê Científico, a intenção era contar com a representação de instituições como Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ), Associação Brasileira de Museologia (ABM), Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Tal configuração, entretanto, evidenciava a ausência da comunidade no sistema de gestão do respectivo ecomuseu. Como propulsionar um projeto que trazia na sua essência a participação da população no processo de desenvolvimento, sem que a mesma permanecesse inserida como colaboradora dessa construção?

Nessa ordem, o Ecomuseu Ilha Grande vinha se reafirmando como museu universitário, onde a governança se daria com base nos preceitos e regulamentações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Porém, a instauração do Comitê Científico Consultivo e a inclusão da comunidade como membro efetivo na tomada de decisões, ainda demoraria para se concretizar. Como enfrentar esse paradoxo?

A despeito disso, várias ações foram desenvolvidas em Vila Dois Rios, com o intuito de avançar nas propostas de inovação e transformação social. A primeira delas, em 2010, se dá com a criação do ateliê das Artes e Artesanato, na sede do Ecomig, visando capacitar os moradores locais. No ano seguinte, há a instalação do alojamento dos funcionários do ecomuseu em duas casas da região. (UERJ. Relatório Decult 2008-2015)

Em função do recebimento de novos recursos provenientes da Faperj, em 2012, são concluídas as obras do Museu do Cárcere. Com isso, o prédio da guarda passava a abrigar salas modernas para exposições e um local destinado à reserva técnica.

50- Entrevista com o antropólogo Ricardo Gomes Lima, concedida à autora, em fevereiro de 2018, sobre o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande.



Figura 33 - Exposição “100 anos de presídios” no Museu do Cárcere. Foto: Rosana Rocha

Nos espaços recém-criados do museu, foram instaladas as exposições “Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: ontem e hoje”, de curadoria de Gelsom Rozentino e “100 anos de presídio”, de Myrian Sepúlveda dos Santos, que havia sido transferida do prédio da padaria para o local. O edifício da padaria também sofreu reformas, sendo remodelado e aclimatado para a inauguração da mostra permanente “Comida e Cárcere”, reproduzindo a rotina alimentar do Instituto Penal Cândido Mendes.

Nessa época, conforme Lima (2018, entrevista), a universidade conseguia designar cotas financeiras para o desenvolvimento do Ecomuseu Ilha Grande, muito embora não houvesse uma destinação de verba específica para a expansão do mesmo. Tal perspectiva permitiu que projetos de pesquisa fossem iniciados com o investimento de agências de fomento.



Figura 34 - Exposição “Comida e Cárcere” no Museu do Cárcere. Fonte: Museu do Cárcere Foto: Gelsom Rozentino

Estávamos numa gestão universitária muito boa, e, num momento de governo do estado também especial. Enfim, eu pude contar com recursos tanto da universidade _que não eram tantos[...], quanto com recursos da Faperj. (LIMA, 2018, entrevista)

De acordo com Gelsom Rozentino de Almeida (2018),⁵¹ que na ocasião ocupava a função de coordenador do Museu do Cárcere, houve um esforço coletivo para a implementação da estrutura do Ecomig, com o auxílio de valores oriundos dos projetos científicos. Segundo ele, foram “projetos meus, do Ricardo (Lima) e da Thereza (Rosso) junto à Faperj e junto ao CNPq, no período de 2010 a 2015, que levantaram cerca de R\$ 2 milhões e 800 mil”. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

De toda a forma, era preciso eleger prioridades. Em 2014, com as obras de construção do Museu do Meio Ambiente em andamento, foi a vez de reparar a sede do Ecomig. Conforme Lima (2018, entrevista), o sobrado já havia sido ocupado por uma escola, pelos Correios e Telégrafos do presídio, além do corpo de segurança. Com a reforma, a Biblioteca Comunitária ganhou novas instalações, o telhado foi restaurado e as salas reservadas para as oficinas foram reparadas.



Figura 35 - Sede do Ecomuseu Ilha Grande em Vila Dois Rios. Foto: Rosana Rocha

Em consonância com a reestruturação do lugar, o Ecomuseu Ilha Grande executou várias atividades junto à população local, como concursos de fotografia, exposições, oficinas diversas, cursos, publicações de livros, etc. Contudo, uma das ações de grande relevância para Lima (2018, entrevista) foi o projeto “Museólogas de família”, realizado por quatro anos nas localidades do Abraão, Aventureiro, Araçatiba e Enseada de Palmas.

51- Entrevista com o historiador Gelsom Rozentino de Almeida, concedida à autora, em janeiro de 2018, sobre o processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande.



Figura 36- Roda de Conversa durante projeto Museólogas de Família em Araçatiba.
Fonte: <http://www.ilhagrandehumanidades.com.br>

Segundo ele, tratava-se de uma forma de ressignificar a relação com o outro. “Numa sociedade onde as coisas precisam ser quantificadas, dimensionadas, medidas em números”, ao enaltecer a autoestima, passa-se a se referenciar um outro plano, “de reconhecimento, de identidade, de memória”. (LIMA, 2018, entrevista)

Você reúne moradores do local e começa a discutir com eles o que é o patrimônio, o patrimônio deles, o que eles trazem de valores dentro de si que devem ser enalticidos. Quando as pessoas começam a se perceber como tendo patrimônios e que esses patrimônios são importantes, são ações que você não dimensiona, mas que nem por isso são de menor monta, de menor importância. (LIMA, 2018, entrevista)

Buscando ampliar ações de valorização e inclusão social, o Ecomig investiu em oficinas de capacitação para a comunidade, com objetos provenientes de coleta seletiva. Para Lima (2018), os resultados obtidos com o projeto Ecomuseu Recicla podem ser observados até os dias de hoje: “você não encontra mais em Dois Rios uma garrafa pet jogada num terreno, num quintal, nem nada. Toda a garrafa é reutilizada nesse trabalho de artesanato de pet”.

De acordo com ele, além da proposta de preservação ambiental, a atividade oferecia também uma fonte de renda alternativa. Os artesãos podiam comercializar as peças por meio das exposições dos trabalhos na sede do Museu do Cárcere, assim como em outros locais, eliminando o lixo das pets na região.

Era preciso um plano de lidar com esses resíduos. Passei uns três dias andando de manhã e à tarde pela praia, documentando todo o lixo que encontrava na beira do mar. Assim, tive um indicador enorme do quanto de garrafa pet, plástico, que vinha na onda do mar, num lugar que era um paraíso de não poluição. Conversando com a população, a gente encontrava pelos quintais, pelos cantos, muitas pets. Por outro lado, essa população se queixava muito da falta do que fazer. Eles viviam naquela vila, a maioria já com idade avançada, tinha sua aposentadoria, não tinha o que fazer, não tinha

possibilidade de geração de renda, não tinha como ganhar dinheiro. (LIMA, 2018, entrevista)



Figura 37 - O diretor do Ecomig, Ricardo Lima, durante oficina de reciclagem em Vila Dois Rios. Fonte: FAPERJ Foto: Angélica Liaño

O artesanato em madeira também foi estimulado em Vila Dois Rios, através de cursos livres. Um dos expoentes desse trabalho foi Júlio Almeida, que passou a produzir peças de vários tipos, como os tradicionais barquinhos de pesca.

Condenado a 60 anos de prisão, Seu Júlio viveu 32 deles reclusos na Ilha Grande. Com a demolição do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994, adquiriu liberdade condicional, mas permaneceu morando junto com a família em uma das casas do vilarejo.



Figura 38 - Seu Júlio durante exposição “Ecomuseu Recicla” no Museu do Cárcere, em 2016. Fonte: Fundação Parques e Jardins - Prefeitura do Rio de Janeiro.

Com o olhar apurado, o ex-detento coletava troncos de árvores no meio do mato e já imaginava: “aqui vai dar para fazer uma arte qualquer”.⁵² Depois de pronto, o material seguia para exposição no Museu do Cárcere, onde muitas vezes os visitantes podiam encontrar o próprio artista na porta de entrada narrando histórias sobre o tempo do presídio, seus fazeres e saberes.

Nas memórias, a fuga cinematográfica de helicóptero do traficante José Carlos Encina, o Escadinha, em 1985. De acordo com Júlio Almeida, o criminoso chegou a consultá-lo antes do episódio, já que ele tinha sido um dos prisioneiros a escapar duas vezes do “Caldeirão do Inferno”.⁵³

Avisei a ele que seria muito difícil chegar ao continente de barco. A melhor alternativa seria sair pelo ar. Ele aceitou meu conselho. Mas não participei da elaboração do plano, ele tinha muita gente de fora da prisão para auxiliá-lo” (ALMEIDA. O GLOBO. 2014)

Patrimônio do lugar, Seu Júlio viveu em Vila Dois Rios até os 87 anos, esculpindo na madeira e tecendo redes de pesca. Ele faleceu em 8 de abril de 2018.

2.3.3 - Últimas unidades inauguradas



Figura 39 - Replântio de espécies nativas no Parque Botânico.
Fonte: <http://www.valesulonline.com.br> Foto: SSC/PMAR

52- Ver vídeo sobre Julio Almeida, em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RbiHU4S8P1s>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

53- Ver DEPOIS de 32 anos ultimo preso da Ilha Grande guarda liberdade definitiva. Portal G1. 14 set 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/depois-de-32-anos-ultimo-presos-da-ilha-grande-guarda-liberdade-definitiva-13>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

Em meados de 2015, a coordenação geral do Ecomig passava a ser exercida por Gelsom Rozentino de Almeida. Após a liberação de verbas por parte da Faperj, nova etapa do processo de implantação do Ecomuseu Ilha Grande se cumpria. No mês de novembro do respectivo ano, um grande replantio marcava a inauguração dos dois núcleos diretamente relacionados com a natureza.

A sede do Parque Botânico foi instaurada no prédio da lavanderia do Instituto Penal Cândido Mendes. Ao lado, foi implantada a Casa de Produção de Mudanças e um viveiro, com o objetivo de reproduzir espécies nativas da região.

De acordo com a coordenadora da unidade, Cátia Callado, a ideia era documentar o patrimônio florístico do lugar, como também promover um projeto paisagístico para a respectiva área. Segundo ela, durante o período de pesquisa “foram catalogadas mais de mil plantas, como ervas medicinais, orquídeas e bromélias”.⁵⁴

O projeto paisagístico do Parque Botânico da Ilha Grande abrange o pátio interno do antigo presídio e estabelece canteiros temáticos com espécies nativas que contam a história da Ilha Grande. O projeto também prevê a restauração in situ de processos ecológicos por meio do resgate da diversidade vegetal e da busca da autopropagação das espécies presentes na Ilha Grande, muitas delas endêmicas e/ou ameaçadas de extinção. (VIANNA FILHO et al, 2016. p.337)

No plano piloto do Parque Botânico havia a previsão para a instauração de canteiros temáticos, “onde será possível identificar plantas de interesse em diferentes períodos de ocupação da Ilha Grande”. No caso, o Jardim dos Sambaquis incluiria o registro dos primeiros habitantes, o Jardim dos Badjecos⁵⁵ faria alusão aos caiçaras, o Talhão Florestal teria plantas dos períodos colonial, imperial e período carcerário, além dos Jardins de Palmeiras e Vertical com espécies nativas e de ambientes de rocha.(ibid., p.340-341)

Já o Museu do Meio Ambiente passou a ocupar a construção remanescente da antiga Fazenda Dois Rios, do século XIX. No local, foi inaugurada a exposição permanente “Certos Modos de Ser Caiçara”, com a curadoria de Ricardo Lima, que apresentava os saberes, fazeres,

54- Ver UERJ inaugura Museu do Meio Ambiente e Parque Botânico. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2015/11/14/uerj-inaugura-museu-do-meio-ambiente-e-parque-botanico/>> e <http://valesulonline.com.br/site/materias_detalhes.asp?cod=28433&t=uerj-inaugura-parque-botanico-e-museu-na-ilha-grande>. Acesso em: 15 out. 2018.

55- O termo badjeco é uma referência aos nativos da Ilha Grande, aos caiçaras. De acordo com a antropóloga Rosane Prado, essa classificação podia ocorrer tanto de forma positiva como negativa, sendo valorizada ou rejeitada pela população do lugar em circunstâncias distintas. Ver em: QUEM quer ser Caiçara? O Eco jornal. Novembro de 2013. Disponível em: https://issuu.com/oecoilhagrande/docs/o_eco_175/12 . Acesso em: 14 nov. 2018.

crenças e costumes do povo da região. Conforme Lima (2018), a mostra produzia a relação dos moradores com o seu entorno, da percepção deles com a sua realidade e em defesa da sua cidadania.

Quando a gente inaugurou a exposição “Certos Modos de Ser Caiçara”, quantas pessoas se sentiram enaltecidas... Eu lembro da professora do Abraão lendo o livro de histórias bordadas, narradas pelo pai dela. Todo o deslumbre e a emoção dela ao ver aquelas histórias, muitas vezes tidas como bobas, sendo reconhecidas dentro de uma instituição museológica. (LIMA, 2018, entrevista)



Figura 40 - Exposição “Certos Modos de Ser Caiçara” no Museu do Meio Ambiente. Foto: Rosana Rocha.

De acordo com Almeida (2018, entrevista), o Museu do Meio Ambiente tinha a importante missão de inter-relacionar cultura “caiçara, tradicional e prisional” com natureza. Segundo ele, o processo de preservação a ser considerado deveria se dar de forma integrada com o território, contendo “meio ambiente, história daquele meio ambiente e história da comunidade”.

A partir desse projeto que resultou na exposição “Certos Modos de Ser Caiçara”, a gente começa a pensar outras dimensões de cultura, das culturas tradicionais, de outras questões que a gente pode ter, por exemplo, a colônia japonesa lá do Bananal. Isso abre outros espaços para reflexão, para discussão sobre as culturas das comunidades. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

Na visão de Almeida (2018, entrevista), todos os atos realizados pelo Ecomig no intuito de promover as ‘grandes obras foram fundamentais’. Ele enfatiza a importância do recebimento de verbas para tal: “sem a captação de recursos junto à Faperj, o ecomuseu não teria sido implantado, não teria se consolidado e não teria existido de fato. Ele teria morrido”.

Foi com isso que a gente conseguiu concluir os dois prédios do Museu do Cárcere, fazer a primeira parte do Museu do Meio Ambiente, iniciar a Casa de Produção de Mudas e fazer a organização do que seria o Parque Botânico. Também a reforma e a ativação da sede, com a biblioteca comunitária, a sala do artesão, a questão do alojamento, tanto o primeiro quanto o segundo. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

Com a efetivação dos núcleos do Museu do Cárcere, Parque Botânico e Museu do Meio Ambiente o Ecomuseu Ilha Grande avançava para a consolidação da estrutura idealizada no projeto de implantação. Contudo, já apontava um certo distanciamento das propostas iniciais relacionadas à concepção das unidades, que vinham se formando à margem dos conceitos e espaços formulados originalmente.

Entre as proposições não concretizadas, a criação do Centro de Informações, a construção de um Arquivo e uma Biblioteca na área do Museu do Cárcere e a fundação do Centro Multimídia. O descolamento do Parque Botânico do núcleo do Museu do Cárcere também vinha indicar novo afastamento, onde o interesse da academia por conta da pesquisa de campo suplantaria o da população, visto que o lugar não permaneceria aberto à visitação.

Considerando o ecomuseu como objeto de dinamismo e mudanças constantes, com foco no desenvolvimento social, muitos são os questionamentos e tensões entre as partes envolvidas no respectivo processo. Como caminhar de forma a contemplar e agregar diferenças, sem hegemonias ou hierarquias, privilegiando o diálogo e a horizontalidade?

CAPÍTULO III – A COMUNIDADE É O PATRIMÔNIO?

1. A crise na Uerj



Figura 41 - Concha Acústica da Uerj, durante ato “Uerj de luto na luta”.
Fonte: Jornal do Brasil Foto: Leonardo Salles

A partir de 2016, o Ecomuseu Ilha Grande começou a enfrentar dificuldades. Desde o início do ano, a Uerj passaria a ter problemas com relação ao repasse de verbas para custeio, por parte do governo do estado. O primeiro sinal da crise financeira que viria a afetar severamente a instituição foi o atraso do pagamento das empresas terceirizadas.

Os funcionários contratados para limpeza e manutenção chegaram a seis meses sem o recebimento dos salários. O restaurante universitário fechou as portas,⁵⁶ deixando de produzir cerca de 5 mil refeições diárias,⁵⁷ as aulas permaneciam suspensas e as bolsas dos estudantes ficaram sem data fixa para quitação.

Torna-se relevante reiterar que, afóra a folha salarial e de bolsas, a UERJ necessita de cerca de R\$ 28 milhões mensais para a sua manutenção (R\$ 8 milhões para o HUPE e o restante para o *Campus* Maracanã e para as nossas muitas unidades externas), plenamente de acordo com o orçamento aprovado para este ano de 2016. (UERJ, 2016. Nota)⁵⁸

56- Ver RESTAURANTE da Uerj fecha por falta de pagamento. *Extra*. 29 fev. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/restaurante-universitario-da-uerj-fecha-por-falta-de-pagamento-18774395.html>> Acesso em: 8 jul. 2018.

57- Ver em Restaurante Universitário. Disponível em: <http://www.restauranteuniversitario.uerj.br/perguntas_frequentes.html>. Acesso em: 8 jul. 2018.

58- Ver Nota à comunidade uerjiana. Portal UERJ. 25 jul. 2016. Disponível em <http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=1041> Acesso em: 8 jul. 2018.

Mas a situação se agravaria ainda mais. Técnicos administrativos e professores que também passaram a perceber os salários de forma parcelada, com atrasos significativos, decidiram entrar em greve.⁵⁹ Sem a transferência dos valores prometidos, os prestadores de serviços foram demitidos, afetando a higiene, conservação, coleta de lixo e segurança de todas as unidades acadêmicas internas e externas, incluindo o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), a Policlínica Piquet Carneiro (PPC) e o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-Uerj).

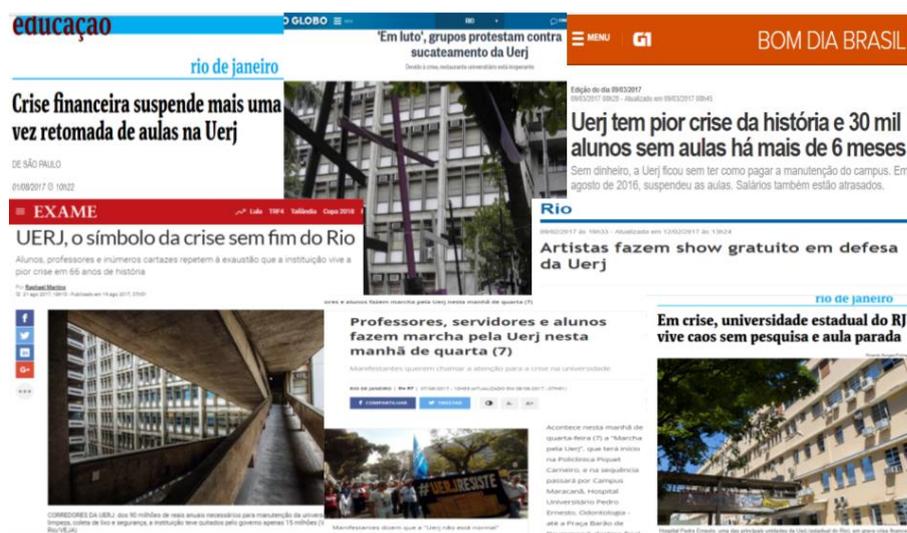


Figura 42 - Matérias veiculadas nos portais da Folha de São Paulo, G1, O Globo, Exame, Jornal do Brasil e Record.

Os jornais veiculavam a precariedade do funcionamento de uma das mais conceituadas universidades do país,⁶⁰ que entre outros impedimentos, vinha sendo obrigada a adiar as provas dos exames do vestibular.⁶¹ Apesar das dificuldades, a Uerj se mantinha na 11ª posição do ranking das melhores instituições brasileiras e na 24ª entre todas da América Latina, segundo a Consultoria Britânica de Educação Superior, Times Higher Education.⁶²

59- Ver PROFESSORES e funcionários da Uerj entram em greve nesta segunda-feira. *Jornal do Brasil*. 7 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/professores-e-funcionarios-da-uerj-entram-em-greve-nesta-segunda-feira.html>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

60- Ver APESAR da crise Uerj é eleita 11ª melhor universidade do Brasil. *O Globo*. 6 set. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/apesar-da-crise-uerj-eleita-11-melhor-universidade-do-brasil-1792671#ixzz5KqHGoMzT>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

61- Ver CRISE financeira faz Uerj adiar vestibular. *Jornal do Brasil*. 8 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2016/07/08/crise-financiera-faz-uerj-adiar-vestibular/>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

62- Ver BEST universities in Brazil. Times Higher Education. 31 out. 2017. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/student/best-universities/best-universities-brazil>> e <<https://www.timeshighereducation.com/student/best-universities/best-universities-latin-america-2017>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

De acordo com nota publicada pela reitoria, para que a Uerj conseguisse assegurar o funcionamento normal, era preciso auferir um importe de R\$ 90 milhões anuais, o que equivaleria a um custo mensal de R\$ 7,5 milhões. Esse total foi encontrado após a revisão de todos os contratos firmados no início do ano de 2016, gerando uma economia de 30% com base no orçamento realizado em 2015.

Este é o necessário para as despesas com vigilância, limpeza, funcionamento do restaurante universitário, combustível, insumos, dentre outros, aqui designadas como despesas de manutenção. (UERJ. 2016. Nota)⁶³

Entretanto, a crise se arrastaria por longos meses, sem uma solução definitiva. Ainda em 2016, o governo do Rio de Janeiro decretaria estado de calamidade pública,⁶⁴ alegando instabilidade econômica, queda na arrecadação com o ICMS e os *royalties* do petróleo, além de dificuldades em honrar os compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e na prestação de serviços essenciais, como nas áreas de segurança pública, saúde, educação e mobilidade.

Com isso, o contingenciamento com relação à universidade perdurava. O ano letivo de 2017 seguia suspenso por tempo indeterminado. Entre os reflexos, pesquisas interrompidas, evasão de alunos, penúria dos servidores, restrições no atendimento à consultas e cirurgias de emergência do HUPE.⁶⁵



Figura 43 - Marcha pela Uerj, em 7 de junho de 2017, pelas ruas do bairro de Vila Isabel. Fonte: Jornal do Brasil

63- Ver Nota da reitoria - Esclarecimentos necessários. Portal UERJ. 30 jan. 2017. Disponível em: <http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=1124>. Acesso em: 8 jul. 2018.

64- Ver RIO decreta estado de calamidade pública devido à crise financeira. *Agência Brasil*. 17 jun. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/rio-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise-financeira>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

65- Ver HUPE vê crise se agravar e pode fechar. Portal Cremerj. 5 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.cremerj.org.br/informes/exibe/3695>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

Professores, estudantes e técnicos administrativos se uniram em protestos contra o sucateamento anunciado da instituição. Atos públicos foram organizados denunciando o descaso da gestão estadual, com a presença de artistas, músicos, representantes de partidos políticos, entidades sindicais e membros da sociedade civil. Entre eles, “Uerj de luto na Luta”, “Ato show Viva Uerj”, “Marcha pela Uerj” e “Abraço à Uerj”.

Em virtude de um acordo de recuperação fiscal firmado com o governo federal no mês setembro, o estado do Rio recebeu empréstimo na ordem de R\$ 3,5 bilhões,⁶⁶ possibilitando a quitação das principais dívidas com os servidores até o fim do respectivo ano. Dessa forma, a Uerj retomou o calendário acadêmico no início de 2018,⁶⁷ regularizando contratos com empresas terceirizadas e fornecedores, sem contudo ter a garantia da obtenção dos duodécimos integrais, conforme previsão orçamentária anual.⁶⁸

1.2. Os reflexos da crise no Ecomig

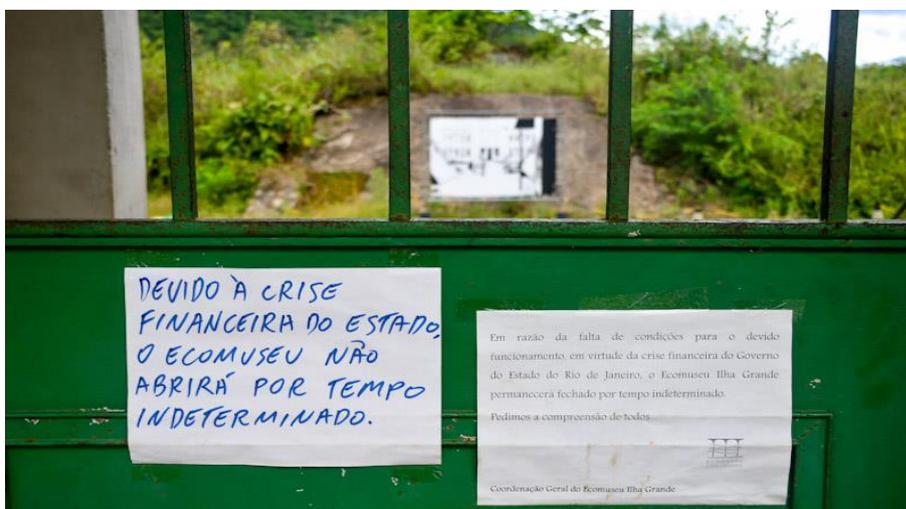


Figura 44 - Porta de entrada do Museu do Cárcere.
Fonte: www.viagenscinematograficas.com.br

66- Ver GOVERNO do Rio de Janeiro fecha acordo de recuperação fiscal. G1. 5 set. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/governo-do-rio-de-janeiro-fecha-acordo-de-recuperacao-fiscal.html> Acesso em: 8 jul. 2018.

67- Ver UERJ retoma aulas do primeiro semestre do ano passado. Agência Brasil. 22 jan. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-01/uerj-retoma-aulas-do-primeiro-semester-do-ano-passado>. Acesso em: 8 jul. 2018.

68- Apesar de a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) ter aprovado em dezembro de 2017 a Proposta de Emenda Constitucional nº 47, obrigando o pagamento dos duodécimos mensais às universidades estaduais, apenas em 2020 fica assegurada a autonomia financeira. Os valores a serem repassados mensalmente para as instituições foram escalonados em 25% do percentual fixado na Lei Orçamentária Anual para o ano de 2018, 50% para o de 2019 e de 100% para o seguinte. Ver mais em PEC que dá autonomia financeira a universidades é aprovada na Alerj. Portal ALERJ. 19 dez 2017. Disponível em: [http://www.alerj.rj.gov.br/\(X\(1\)S\(gmtzqwtojosh0llj4dybga4n\)\)/Visualizar/Noticia/42057](http://www.alerj.rj.gov.br/(X(1)S(gmtzqwtojosh0llj4dybga4n))/Visualizar/Noticia/42057). Acesso em: 28 ago. 2018.

Nesse cenário, o Ecomig foi obrigado a suspender as atividades na Ilha Grande durante nove meses, no ano de 2016. Com a ausência de repasses de verba por parte do governo estadual, o Ecomuseu Ilha Grande também ficou sem condições de honrar os contratos com os prestadores de serviço para o funcionamento das suas unidades.

Mesmo com as portas fechadas, foi possível realizar antigos projetos. Um deles era inaugurar a primeira Biblioteca Comunitária da Ilha Grande, na praia de Palmas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e com apoio do Parque Estadual da Ilha Grande (Peig). A proposta vinha sendo desenvolvida pelo Centro Multimídia, na época sob coordenação de Maya Suemi Lemos, que conseguiu reunir considerável volume de material através de doações.

De acordo com o gestor do Ecomig, Gelsom Rozentino de Almeida, a ideia da criação deste espaço surgiu após o evento Primavera de Museus, em 2014, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)⁶⁹, quando houve a oportunidade de conhecer as necessidades da população do lugar, que ainda hoje sofre com a ausência de energia elétrica, sinal de telefone celular e internet.⁷⁰

Buscamos inspiração em experiências que existem no Brasil e no mundo. Apesar do momento adverso, e da grave crise que atravessamos, essa foi uma importante conquista junto à comunidade. (ALMEIDA. In: Rede Sirius. 2016)



Figura 45 - Biblioteca Comunitária de Palmas, na Ilha Grande. Fonte: Portal Uerj. Foto: Gelsom Rozentino.

69- A Primavera de Museus é uma temporada cultural coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) que acontece todo ano no início da estação homônima, com o objetivo de promover, divulgar e intensificar a relação dos museus com a sociedade. A cada ano, o Ibram lança um tema diferente para nortear as atividades dos museus no respectivo período.

70- Ver O ECOMUSEU Ilha Grande da UERJ inaugura Biblioteca Comunitária na praia de Palmas. Rede Sirius. 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://redesirius.blogspot.com/2016/05/o-ecomuseu-ilha-grande-da-uerj-inaugura.html>>, e UERJ inaugura biblioteca comunitária em Ilha Grande. Portal UERJ. 12 mai. 2016. Disponível em: <http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=1002>. Acesso em: 8 jul. 2018.

Desta forma, em maio de 2016, um depósito de jardim passou a funcionar como guarda-livros. Os volumes doados foram deixados em caixas de plástico, para melhor conservação. No caso, a própria comunidade ficaria responsável pela gestão do local, organizando o empréstimo dos exemplares de leitura.

Com o sucesso da empreitada, o Ecomig buscou expandir os horizontes. No segundo semestre, mobilizou a comunidade acadêmica da Uerj numa campanha para arrecadação de livros, gibis e jogos para crianças e adolescentes, com o intuito de abrir novas bibliotecas comunitárias em diferentes praias da Ilha Grande.



Figura 46- Matérias veiculadas no Jornal do Brasil, Portal Uerj e Agenda Bafafá.

Conforme o coordenador geral, Gelsom Rozentino de Almeida, foram doados cerca de 700 livros.⁷¹ Segundo ele, a intenção seria implantar espaços em Araçatiba e na Vila do Abraão, num primeiro momento, criando praças com a Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega.⁷²

O Ecomuseu Ilha Grande pode contribuir junto com as comunidades para a formação de novos leitores, sejam crianças, jovens e adultos. E, a partir da abertura de um livro, ajudar a abrir as janelas para o desconhecido e para o seu próprio conhecimento, reforçando os elementos da identidade local bem como a noção de pertencimento ao mundo. (ALMEIDA. In: Rede Sirius. 2016)

Entretanto, a situação do Ecomig gerou grande insegurança na população de Vila Dois Rios. A dependência econômica à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que anteriormente

71- Almeida, Gelsom. Re: Doações campanha doe livros. Mensagem recebida por rosanarocha.uerj@gmail.com em 8 ago. 2018.

72- Ver ECOMUSEU Ilha Grande lança campanha de doação de livros. Rede Sirius. 26 out 2016. Disponível em: <<http://redesirius.blogspot.com/2016/10/ecomuseu-ilha-grande-lanca-campanha-de.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

havia propiciado incentivos à implantação do Ecomuseu Ilha Grande, passava a representar grave ameaça à evolução do mesmo. Como criar alternativas para enfrentar as dificuldades financeiras, que resultassem na redução do vínculo em relação à Uerj?

No vilarejo, onde moram mais de 90 pessoas espalhadas nas 33 casas de propriedade do estado fluminense, sob administração da universidade, o impacto foi maior. Para o bombeiro hidráulico, Edervaldo Campos (2018, entrevista), o fechamento dos núcleos do ecomuseu interferiu diretamente do cotidiano da população.

Muitas pessoas daqui dependem do turismo. Restaurante, bar e tal. O fechamento do museu abala um pouco essa estrutura, porque estando fechado vem menos turista. [...] Isso deu uma impactada mesmo no desenvolvimento, pelo menos no pessoal que trabalha vendendo comida, artesanato. (CAMPOS, 2018, entrevista.)

Conforme a proprietária do Bar da Teresa, Maria José Souza (2018, entrevista), 65 anos, o movimento em Vila Dois Rios diminuiu muito neste período, incidindo de forma negativa sobre os negócios. Segundo ela, as pessoas ficavam surpresas quando encontravam os portões do Ecomig lacrados. “Já teve época de eu passar aqui sentada, sem ninguém”.



Figura 47 – Maria José Souza, do Bar da Teresa.

O mesmo é relatado pelo agente penitenciário, Getúlio Cantuária (2018, entrevista), 69 anos, que hoje atua no ramo do turismo, mantendo um bar na praia de Dois Rios. De acordo com ele, muitos visitantes ficaram sem acesso à história, que vem sendo retratada através do Museu do Cárcere e do Museu do Meio Ambiente. Com relação à crise envolvendo a Uerj, contudo, Cantuária é otimista.

Sobrevivemos. A universidade, a UERJ, não pode morrer, como muita gente pensava [...] A universidade tem uma história no nosso Rio de Janeiro, ou melhor, no nosso país. É uma universidade que lutou, lutou e graças a Deus tá superando. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

Já para a artesã Marilda Caiares (2018, entrevista), 70 anos, que expõe peças de material reciclado numa das salas do Museu do Cárcere, foi um momento muito difícil. “Eu parei de vender, né? Mas eu não dependo disso para sobreviver. Foi ruim, os funcionários não tinham como receber pagamento, pararam de trabalhar”. (CAIARES, 2018, entrevista).

Entre eles, o bombeiro hidráulico Edervaldo Campos (2018, entrevista), 49 anos, que amargou 11 meses sem vencimentos. “O governo não repassou para a Uerj, por sua vez não pagava a terceirizada, a Navele, e a gente ficava sem receber”. (CAMPOS, 2018, entrevista).

De acordo com o chefe de segurança, Marcos Leitão (2018, entrevista), 41 anos, a paralisação das atividades fez com que a população cogitasse o fim do Ecomig.

A gente ficou com aquela sensação, será que acabou? A gente comenta que ninguém nunca imaginaria antigamente que o presídio fosse acabar, inclusive que ia ser implodido. E essa paralisação das atividades fez a gente voltar de novo: será que vai acabar o ecomuseu como aquele tempo que acabou o presídio? Seria tão bom se ele continuasse. (LEITÃO, 2018, entrevista)

Em dezembro de 2016, uma parceria com a Fundação Parques e Jardins da cidade do Rio de Janeiro e a empresa Dell'Arte Soluções Culturais possibilitou a reabertura do Ecomuseu Ilha Grande.⁷³ Para marcar o retorno às atividades, foi inaugurada a mostra “Conhecendo e divulgando a biodiversidade marinha da Ilha Grande”, com 100 fotos de diferentes espécies que vivem na baía da região, no Museu do Cárcere.

Em 2017, os reflexos da crise financeira do estado do Rio de Janeiro ainda puderam ser observados com relação à limpeza e conservação, como também à manutenção de ações educativas em Vila Dois Rios. Tais dificuldades, entretanto, não chegaram a interferir no funcionamento dos núcleos do respectivo equipamento cultural. Mas, foram suficientes para gerar preocupação com relação ao futuro do Ecomuseu Ilha Grande, em grande parte da população local.

73- Ver: APÓS 9 meses fechado Ecomuseu Ilha Grande reabre com mostra sobre vida marinha. Portal Isto é, Revista Museu e Jornal do Brasil. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-9-meses-fechado-ecomuseu-ilha-grande-reabre-com-mostra-sobre-vida-marinha/>. Acesso em: 14 set. 2018. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/1815-15-12-2016-apos-9-meses-fechado-ecomuseu-ilha-grande-reabre-com-mostra-sobre-vida-marinha.html>. Acesso em: 14 set. 2018. Disponível em http://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=834345&dinamico=1&preview=1. Acesso em: 14 set. 2018.

2 – A história viva do lugar



Figura 48- Ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes.
Fonte: coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com.

A implosão do Instituto Penal Cândido Mendes está fortemente presente na memória da comunidade local. Para muitos moradores, o processo de demolição do antigo presídio foi traumático, representando uma ruptura entre um estado de bem-estar social propiciado pelo ordenamento territorial, para o de abandono.

Na maior parte dos depoimentos prestados, há a referência a esse passado glorioso, que não se pretende esquecer. Conforme Halbwachs (1990, p. 87) “o grupo, no momento em que considera seu passado sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo”. Para ele, “é na história vivida que se apoia a nossa memória”. (ibid., 1990, p.60)

Desse modo, como propõe Halbwachs (1990, p. 60), a memória coletiva vem desempenhar papel fundamental nos processos históricos, seja dando vitalidade aos objetos culturais, seja sublinhando momentos significativos, preservando o valor do passado. Segundo ele, embora particular, as lembranças dependem de um grupo de referência, pois “permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. (HALBWACHS, 1990, p.30)

Para que nossa memória se beneficie da dos outros não basta que eles nos tragam tais testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 1968, p. 12; apud POLLAK, 1989, p. 4)

Assim, nas lembranças de Getúlio Cantuária (2018, entrevista), 69 anos, Vila Dois Rios era um lugar muito bonito e bem cuidado quando abrigava a prisão. “Isso aqui era um brinco. Você não via buraco nas ruas, era tudo pintadinho, caiado, se usava o carbureto para pintar, igual ao cal”. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista).

Da mesma forma, a aposentada Jociléa Pereira (2018, entrevista), 52 anos, se recorda de forma saudosa dessa época, quando os internos prestavam serviço na área externa do presídio, garantindo a limpeza do vilarejo, o recolhimento do lixo, entre outros trabalhos.

Os presos estavam sempre com a enxada na mão. A gente vivia aquele momento, com aquela carroça com burro, eles iam jogar o lixo fora. Nossos filhos na carroça brincando, era muito divertido. (PEREIRA, 2018, entrevista)

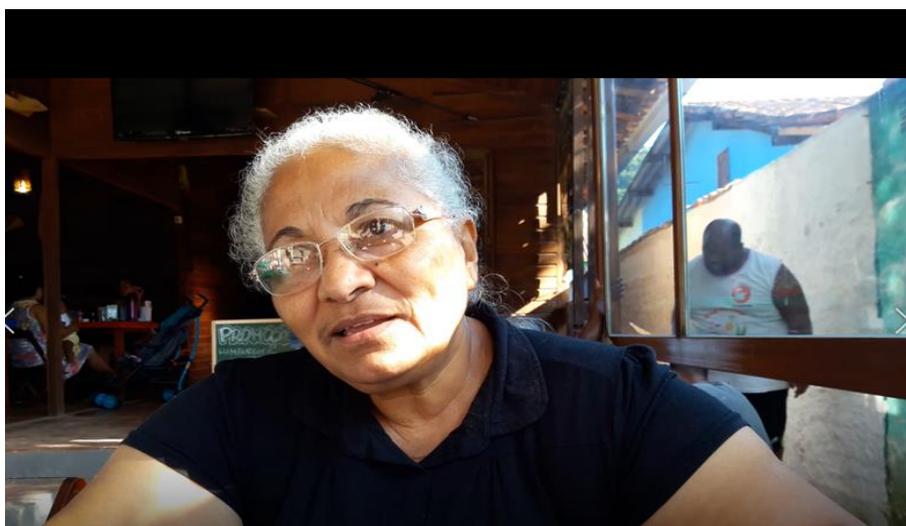


Figura 49 - Jociléa Pereira. Foto: Rosana Rocha

De acordo com Pollak (1989, p. 9), ao se lembrar de algo, o indivíduo reforça “sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”, com o intuito de salvaguardar acontecimentos e interpretações pregressas. Segundo ele, rememorar o passado permite a coesão de grupos e instituições, com o intuito de “definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”. (POLLAK, 1989, p. 9-10)

Para Néelson Palma (2018, entrevista), 81 anos, proprietário do O Eco jornal e morador de Vila do Abraão, o presídio da Ilha Grande era um modelo exemplar, considerando o funcionamento das prisões atuais:

Havia condições do preso se recuperar. Ele trabalhava fora todo o dia, era recolhido à noite. Ele participava da festa da comunidade se tivesse bom comportamento. A banda nos bailes era de presos. Isso corrige o ser humano. (PALMA, 2018, entrevista)

O equivalente é descrito pelo agente penitenciário Julio Cesar de Souza (2018, entrevista), 61 anos, atual ajudante de jardinagem do Ecomig. Conforme Souza, o sistema penitenciário hoje é falho, não ajuda na recuperação do presidiário, que ao retornar à sociedade “não sabe nada a não ser conviver no meio da malandragem”.

No sistema de Colônia Agrícola, se tinha bom comportamento, o preso saía para fora, trabalhava. Com três dias de trabalho ele reduzia a pena em um dia. Isso é muito mais válido do que o sistema penitenciário que trata um homem para ser mais ignorante ainda. (SOUZA, 2018, entrevista)



Figura 50 – Julio Cesar de Souza.

Foto: Rosana Rocha

No caso, a população de Dois Rios demonstra profundo ressentimento pela extinção do Instituto Penal Cândido Mendes. Tal circunstância revela que a memória coletiva dos habitantes do lugar é distinta daqueles que lá estiveram presos, dos familiares dos detentos, como também do grande público, que pôde acompanhar diversas notícias sobre atentados à dignidade humana no presídio da Ilha Grande, através dos veículos de comunicação.

Apelidado de “Caldeirão do Inferno”, “Ilha da Morte”, “Ilha do Diabo”, entre outros, o local foi palco de práticas de violências, abusos de poder, maus tratos, promiscuidade, excesso de população carcerária, falta de segurança, fome, corrupção, entre outras arbitrariedades. As numerosas denúncias de violações de direitos durante anos seguidos levaram à decisão de se destruir a prisão, que havia se tornado símbolo de desumanidade, segregação social e falência do sistema penitenciário estadual, conforme explicitado no capítulo 1 do respectivo trabalho.

Para Ulpiano Bezerra de Menezes (2018, p. 3) “o trauma cultural é uma situação carregada de afeto negativo, tido como indelével e ameaçadora dos valores de uma comunidade”. De acordo com ele, na memória traumática, como também nas memórias ditas

subterrâneas, proibidas, vergonhosas ou mesmo inconfessáveis como trata Pollak, o que define “o que pode e o que não pode ser memorizado” são as dimensões “ético-políticas e psicológicas”. Segundo Menezes (2007, p. 7), isso se dá com base nos conceitos de dizibilidade e visibilidade, ou seja, critérios para coisas que “podem ser ditas” como para coisas que “são invisíveis, [...] porque não devem ser vistas”.

Já para Paulo Endo (2013, p. 44-45), “os danos sociais e políticos que se interferem e agem mutuamente na gênese do trauma e do traumático, muitas vezes de formas indiscerníveis, se embaralham”. Nesse caso, os efeitos sociais e culturais “só podem ser mais bem compreendidos no contexto nas lutas por justiça e reparação”. (ENDO, 2013, p. 44-45)

Para Pollak (1989, p.11), muitas são as dificuldades do processo de construção de si mesmo e de continuidade de sua própria história “para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos”. Segundo ele, a reconstrução do passado se dá através “da gestão de um equilíbrio precário, de um sem número de contradições e de tensões”.

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. (POLLAK, 1989, p. 8)

Nas narrativas dos moradores de Vila Dois Rios, percebe-se que o trauma, ou seja, a “repetição de uma lembrança congelada como eterno presente”, conforme indica Lewgoy (2010, p. 53), se deu com relação à demolição do Instituto Penal Cândido Mendes. Essa é mais uma característica que pode ser considerada como paradoxal, entretanto, é comum nos discursos dos habitantes do lugar, funcionando como “uma metáfora para outras histórias e memórias”, como sugere Huysen (2010, p. 13).

Dessa forma, o imaginário temporal vem revelar uma trama local, com circunstâncias distintas vivenciadas por diferentes atores. Nas palavras da vigilante Marilene Campos (2018, entrevista), por exemplo, a extinção do presídio causou muito sofrimento à comunidade e por esse motivo, não deveria ter acabado.

O rompimento foi muito difícil. Nossos pais trabalhavam no presídio. Se o presídio acaba, o seu pai vai embora, você vai embora, não tem mais escola. A gente ficou sem carro, sem escola, sem ter como fazer compras. A minha mãe ia para o Abraão à pé [na segunda-feira] e voltava na sexta-feira, para estudar com a minha irmã. (CAMPOS, 2018, entrevista).

O mesmo sentimento de perda é compartilhado pelo agente penitenciário Hotair Souza (2018, entrevista), 71 anos, que critica a forma como a desativação da penitenciária foi

realizada. “A implosão foi feita às pressas, o governador queria aquilo ali pronto e o pessoal que estava fazendo não queria saber. Aquilo tudo foi uma calamidade”. (SOUZA, 2018, Entrevista). Souza destaca ainda, que por causa da falta de planejamento das autoridades responsáveis, muito material foi perdido após a destruição dos prédios:

Levaram quadros, rodas, placa de bronze. No cinema, muitas coisas foram extraviadas [...]. Pratos foram levados, canecas, que tinham matrícula com o número do preso. A biblioteca ficou embaixo dos escombros, a cela do preso tinha acervo, coisas que estavam na parede. O arquivo da administração ficou debaixo dos escombros. Tinha coisa que veio antes do tempo do presídio. Tudo que era do Lazareto ficou naquela prisão do Abraão, do Abraão veio pra cá, parte do material sobre a escravidão. Só se pensava em derrubar o prédio e fazer as pressas, para que não houvesse um retrocesso. (SOUZA, 2018, entrevista)

O inspetor penitenciário Moisés Pereira (2018, entrevista), 61 anos, lembra que Vila Dois Rios ficou completamente abandonada durante muito tempo. “Eles [Uerj] ganharam a concessão pelo governo do estado em 1994, mas levou três anos sem aparecer ninguém aqui. Ficou à deriva isso aqui”. (PEREIRA, 2018, entrevista). Pereira também relata as tentativas de furtos e invasões no local:

Nós moradores, as pessoas antigas, eu e mais alguns que evitamos. Tinha barco querendo levar coisa aqui do presídio, queriam invadir isso aqui para moradia e tudo o mais. Queriam fazer camping aqui mas nós que impedimos, depois é que foi instituído que era proibido acampar em Dois Rios. Mas isso não começou com a universidade, nós moradores é que fizemos. (PEREIRA, 2018, entrevista).

Além disso, Pereira narra as dificuldades relacionadas à questão do transporte e à precariedade da estrada entre Abraão e Dois Rios. Segundo ele, a repavimentação do caminho, necessária para recuperar o acesso ao lugar, só aconteceu após conversas entre prefeitura, Associação de Moradores e Uerj, muito tempo depois da universidade ter iniciado as atividades na Ilha Grande.

Saíamos à pé, íamos para Angra, fazíamos compras, com uma quantidade que pudesse transportar nas costas de Abraão até aqui.[...] Eu e meus filhos trouxemos um saco de milho num carrinho de mão do Abraão até aqui. O Seu Antônio trouxe uma geladeira nas costas, o Barrinho trouxe um fogão num carrinho de mão e eu trouxe uma máquina de lavar. Depois de três anos de muito sofrimento e lamúrias, nós conseguimos agregar um barco que se dispusesse a fazer o transporte daqui até Angra, esperar que nós fizéssemos compras e voltar. [...] São quase 6h para ir pra Angra e mais 6h para voltar. (PEREIRA, 2018, entrevista).

A luta pela memória é recorrente nos relatos dos habitantes mais antigos de Vila Dois Rios. Segundo Eclea Bosi (2008, p.63), isso ocorre porque os mais velhos possuem “uma espécie singular de obrigação social, que não se pesa sobre os homens de outras idades: a

obrigação de lembrar, e lembrar bem”. Nesse sentido, Bosi afirma que “a lembrança é a sobrevivência do passado”, dependendo diretamente dos grupos de convívio peculiares a cada indivíduo.

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. (BOSI, 2008, p. 66)

Para essa parcela da comunidade local, testemunha de fatos marcados pelo tempo, o Ecomuseu Ilha Grande passa a ter grande importância, por retratar a “memória e a história de Vila Dois Rios”.⁷⁴ Na visão de Jociléa Pereira (2018, entrevista), o Ecomig tem conseguido representar tanto o “presídio, quanto a [cultura] caiçara”. Para ela, tal significação é motivo de orgulho:

Muitas vezes andando no Abraão a gente escuta eles comentando. É muito gostoso a gente saber que ali em cima tem algo que é história... Graças a Deus eu vivo num lugar que está contando a história [...] do povo, e a minha também, porque eu me faço história ali. (PEREIRA, 2018, entrevista)

De acordo com Getúlio Cantuária (2018, entrevista), a criação do ecomuseu perpetua a história para as gerações futuras. “É muito importante não somente para os meus netos, como para todos da Ilha Grande”. Para Nelson Palma (2018, entrevista), além da questão histórica e ecológica, trata-se de um “ponto turístico fundamental”.

O ecomuseu é um museu da ecologia ao céu natural, onde o passarinho vem conversar com a gente aqui, o macaco tá ali, mais ou menos isso seria o ecomuseu. (PALMA, 2018, entrevista)

Para Hotair Souza (2018, entrevista) o Ecomig significa uma área de visitação à céu aberto, “onde as pessoas vão visitar monumentos e a história local”. Segundo ele, “foi um grande feito a inauguração do Museu Botânico, do Meio Ambiente e do Museu do Cárcere [...] Participamos de tudo isso aí”.

Os mais jovens também destacam a relevância do Ecomuseu Ilha Grande. Para a administradora Kelly Almeida (2018, entrevista), 40 anos, o ecomuseu reúne sustentabilidade, ecologia e comunidade, promovendo a salvaguarda do patrimônio local. ‘Eles resgataram a memória desse lugar. A comunidade é a memória viva daqui’.

A recepcionista Bruna dos Santos (2018, entrevista), 20 anos, salienta que o ecomuseu

74- A expressão “representa a memória e história de Dois Rios” foi repetida várias vezes, por diferentes depoentes, durante as entrevistas realizadas pela autora com a comunidade do vilarejo, sobre o Ecomuseu Ilha Grande, em julho de 2018.

se expande por toda a Ilha Grande. Para ela, o Ecomig instiga o desejo de conhecer as tradições da região: ‘passei a me interessar mais pela história’.



Figura 51 - Bruna dos Santos. Foto: Rosana Rocha

O segurança André Luis de Almeida (2018, entrevista), 30 anos, aponta que o ecomuseu foi fundamental para “trazer à tona o passado [...], um meio de ajudar o morador em termos de conhecimento, cultura”. Para ele, trata-se de patrimônio histórico, “o presídio, as vilas, as casas, a usina hidroelétrica, a represa”. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

De acordo com Marcos Leitão (2018, entrevista), 41 anos, “uma geração sem memória é uma geração sem nada”. Deste modo, ele considera que o ecomuseu vem representar um legado, “para a gente poder entender o passado, para poder melhorar o presente e quem sabe o futuro”. Para Ederval Campos (2018, entrevista), 49 anos, é um patrimônio que tem que ser “guardado e protegido, muito importante para a localidade”.

2.2 – A comunidade e o museu

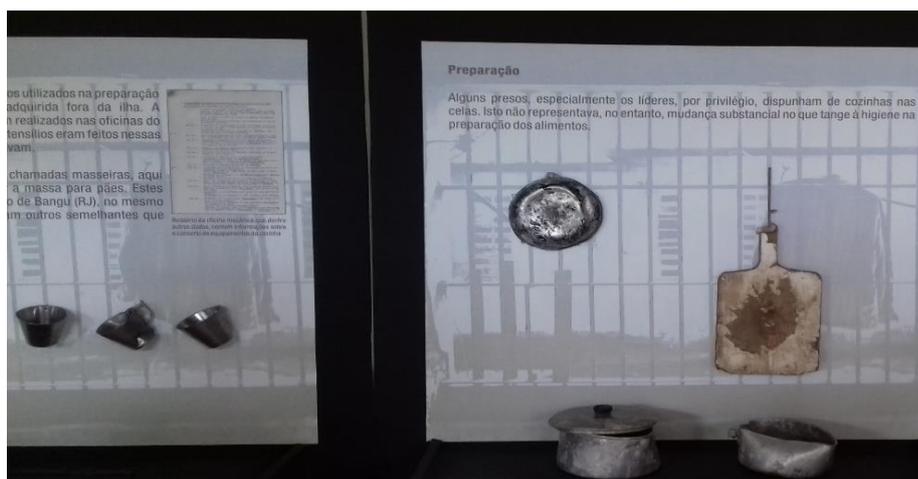
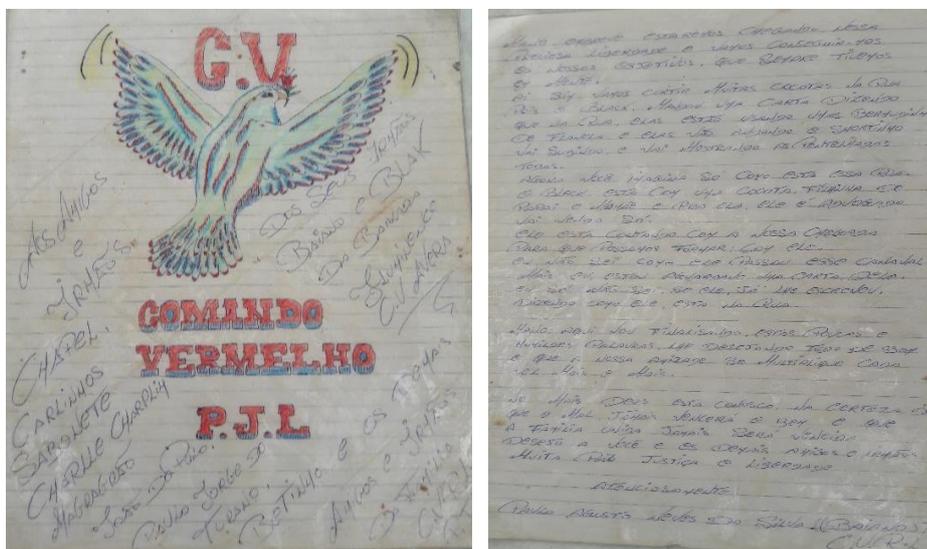


Figura 52 - Mostra “Comida e Cárcere”, com peças da cozinha do presídio. Foto: Rosana Rocha

Para a implantação do Ecomuseu Ilha Grande, houve a participação ativa da comunidade de Dois Rios através de depoimentos e doação de objetos. Em função do processo de valorização da cultura local, evidenciando a garantia do direito à memória, essa população passa a se ver representada através dos núcleos do Ecomig.

A proprietária do Bar da Teresa, Maria José Souza, lembra que ajudou na construção do acervo do Museu do Cárcere. “Tem uma mesa que tem uma máquina de escrever em cima. A mesa era da minha casa, a gente doou, a máquina também”. (SOUZA, 2018, entrevista). Jocélia Pereira (2018, entrevista) conta que contribuiu com “algumas coisas que tínhamos em casa, como livros que eram dos presos”.

Getúlio Cantuária (2018, entrevista) recorda que havia guardado muito material da época do presídio, fato que possibilitou a oferta de fotos, cartas e documentos. Entre eles, manuscritos que atestam o surgimento do Comando Vermelho no Instituto Penal Cândido Mendes, na década de 1980.



Figuras 53 e 54 – Cartas de membros do Comando Vermelho. Fonte: Getúlio Cantuária
Fotos: Rosana Rocha

De acordo com a administradora Kelly Almeida (2018, entrevista), o Ecomuseu Ilha Grande conseguiu trazer cultura, arte, educação e preservação para Vila Dois Rios. Segundo ela, houve um movimento de reestruturação do lugar. “A gente foi resgatando imagens, fotos, ajudamos na sala de exposições. Cheguei a trabalhar atendendo ao público bem no início”. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

Edervaldo Campos (2018, entrevista) relata que colaborou para a elaboração da mostra do Museu do Meio Ambiente. “Eu participei junto com o meu sogro para fazer a montagem, cortar bambu, pintar, colocar no local”. O ajudante de jardineiro Julio Cesar de Souza (2018,

entrevista) se orgulha do resultado: “já viu lá no Museu do Meio Ambiente, a cultura caiçara? Eu também sou um”. E confirma a participação em diferentes atividades:

Eu sou um pouco de tudo, sou cozinheiro, pizzaiolo, fiz lula à dorê na inauguração do museu, risoto de camarão. Participo de tudo o que eles precisam de mim. Eu que abro área de pesquisa para a Uerj, também sou guia da Fiocruz, eu que acompanho dentro da mata, faço monitoramento do bugio. (SOUZA, 2018, entrevista)

Já André Luis Almeida (2018, entrevista) destaca a atuação do pai, último preso da Ilha Grande, na criação do acervo do Museu do Cárcere. “Meu pai fazia artesanato com madeira e raízes, trazia pra cá”. Segundo ele, Seu Júlio, que faleceu aos 87 anos, em abril de 2018 _conforme descrito no capítulo anterior_, gostava de receber os visitantes narrando fatos históricos, como também de cooperar com a limpeza do local.



Figura 55 - André Luiz Almeida

Foto: Rosana Rocha

No ponto de vista de Marilene Campos (2018, entrevista), não há como negar o entrosamento do museu com a comunidade. Para ela, “o ecomuseu é integração. É parede, mas é povo também”. Tal característica é igualmente ressaltada por Marilda Caiares (2018, entrevista), que se considera patrimônio vivo do lugar: “o ecomuseu somos nós, sem nós não há ecomuseu”.

2.3 – Uma questão de identidade

De acordo com Jeudy (2005, p. 12), um dos principais objetivos da ordem patrimonial é o de “expressar a identidade de uma região, de uma nação, de um acontecimento histórico”. Segundo ele, esse processo vem permitir que “uma sociedade se veja o espelho de si mesma,

que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos, reflexos inteligíveis de sua história, sua cultura”. (JEUDY, 2005, p. 3)

Desse modo, ao se reconhecer no Ecomig, essa população vai buscar perpetuar o sentimento de pertencimento, de continuidade, na relação de espelhamento. O que se observa é a tentativa de afirmação dos saberes locais para as gerações futuras, através da consolidação da memória do passado. Em função disso, o grupo passa a questionar tudo o que possa gerar algum tipo de distanciamento ou esquecimento, que venha impedir essa representatividade.

Nesse sentido, emerge a disputa pela perspectiva a ser considerada na narrativa dos fatos. De acordo com Portelli (1996, p.103-130) representações e fatos não existem isoladamente. Para ele, “tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”. Tal interação faz parte do campo específico da história oral, a qual considera tanto os fatos reconstruídos, como também “aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações”.

Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que langue se opõe a parole, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. (PORTELLI, 1996, p. 103-130)

Na visão de Hotair Souza (2018, entrevista), o Ecomuseu Ilha Grande permanece em processo de construção, “ainda tem muita coisa por fazer”. Para ele, “o visitante chega aqui e fica meio perdido”, por isso, acredita que o Ecomig ainda tem muito a melhorar, principalmente com relação à sinalização das áreas externas.

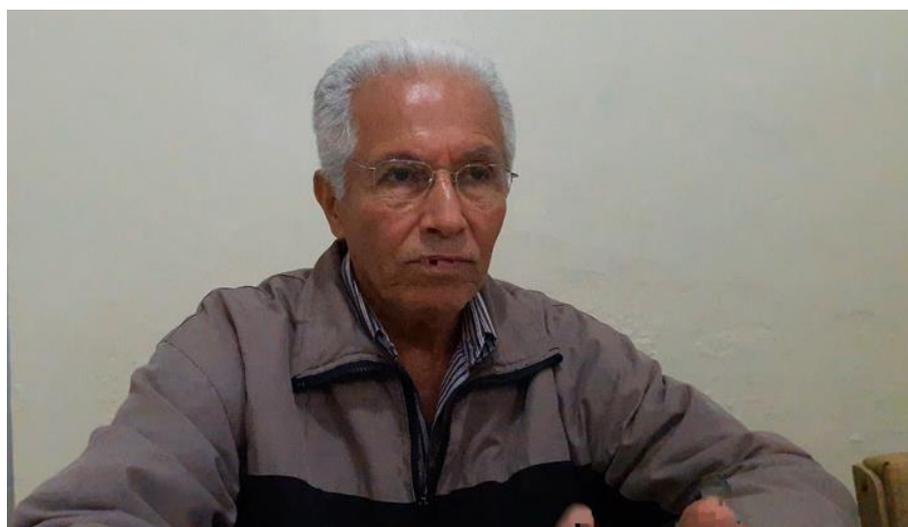


Figura 56 – Hotair Souza

Foto: Rosana Roch

A demarcação da prisão, os pátios sinalizados, na área de ocupação dos pátios do presídio, pátio da administração, pátio da caldeira, pátio da enfermaria, pátio de visita, o areão, não tem nenhuma sinalização. Isso poderia estar melhor. Pátio do Mariel, pátio histórico. Isso poderia ser local de visita, coisa de baixo custo, basta ter uma pessoa para limpar e ter uma plaquinha para mostrar. Isso aumentaria a área de visita. Quando chega o visitante, ele não visita a área do presídio, ele só visita a exposição caiçara e as mostras do Museu do Cárcere. No corpo da guarda e a antiga padaria. Agora as outras áreas, o turista não anda por lá. (SOUZA, 2018, entrevista)

Tal pretensão encontra eco no depoimento de Getúlio Cantuária (2018, entrevista), ao julgar que “todas as praças mereciam ser revitalizadas”. De acordo com ele, as pessoas não entendem como era Vila Dois Rios, no período do Instituto Penal Cândido Mendes.

Isso deveria ser resgatado. Se você quer falar da história do presídio, então isso deveria ser novamente ativado. Não é somente entrar no museu, mas sim olhar e ver o que tinha. Isso aqui atrás era um campo de futebol. Pelo menos uma placa, que informasse que era o campo onde os internos jogavam bola. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

Além disso, Cantuária (2018, entrevista) aponta para o problema da falta de manutenção do espaço público, impedindo o usufruto da comunidade. Segundo ele, a limpeza traria benefícios para os moradores das mais diferentes idades. “Serviria até para as pessoas sentarem, fazerem um piquenique, as crianças que correm por aí por esse mato, correm o risco de serem picadas por uma cobra”. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

Do mesmo modo, Hotair Souza (2018, entrevista) indica que há uma parte do patrimônio histórico de Vila Dois Rios que não foi relacionada durante o projeto de implantação do Ecomuseu Ilha Grande. De acordo com ele, trata-se de um circuito turístico, que integra cultura, memória e natureza, onde o visitante poderia conhecer um pouco mais sobre a época do presídio.

Nós temos um circuito que sai aqui do Museu do Cárcere e vai passando pela estrada onde era o estábulo, o cemitério, a casa de visita dos internos, a olaria, do lado onde fugiu o Escadinha. Depois tem a estrada que vai sair na represa, em cima, onde abastecia a hidroelétrica. Esse é um circuito histórico [...] O contato com a natureza também é muito importante nesse circuito que vai perto da represa [...] Dentro desse projeto de ecomuseu, esse circuito passaria por esses locais todinhos. Pelo menos que tivesse uma placa, que dissesse que tem um cemitério, as casas de visitas, tem casas de colono, a olaria, a represa. (SOUZA, 2018, entrevista)

A preocupação com vários fatos históricos que não estão sendo devidamente evidenciados no espaço referente ao Museu do Cárcere é recorrente no testemunho do ex-agente penitenciário Getúlio Cantuária. Entre eles, a fuga do traficante de drogas José Carlos Encina, o Escadinha, da prisão. Conforme Cantuária (2018, entrevista), é preciso “ensinar [às

receptionistas] como contar uma história, para que elas não venham a se enrolar e ficar sem saber o que falar”.

Por exemplo, o Escadinha não fugiu em cima do presídio, o Escadinha fugiu fora. Ele tava tirando visita na casa de um colono livre que era preso. Não foi dentro do presídio, foi há mais de um quilômetro de distância. O helicóptero passou, baixou. Antes vários helicópteros já haviam passado aqui, então não tinha problema. Depois da fuga dele houve a proibição do espaço aéreo em cima do presídio. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

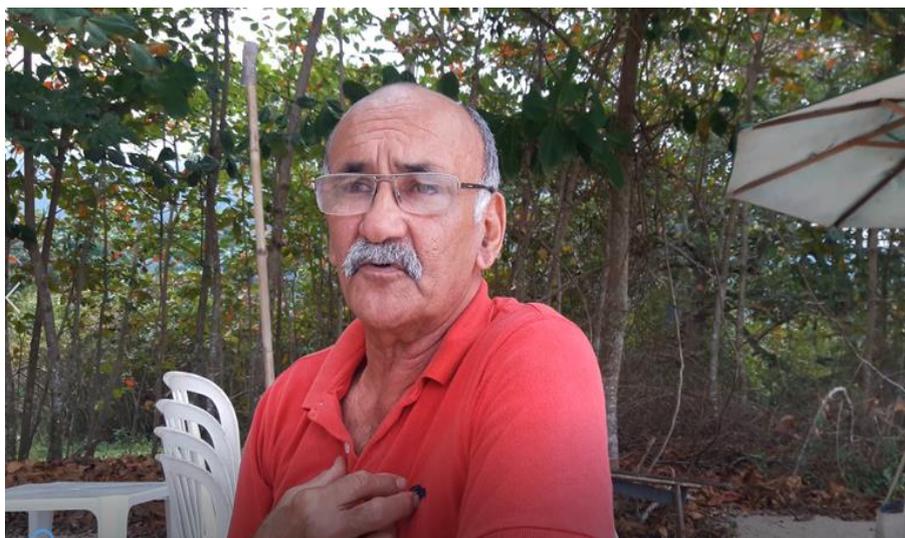


Figura 57 - Getúlio Cantuária.

Foto: Rosana Rocha

Da mesma forma, Cantuária considera de extrema relevância a ampliação da museografia relacionada ao surgimento do Comando Vermelho no Ecomig. Segundo ele, as narrativas expostas são insuficientes para que o visitante tenha a noção exata dos acontecimentos. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

Deveria ampliar a história do Comando, do surgimento do Terceiro Comando. Tudo saiu daqui. Muita gente se você perguntar, até mesmo bandido não vai saber, porque os fundadores já morreram. Então se você perguntar, como surgiu o Terceiro Comando? [...] Se você perguntar lá no museu ninguém vai saber. Era o grupo que morava na terceira galeria. E que ajudou a Falange Vermelha a se formar. Eles ajudaram o Comando Vermelho a implantar o Comando Vermelho. Só que depois o Comando Vermelho tentou assumir, tomar tudo. Aí eles não aceitaram, esse grupo brigou muito sobre isso até que eles mataram um dos fundadores do Terceiro Comando. [...] Foi quando houve a guerra [...] acho que foi em 1983, quando a gente deu uma geral e pegamos várias armas de fogo, várias pistolas. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

O ex-agente penitenciário lembra de uma passagem marcante, que reflete as práticas utilizadas entre os representantes das recém-criadas facções criminosas dentro do Instituto

Penal Cândido Mendes. De acordo com Cantuária (2018, entrevista), “é importante contar essas histórias”.

Teve um caso lá que o cara do Comando Vermelho recebeu uma carta do amigo que era do Terceiro Comando. O cara trabalhava no estábulo, a gente chamava ele de Russo do Vasco. Então quando ele entrou, os caras mataram ele. Um rapazinho que era amigo dele, também era do Comando Vermelho _chamava Maradona, porque jogava muita bola e era tipo Maradona_, esse rapaz chorou no dia. O que os caras fizeram depois de uma semana? Mataram mais uns cinco, que estavam em cima do muro. [...] Não podia ficar em cima do muro, tinha que ter o partido, ou fica ou morre. E foi o que aconteceu. Os caras pegaram e mataram esse Maradona, arrancaram o coração dele e jogaram para os cachorros, “coração de malandro não chora”, jogaram para os cachorros. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

A sinalização dos diferentes atrativos e monumentos, assim como a indicação dos núcleos, incluindo o tempo de caminhada pela trilha que liga Vila do Abraão à Vila Dois Rios, também é uma reivindicação da população local. De acordo com o policial reformado Pedro dos Santos (2018, entrevista), 78 anos, “muita gente sobe nessa estrada sem saber a distância, com criança, e na hora de voltar fica pedindo carona”.

Para o segurança André Almeida (2018, entrevista), a informação não só deveria estar mais visível como estar no início do caminho. “Segunda-feira o museu está fechado, a pessoa não sabe. [Quando] a gente informa, a pessoa fica desapontada”. (ALMEIDA, 2018, entrevista). Já para Edervaldo Campos (2018, entrevista), o vilarejo deveria estar mais bem sinalizado:

Deveria ter umas plaquinhas, umas setinhas, museu ali, rua tal, dá uma ênfase melhor. Porque a pessoa fica perguntando, onde é o Museu do Cárcere? _ É na horizontal, lá. Se tem uma plaquinha, a pessoa já visualiza melhor, facilita. (CAMPOS, 2018, entrevista)

Na interpretação de Getúlio Cantuária (2018, entrevista), o ideal seria ter placas indicando o Ecomig, em Vila do Abraão, assim como na praia de Vila Dois Rios. “Tem pessoas que chegam aqui e não sabem. O cara que chega de lancha, visita a praia, sobe aqui, vai ali e volta”. Ele lembra também da ausência de indicação de distância.

Muita gente chega aqui reclamando, machucado. Porque quando você vai alugar a bicicleta, o cara fala [que em] uma hora você tá lá, fácil, pela estrada. Mas quando tem que subir carregando a bicicleta, descer, tem pedra, buraco, as pessoas às vezes chegam aqui com a bicicleta quebrada, tudo isso complica. Eu tô sempre aqui e vejo a reclamação das pessoas. Essa questão da sinalização é importante. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)



Figura 58 – Marcos Leitão Foto: Rosana Rocha

Conforme o chefe de segurança Marcos Leitão (2018, entrevista), embora essa parte de sinalização das trilhas seja de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), ‘o ecomuseu poderia fazer uma parceria, colocar panfleto, cartaz’. Para ele, toda a informação é bem-vinda, pois os turistas sempre perguntam sobre distância, direção dos equipamentos culturais, entre outros detalhes.

Lá no Abraão era pra ter uma guarita, uma casinha. Uma pessoa que pudesse informar por exemplo: vai para Dois Rios, a caminhada é de tantos quilômetros, lá você não pode acampar, camping selvagem na ilha é proibido. Em Dois Rios não pode ter pernoite, você só pode passar o dia. Às 17h horas no inverno você tem que dar destino, e, às 18h no verão também tem que dar destino. Lá é caminho para outra praia, que é Parnaioca, são mais 3h de caminhada. Você tem que estar preparado para essa trilha, não pega celular, não tem como fazer socorro. Se tiver algum problema de saúde você tem que informar aqui, ao bombeiro, onde você está indo, o tempo que pretende voltar, para que se alguém der falta de você a gente possa procurar. Lá em cima tem um controle de visita. Todas as pessoas que passam à pé por Vila Dois Rios nós fazemos o registro naquela guarita da entrada da vila. (LEITÃO, 2018, entrevista)

Na opinião de Nelson Palma, apesar da Ilha Grande estar inserida numa Área de Proteção Ambiental (APA), que também é um Parque Estadual (Peig), administrado pelo Inea, o Ecomig também deve se preocupar com essa questão. “Nesse trecho daqui para Dois Rios, o ecomuseu deve ter responsabilidade nisso. É o cartão de visita que ele tem ali, da própria Uerj”. (PALMA, 2018, entrevista)

3. O olhar para o futuro

Para a maioria dos entrevistados, o Ecomuseu Ilha Grande vem propiciando melhorias para os moradores de Vila Dois Rios. Uma das questões centrais é a geração de renda, através de vagas de emprego ofertadas pelos núcleos do Ecomig. De acordo com Hotair de Souza “o

ecomuseu está cumprindo uma etapa muito importante que atende ao lado econômico, se tornando um grande empregador”.

Melhorou porque tem trabalho para essas pessoas. Muitas passando da adolescência, precisando de emprego. As senhoras também trabalhando, trazendo para Dois Rios uma continuação. (SOUZA, 2018, entrevista)

Por este motivo, todos são unânimes com relação à necessidade de ampliação e expansão do Ecomig. No ponto de vista da população local é necessário investir no turismo. Para Getúlio Cantuária (2018, entrevista), o ideal seria dispor de um sistema próprio de transporte. “O futuro é melhorar ainda mais, ampliar esse ecomuseu para o turista sair daqui feliz”. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

Nesse caso, a sugestão incluiria também realizar benfeitorias na estrada, para facilitar o acesso à Vila Dois Rios. Na análise de Moisés Pereira (2018, entrevista), muitas são as possibilidades para se buscar aumentar o número de visitantes. Entre elas, a utilização de um veículo para esse fim.

Pode se fazer uma melhoria na estrada sim, pode se colocar um transporte. Tem gente no Abraão que desde que acabou o presídio nunca mais voltou aqui. Se você conhecer algum morador que possa marcar a sua subida e sua descida [no ônibus da Associação de Moradores que atende à população local], sim, mas caso contrário não [é possível chegar à Vila Dois Rios de ônibus]. (PEREIRA, 2018, entrevista)

De acordo com Marcos Leitão (2018, entrevista), como “o principal entrave é o transporte, [...] melhorando a acessibilidade a gente vai ter mais coisas”. Na visão de Edervaldo Campos (2018, entrevista), isso interfere diretamente na visitação. Segundo ele, como não há um veículo que percorra o caminho, muitas pessoas se veem impedidas de conhecer o lugar.

Nós temos o carro da Uerj, é o Ceads que administra, ele é responsável pelo transporte, só que ele não atende aos turistas. O museu depende do turista, não só o pessoal que mora na comunidade, como quem vem de fora também. Se a gente tem uma maneira de facilitar a vida das pessoas para ver como era... muitos não vem por isso aí, por causa de alguma dificuldade física. Tem uma história, eu estava lá embaixo, chegaram dois irmãos, um na cadeira de rodas. Chegou pra mim e falou: “Poxa moço, você que é o motorista, né?” Sou eu sim, disse. “Quería dar um pulinho lá em Dois Rios fiquei sabendo que tem um museu, tem possibilidade de ir para conhecer lá, tem essa dificuldade aqui, mas dava pra ir assim, mas andando não dá”. Infelizmente eu não posso porque a gente não pode transportar turista. No seu caso especialmente, porque não tem lugar adequado para colocar a cadeira, igual no continente que tem... Ele falou então tá, mas eu senti que ele ficou triste, porque você podou do cara o direito de ir e vir. (CAMPOS, 2018, entrevista)

Do mesmo modo, os testemunhos dos moradores indicam a obrigatoriedade de se promover a inclusão social. Para Leitão (2018, entrevista), trata-se de um ponto fundamental para atender às demandas da população.

A gente confia muito no futuro do ecomuseu. A questão da inclusão é muito importante. A comunidade ilhéu é uma comunidade difícil, já tem aquela situação de isolamento, no dia a dia, no cotidiano, na alma das pessoas. Isso aqui é minha natureza mesmo, é meu destino e o ecomuseu é uma opção, é um leque que se abre. Tinha muita gente que não sabia ler e que quis aprender para poder ler um pouquinho da própria história, que legal eu tô ali! (LEITÃO, 2018, entrevista)

De acordo com a comunidade, o Ecomig precisa englobar novos espaços e pontos de vista. Na ótica de Getúlio Cantuária (2018, entrevista), seria interessante acrescentar a história dos povos antigos da Ilha Grande no Museu do Meio Ambiente. Principalmente, pelo fato deles “terem sido caçadores, gostarem de pássaros”. Da mesma forma, “mostrar que a cultura é diferente, que não há necessidade de se matar uma paca, porque na Ilha Grande hoje você pode comprar carne”. (CANTUÁRIA, 2018, entrevista)

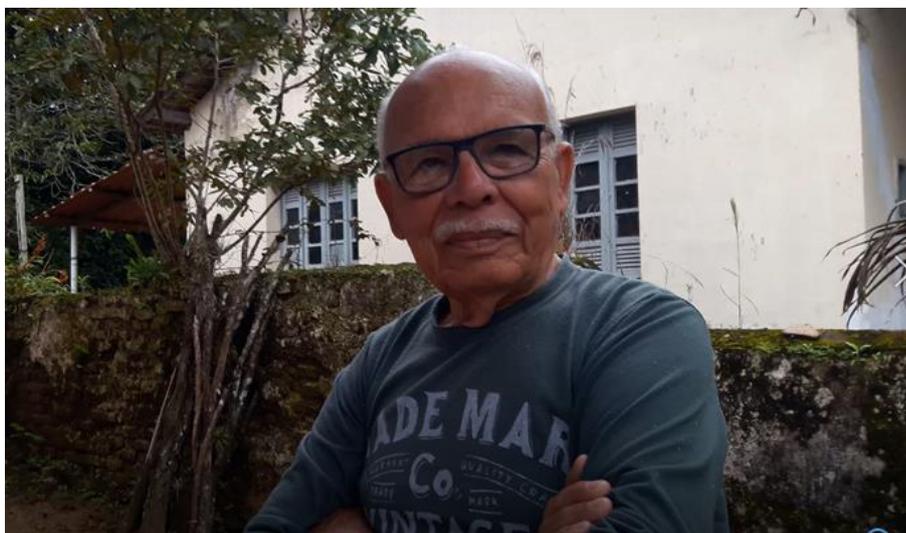


Figura 59 - Pedro dos Santos.

Foto: Rosana Rocha

Para Pedro dos Santos (2018, entrevista) uma das tendências seria aprimorar o Museu do Meio Ambiente. Segundo ele, como “em volta de toda a ilha tem muita coisa”, o ideal seria passar a aglutinar a “história de moradores antigos de outras praias” num mesmo lugar. (SANTOS, 2018, entrevista)

Conforme André Almeida (2018, entrevista), o crescimento do Ecomuseu Ilha Grande deveria ocorrer de forma estrutural, através da incorporação de ‘mais salas, mais objetos da época do presídio’. Para ele, ‘a história não pode acabar’. Moisés Pereira (2018, entrevista) também defende o aumento do espaço físico. “Trazer mais coisas, no espaço que está vago lá.

Ainda não foram devidamente expostas todas as peculiaridades que temos aqui”. (PEREIRA, 2018, entrevista)

O museu foi show de bola, foi bem-vindo por não deixar que o local ficasse pichado. A gente vê que essa parte não se acabou, podia se estender mais, o projeto do Centro Multimídia, do antigo cinema, que tudo dê certo para aumentar. Também no Meio Ambiente. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

Para as jovens Viviane Oliveira e Bruna Santos (2018, entrevista), “o museu deve ir longe, se expandir, melhorar bastante”. Elas dividem a mesma opinião com relação à agregar as celas do presídio ao projeto de museografia, como também de provocar uma dilatação das narrativas históricas ainda não exploradas.

De acordo com Oliveira (2018, entrevista), as ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes fechadas à visitação até os dias de hoje, também são objeto de questionamento por parte do público em geral. “As pessoas perguntam muito, a gente diz que não pode ir, porque tem muito mato, porque ainda não está acabado. Seria bom mudar”. (OLIVEIRA, 2018, entrevista).



Figura 60 - Viviane Oliveira. Foto: Rosana Rocha

No ideal juvenil, o Ecomig deveria promover cursos diversos, como também passar a utilizar o recém-inaugurado Centro de Convivência⁷⁵ para organizar uma agenda regular contendo espetáculos teatrais e exibição de filmes. Segundo Oliveira, a perspectiva é que haja ‘novos recursos, novos aprendizados, curso de inglês, teatro’. (OLIVEIRA, 2018, entrevista)

75- Reivindicação antiga dos moradores de Dois Rios, a reabertura do Centro de Convivência ocorreu em 17 de agosto de 2018, com o objetivo de ser um local de lazer para a comunidade. Ver: UERJ abre Centro de Convivência na Ilha Grande. Disponível em: http://www.uerj.br/publicacoes/uerj_emdia/892/UERJemDia_892.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

Para Jocélia Pereira (2018, entrevista), todas as ações relacionadas ao ensino das crianças e adolescentes de Vila Dois Rios deveriam ser retomadas no mais curto espaço de tempo. De acordo com ela, “o ecomuseu podia dar essa chance para esse povo que tá querendo crescer”.

Que bom que seria essas crianças fazendo um inglês, aperfeiçoando, principalmente nessa era da informática. Usar a casa do colégio velho e dar aulas. Até as crianças do Abraão que tivessem interessadas subiriam para assistir. A Uerj veio com esse projeto, mas não foi à frente. (PEREIRA, 2018, entrevista)

Outra questão pontuada é com relação ao atendimento ao público. Conforme Jociléa Pereira, é necessário investir no aprimoramento e na capacitação dos funcionários do Ecomig. “São pessoas ainda matutas, são filhos de PMs, tem aquela hierarquia. As funcionárias tinham que atender melhor às pessoas que chegam lá”. (PEREIRA, 2018, entrevista).

Ensinar as funcionárias a atenderem bem aos turistas, aos moradores, em relação à não mexer, à falar, ceder. Várias pessoas tem falado. Por causa de 10 minutos uma pessoa deixou de conhecer o ecomuseu sem saber se iria voltar ou não. As pessoas às vezes chegam na vila se perdem na praia, e quando lembram, saem correndo e aqueles 10 minutos, ficam frustradas. (PEREIRA, 2018, entrevista)

Do mesmo modo, os moradores de Vila Dois Rios observam problemas relacionados à gestão universitária. Para Moisés Pereira (2018, entrevista), o Ecomig tem tudo para progredir, para propiciar maior acolhimento à população local. Mas para isso, ele considera necessário que o mesmo possa ter mais independência dentro da Uerj: “se você tiver autonomia, você pode fazer as coisas”.

Teria que haver irmandade na coisa, consenso na coisa, participação[...] Seria de grande valia caso a administração da Uerj deixasse. [Se] fica refém da SR2 [...], da guerra de ego entre diretores da SR2 e da SR3, vai continuar dependente. [...] Falta o ecomuseu andar com as próprias pernas. (PEREIRA, 2018, entrevista)

Na visão de Edervaldo Campos (2018, entrevista) isso ocorre pelo fato do Ecomuseu Ilha Grande estar vinculado à Sub-reitoria de Extensão e Cultura (SR3) e o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads), responsável pela administração do campus da Ilha Grande, estar subordinado à Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2). Segundo ele, isso gera “uma rivalidade muito grande”.

Poderiam dar mais apoio ao ecomuseu [...], acho que a Uerj é uma só. Muitos setores deviam ter mais união, é tudo Uerj. Se eu posso te ajudar eu vou te ajudar, independentemente de qualquer coisa. Vamos fazer, vamos fazer. Mas você vê que às vezes fica meio complicado. (CAMPOS, 2018, entrevista)

Conforme discorrido no capítulo 1 do presente trabalho, o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável foi inaugurado em Vila Dois Rios em 1998, em cumprimento ao acordo firmado com o governo do Rio de Janeiro. Em função do fato de ter sido inaugurado anos depois, o Ecomuseu Ilha Grande permanece até o presente momento utilizando a estrutura e apoio do Ceads, no que diz respeito à transporte, alimentação e alojamento, apesar de ser responsável pelo patrimônio histórico e cultural do lugar.

Moisés Pereira (2018, entrevista) lembra de várias “histórias desagradáveis em relação ao Ceads, que desmotivou muita gente”. De acordo com ele, “na implantação da Uerj, alunos e professores eram proibidos de manter contato com os moradores”. Tais relações geraram constrangimentos e tensões entre as partes envolvidas, que ainda não foram resolvidas na totalidade.

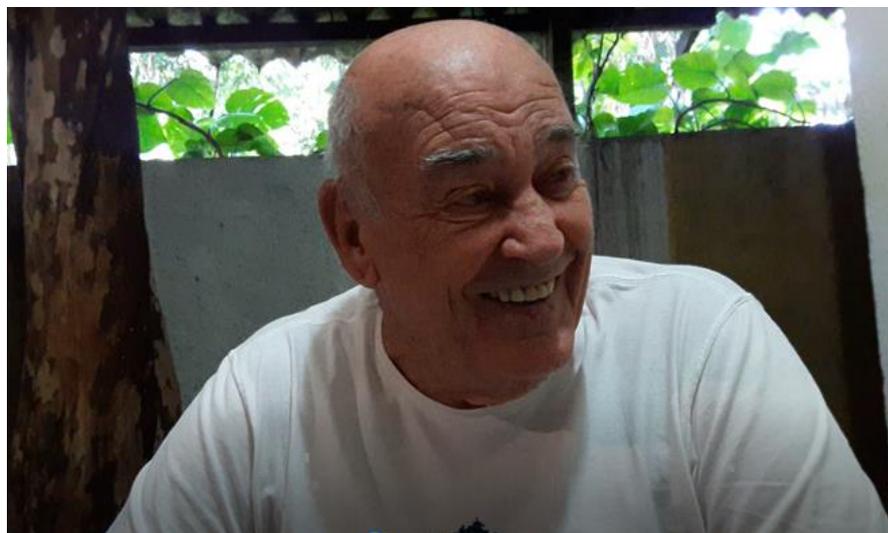


Figura 61 - Néelson Palma.

Foto - Rosana Rocha

Na análise de Nelson Palma (2018, entrevista), muito embora a estrutura do Ecomig seja bem montada, “o maior problema ali é o entendimento da Uerj [...] têm horas que o Ceads me parece que é meio desvinculado da própria Uerj”. Para ele, o caráter de abnegação entre os responsáveis pela condução do ecomuseu é que permite a continuidade desse projeto. (PALMA, 2018, entrevista)

Eu gostaria que o ecomuseu fosse quase que um patrimônio do próprio ambiente turístico da Ilha Grande, mas isso não vai depender só das pessoas que estão aí, isso vai depender do estado, como vai ser a Uerj daqui pra frente, que de repente pode até ser fechada. Isso vai ser um grande mal. (PALMA, 2018, entrevista)

De acordo com Suzy Santos (2018, p. 250), as dificuldades destacadas pelos habitantes do local são muito comuns em experiências ecomuseais que não se originam de iniciativas

comunitárias. Segundo estudo realizado pela museóloga, cerca de 11 ecomuseus brasileiros são geridos por universidades, sem a participação direta da população, como ocorre com o Ecomig.

Em muitos casos, essas estruturas funcionam desenvolvendo projetos de extensão universitária para angariar recursos com o intuito de se promover ações de intervenção social onde “nem sempre fica claro se existe um vínculo institucional ou apenas pessoal por parte dos docentes”. Por este motivo, é frequente se verificar ordenações hierárquicas e não dialógicas, onde “egos ou egoísmos acadêmicos acabam prejudicando as relações entre academia e comunidade”, conforme episódios narrados anteriormente pelo morador de Vila Dois Rios. (SANTOS, 2017, p. 251)

Apesar dessas questões, os habitantes do local vislumbram um futuro promissor para o Ecomuseu Ilha Grande. Conforme Kelly Almeida (2018, entrevista), a expectativa é que “eles continuem com esse ideal voltado para a comunidade, essa parte humana”. Segundo ela, “o Ceads é mais logística e o ecomuseu é mais acolhedor”. Para Marilda Caiares (2018, entrevista), o desejo é de vida longa para o Ecomig, “eles têm que permanecer inovando”.

Ele é responsável não só por Dois Rios, Palmas, Provetá, Aventureiro, Abraão. Eles vão acabar tomando conta da ilha toda e é muito bom porque eles trazem cultura. (CAIARES, 2018, entrevista)

A opinião de Julio Cesar de Souza (2018, entrevista) é praticamente idêntica: “eu quero que isso fique aqui por muito tempo”. De acordo com ele, o ecomuseu tem de “passar de geração para geração, de pai para filho, de chefe para outro chefe, cada um vai ter uma nova ideia, passados os anos vai haver outra festa, a vida continua”. (SOUZA, 2018, entrevista)

Conforme Mário Chagas (2018, entrevista), como se trata de um dos poucos ecomuseus vinculados à uma universidade, “pode ter um futuro importante, no sentido de desenvolvimento de pesquisas, inovação no campo da museologia”. Segundo ele, o grande desafio é promover “um movimento de aproximação com as comunidades locais”.

Esse não é um desafio exclusivo da Uerj, ele está colocado para várias outras universidades, como trabalhar uma ecologia de saberes, na expressão do Boaventura de Souza Santos, como respeitar o saber dos outros, como a universidade poderia se articular e produzir um conhecimento que tenha aplicabilidades locais e de modo respeitoso. Eu penso que isso é um desafio que está colocado no horizonte da Uerj, e o ecomuseu poderá vir a cumprir com um papel importante, pelo menos faço votos. (CHAGAS, 2018, entrevista)

Na concepção de Hotair Souza (2018, entrevista), o projeto do Ecomuseu Ilha Grande “vai se arrastando”, mas “um dia será implantado”. Para ele, “vai demorar, porque a história

requer assim, um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã”. Na previsão final, Souza demonstra ter boas perspectivas: “Eu vejo um grande futuro”. (SOUZA, 2018, entrevista)

CAPÍTULO 4 – UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO.

4.1 . A experimentação ecomuseal



**Figura 62- Reabertura do Museu do Cárcere, com a presença da comunidade, em 2016.
Foto: Rosana Rocha.**

De acordo com Tereza Scheiner (1992, p.58-59), ecomuseus “são experiências culturais, complexas e muito controversas”. Por esse motivo, passam a “existir nas situações em que uma comunidade ou grupo cultural decidem preservar a sua própria memória e o seu meio ambiente”. Segundo ela, são “viabilizados se vinculados a estruturas de poder político que respeitem as decisões da comunidade”.

No caso brasileiro, conforme aponta Suzy Santos (2017, p. 184), o crescimento de novas tipologias museais que se diferenciavam dos modelos tradicionais teve início “na última década do século XX e com o adentrar do século XXI”. Segundo Santos (2017, p. 166), a primeira experimentação nesse campo teria sido o Museu Conceitual do Distrito, em 1968, abarcando todo o bairro de Santa Teresa (RJ). A proposta foi concebida como museu ao ar livre, “incluindo seus moradores, trabalhadores, sua vida cotidiana, estruturas e memórias”.

Na sequência, foram surgindo outros ecomuseus como o Ribeirão da Ilha (SC), em 1971, o Integrado de São Cristóvão (RJ), em 1982, o NOPH de Santa Cruz (RJ), em 1983, o de Itaipu (PA), em 1987, o da Fazenda Boa Vista (SP), em 1988, o da Picada (RS), em 1995, o Laboratório Interativo de Educação Ambiental (SC), em 1997, o Rural (RJ) em 1998 e o da Ilha de Pólvora (RS), em 1999.

No período de 1999 até a inauguração do Ecomuseu Ilha Grande, no ano de 2007, foram cadastradas mais de dez instituições do mesmo tipo, indicando uma ampliação e uma

modificação significativa na respectiva área. Conforme levantamento realizado por Santos (2017, p. 213), hoje pode-se verificar 196 iniciativas museológicas comunitárias em todo o território nacional, sendo 50 delas autodenominadas ecomuseus.



Figura 63 – Gráfico de Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: por denominação. Fonte: Suzy Santos, 2017.

Dessa forma, o Ecomig surge no meio do contexto de inovação que despontava no campo museal, tanto no Brasil como em diferentes lugares do mundo, onde o princípio era o homem, com suas características geográficas, ambientais e de ocupação cultural. De acordo com Mário Chagas (2018, entrevista), ‘o ecomuseu não é uma coisa acabada [...] pode interpretar e ser reinterpretado, pode produzir coisas, ele pode inovar, ele pode criar’. Desse modo, o projeto foi elaborado, com o intuito de estabelecer “uma relação mais aprofundada com a comunidade local”.

O museu deveria ser compreendido como espaço de humanização. E que era importante também abrir possibilidades de futuro, de novos futuros, para os filhos daqueles moradores que foram homens e mulheres do cárcere, que foram carcereiros, mas era importante abrir espaço para as novas gerações que estavam vindo, filhos e filhas. (CHAGAS, 2018, entrevista)

Para Fernanda Camargo Moro (1992, p. 35), a proposta de ecomuseu reúne a coordenação do meio ambiente, com as pessoas que se alojam nesse processo casualmente. Segundo ela, “não existe modelo de ecomuseu, não existe cartilha, nem modinha de ecomuseu. O profissional vai ter que se acostumar aos anseios daquela comunidade”. (id., p. 45). Além disso, Moro (1992, p. 36) reitera: “o ecomuseu tem que fazer com que a comunidade seja imprescindível no seu trabalho, mas que o consultor [...], ele tem que ser prescindível”.

Hernan Crespo Toral (1992, p.17) amplia a visão, afirmando que ‘o museu é a inserção dentro da comunidade para produzir a consciência sobre este desenvolvimento sustentável [...] que é um desenvolvimento equilibrado, e não de um ator e circunstâncias’. Para ele, isso se dá através de políticas públicas planejadas, que não estejam à mercê das modificações relacionadas às gestões institucionais, provocando descontinuidades ou contingenciamentos de recursos.

O projeto de desenvolvimento cultural, tem entre outras finalidades, estabelecer essas políticas e fazer com que a cultura não esteja na contingência das mudanças. [...] Não se pode aceitar que se dê o que se está passando, que o homem não seja objeto e sujeito do desenvolvimento. (TORAL, 1992, p. 15)

No conceito de Hugues de Varine (1992, p. 286), uma das questões centrais é que este museu passe de fato a atuar como “instrumento de desenvolvimento e como instrumento de participação comunitária”. De acordo com ele, o nome ecomuseu deixa de ter importância, muito embora tenha sido o próprio Varine o idealizador da palavra em referência, conforme apontado no segundo capítulo do presente trabalho. “Prefiro falar de museu e museologia comunitária” (VARINE, 1992, nota)⁷⁶ considerando, ainda, termos como “museus comunitários de desenvolvimento” ou “ecomuseu de desenvolvimento”. (ibid., 1992, p. 286)

O objetivo é o desenvolvimento comunitário, isso quer dizer que damos o poder à comunidade. E às pessoas que sabem, os eruditos, os pesquisadores, os técnicos são os servidores da comunidade. [...] Se temos um objetivo claro e respeitamos o princípio de subsidiariedade, sabemos onde vamos dar à unidade mais baixa, comunitária, o direito de definir o que é bom e o que ela quer fazer e, em seguida, a autoridade superior – pode ser a universidade, pode ser o Estado, pode ser o município – não deverá decidir no lugar da comunidade, mas proporcionar à comunidade os meios. (ibid, 1992, p. 318)

Para Varine (1992, p. 283), o desenvolvimento local pode ser visto tanto sobre o ponto de vista do macrodesenvolvimento, onde o meio econômico vai reger o processo, elegendo agentes externos para estabelecer a gestão do lugar, como do microdesenvolvimento. Este último é endógeno, envolve os habitantes e os grupos locais, que passam a ter responsabilidade por essa evolução. “Temos aí toda a população, o recurso humano do desenvolvimento local, e se apoia nos recursos locais”. (VARINE, 1992, p. 291)

Isso pode ser as paisagens em matéria de turismo, os recursos naturais, a água, a floresta, os recursos artesanais, os agrícolas, a existência de um queijo, a existência de uma raça particular de vaca, de suínos, etc. (id., p. 291)

76- VARINE, Hugues. Notas sobre um projeto de museu comunitário. In: Anais 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte : Rio de Janeiro, 1992.

De acordo com Varine (1992, p. 286), muitas instituições museográficas que tiveram origem tanto nos museus de ecologia, quanto nos ecomuseus de parques ou naturais, ‘não desempenham verdadeiramente papéis de mobilização comunitária ou de desenvolvimento local’. No caso, isso ocorre quando deixam de considerar cultura e patrimônio, de valorizar hábitos e costumes da população, de transformar o museu como “instrumento da autoconfiança e da iniciativa”.

O museu comunitário é um instrumento [...] interativo e participativo. Interativo porque comunitário. Se não for participativo não é comunitário. Se não for um instrumento da comunidade, não é comunitário. [...] Não existem modelos em termos de ecomuseu, ou em termos de museus de desenvolvimento. Existem apenas iniciativas locais e ações comunitárias. (id., p. 294-295)

Para Santos (2017, p. 184), é preciso criar modelos “autônomos, distantes das amarras institucionais e de toda a burocracia decorrente”, relacionando-se dessa forma “com a dinâmica e interesses próprios das comunidades do que um campo de conhecimento que também está permeado por instâncias de poder”. Segundo ela, ao se inserir nesses espaços de representação, torna-se possível “interferir em sua política, concepção e ações”. Toral (1992, p. 21) completa: “se deixarmos o museu em status burocrático, nós o desvirtuaremos do que ele é”.

4.2. Uma solução para situações críticas

O Ecomuseu Ilha Grande nasceu de uma determinação do governo do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de resolver uma crise numa área permeada de tensões de diferentes segmentos sociais. Contudo, os escombros gerados pela demolição do Instituto Penal Cândido Mendes apresentavam significâncias inesperadas. O ato de demolir um dos mais nefastos presídios de segurança máxima, símbolo de violências, usurpação de direitos e corrupção, apesar de positivo no que tange ao seu caráter político e cívico, passou a representar uma série de ameaças com relação à territorialidade, ao meio ambiente e à comunidade.

Conforme relatos dos moradores de Vila Dois Rios, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro começou a administrar a respectiva área, na década de 1990, a população se encontrava fragilizada diante da situação de abandono do lugar. A partir de então, a instituição iria implantar um Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, como também um museu, que passaria a dialogar diretamente com essa comunidade.



Figura 64 – Vista da área ocupada pelo Instituto Penal Cândido Mendes, em Vila Dois Rios.
Fonte: ilhagrande.org

Conforme as lembranças de Marilene Campos (2018, entrevista), “o rompimento foi muito difícil, o nosso alicerce era o presídio. [...] A gente ficou massacrado com a história da demolição”. Moisés Pereira (2018, entrevista) assinala que a população permaneceu por mais de três anos sem transporte e sem estrada. Para Jociléa Pereira (2018, entrevista), o lugar não deveria ter sido destruído, “nós pedimos para não implodir o presídio, nós pedimos para fazer um museu [...] mas o Brizola não deixou”.

De acordo com Varine (1992, p. 281-282), os processos que envolvem a estruturação dos museus comunitários geralmente são impulsionados por situações críticas tanto na área econômica quanto social. “O ecomuseu é uma resposta a essa crise, para a mobilização e a retomada da autoconfiança da população”. Assim, o Ecomig se estruturava em Vila Dois Rios, constituindo-se de forma polinucleada, apoiando-se na participação e na memória dos habitantes do local.

Para isso, a Uerj estabeleceu coordenações específicas para o Ecomuseu Ilha Grande, assim como um Programa de Extensão e um Comitê Gestor e Executor. Este último, detinha a hegemonia administrativa e o poder de decisão. Entre os diretores do ecomuseu, Myrian Sepúlveda (2001-2009), Ricardo Gomes Lima (2009-2015) e Gelsom Rozentino de Almeida (desde 2015).

Com o intuito de compor o Comitê Gestor e Executor, foram convidados professores da universidade para os cargos de chefes dos núcleos do Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Centro Multimídia e Parque Botânico. Do mesmo modo, foram nomeados mais dois membros: um representante da Sub-reitoria de Extensão e Cultura (SR3), que no caso era o

coordenador geral do Ecomig, e um representante da Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2).

Apesar do fato do Ecomuseu Ilha Grande não englobar a comunidade na sua organização, o projeto original previa uma agenda participativa. Conforme Mário Chagas (2018, entrevista), “esse foi um ponto que trabalhamos bastante”. Além disso, Chagas destaca outra questão relevante, que era a criação de um Conselho Consultivo.

Chegamos a muito próximo desse conselho, não sei hoje se está funcionando, porque eu estou afastado, mas chegamos muito próximo, eu mesmo estava indicado para fazer parte desse Conselho Consultivo. Ele deveria e poderia ter um conselho, que contasse com as pessoas da comunidade, que aí, as agendas poderiam ser criadas de modo participativo. O cinema que estava ao lado, a gente pensava que aquele cinema seria um polo de cultura, de ação cultural, com o cineclubes funcionando. (CHAGAS, 2018, entrevista)

Muito embora o Conselho Consultivo não tenha sido instituído, os objetivos do Ecomig caminhavam para atender aos anseios e interesses da população local. No plano de implantação, a intenção era “desenvolver programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação” que produzissem benefícios sociais, bem como promover atividades de valorização, proteção e divulgação “do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha”. (UERJ. 2003, p. 17)

Nesse sentido, o Ecomuseu Ilha Grande cumpria as proposições básicas apontadas por Filipe et Varine (2015, p. 34) com relação à “função social do museu” e o “desenvolvimento do território”. Assim sendo, os objetivos estavam diretamente ligados à “valorização do patrimônio no sentido cultural, ou à valorização no sentido socioeconômico, focando um tema particular [...], ou ainda a combinação dos dois”.

O mesmo podia ser verificado na missão institucional que o Ecomig buscava consolidar. Conforme matéria publicada no jornal *O Eco*⁷⁷, trata-se de incorporar a comunidade como sujeito do processo de conservação e desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande, por meio da preservação, pesquisa, valorização e difusão da história, memória, cultura e identidade.

77- Ver em: SEMINÁRIO 10 anos do Ecomuseu Ilha Grande. *O Eco*. Novembro de 2017. Disponível em: https://issuu.com/oecoilhagrande/docs/oeco_223_web. Acesso em: 12 out. 2018.

4.3. Riscos e desafios



Figura 65 - Vista do Museu do Meio Ambiente, Vila Dois Rios. Foto: Rosana Rocha

De acordo com Filipe et Varine (2015, p. 21) como ecomuseus são lugares de experimentação museal, apresentam grande diversidade de “modo de organização, de financiamento, de relações com o mundo político-administrativo”. Nos últimos anos, vêm demonstrando bons resultados no que diz respeito à ação cultural e a valorização do patrimônio e desenvolvimento local. Mas ao mesmo tempo apresentam fragilidades, podem ser confrontados “com insucessos, rejeições por parte da comunidade ou da administração”. (id., p. 22)

O ecomuseu é confrontado com um grande número de riscos, devidos à sua envolvente institucional, social e política. Para evitar que tais riscos destruam o ecomuseu, de alguma maneira, é necessário ter consciência deles. (id., p. 23)

Desse modo, as proposições apresentadas por Filipe et Varine (2015), em artigo que promove reflexões sobre o futuro dos ecomuseus⁷⁸ serão consideradas à título de análise de possíveis ameaças ao Ecomig. Para tal avaliação, serão apreciados os riscos evidenciados através de depoimentos colhidos no presente trabalho.

4.3.1 O risco econômico

Um dos riscos recorrentes é de ordem econômica, relacionado à ausência de um orçamento regular com destinação exclusiva. Em virtude de estar vinculado à uma instituição

78- O artigo “Que futuro para os ecomuseus?”, de Graça Filipe e Hugues de Varine foi publicado em Almaden-Revista II série, nº 19, janeiro 2015, pp 21-35.

de ensino superior, sem fins lucrativos, o Ecomuseu Ilha Grande não conta com recursos próprios. Desde o momento da sua implantação, os valores recebidos foram provenientes de projetos de pesquisa de agências de fomento tais como Faperj e CNPq. Conforme pontua Myrian Sepúlveda dos Santos (2018, entrevista), “o maior desafio foi a captação de recursos”.

Foi uma dificuldade. Conseguimos cadastrar o projeto na Lei Rouanet, solicitamos verbas ao Ministério da Justiça, tentamos de várias formas, mas custou muito a sair a verba. (SANTOS, 2018, entrevista)

No período de 2010 a 2015, a Uerj eventualmente contribuía com quantias mensais para a manutenção do lugar. De acordo com Ricardo Lima (2018, entrevista) a situação econômica do estado do Rio de Janeiro era estável nessa época, facilitando a liberação de verbas por parte da universidade como também da Faperj. “Conseguimos vários financiamentos”.

No entanto, após 2016, em virtude da crise financeira que assolou o governo estadual, o repasse foi suspenso. Conforme Gelsom Rozentino de Almeida (2018, entrevista), “muito do que nós executamos foi na ausência absoluta de recursos”. Naquele ano, o Ecomig permaneceu fechado por nove meses consecutivos. A reabertura ocorreu em virtude da realização de uma parceria com a Fundação Parques e Jardins do município do Rio de Janeiro, no mês de dezembro, conforme já informado no capítulo anterior do presente trabalho.

Tal situação atinge grande parte das instituições culturais brasileiras, que sofrem pela ausência de políticas públicas que assegurem dotações orçamentárias. Buscando formas de subsistência, tornam-se dependentes de subvenções de investimento, apoios de empresas privadas, participação em editais ou mesmo doações de pessoas físicas.

No caso do Ecomig, a dependência econômica à Uerj, é uma grande ameaça. Principalmente, pelo fato da universidade ainda não ter se recuperado inteiramente da instabilidade avassaladora dos últimos dois anos. Nesse sentido, tais reflexos vão perdurar até o ano de 2020, por conta da questão dos repasses dos duodécimos.

Em função da Proposta de Emenda Constitucional n° 47, aprovada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em dezembro de 2017, o pagamento dos valores mensais às instituições de ensino superior estaduais serão escalonados até a respectiva data. Só então há previsão para a consolidação da autonomia financeira das respectivas universidades.

Dessa forma, Filipe et Varine (2015, p. 24) ressaltam que é preciso encontrar formas de demonstrar o ‘papel de instrumento insubstituível do desenvolvimento cultural, social e econômico’ dos ecomuseus para possíveis parceiros. Do mesmo modo, fazer com que tornem-se “prioridade” no que diz respeito à sua administração central.

4.3.2 O risco do modelo

De acordo com Ricardo Lima (2018, entrevista), o Ecomuseu Ilha Grande configura-se como “um museu universitário com uma forte tendência ou busca incessante por ser um museu comunitário”. Tal característica acaba gerando riscos de possíveis desvios, por se tratarem de dois modelos distintos de organização, onde a governança institucional se impõe com normas rígidas e consolidadas. “A ideia de um museu pressupõe uma estrutura, a ideia de um ecomuseu é a antiestrutura nesse sentido, é o coletivo que determina as ações”, pondera Lima.

A universidade é uma instituição democrática, mas é autoritária também. Ela tem normas a serem seguidas nesse sentido. Por isso que eu falo, a noção de ecomuseu é um tipo puro, é um objetivo a ser alcançado. Você deve se aproximar enquanto museu cada vez mais da vontade do povo. Isso eu acho que é uma perspectiva de vida para todas as instituições, para todas as coisas. Acho que a gente tem que ouvir as populações, o que elas têm a dizer e tentar trabalhar junto com elas. (LIMA, 2018, entrevista)

Conforme Mário Chagas (2018, entrevista), “há uma indefinição do lugar dos museus nas universidades”, o que ocasiona um certo distanciamento com relação aos incentivos à novos projetos e possibilidades futuras. De acordo com ele, como geralmente os museus ficam subordinados às “pró-reitorias de extensão”, acabam sendo pouco valorizados. Para Chagas, isso ocorre porque “as universidades valorizam mais a pesquisa e o ensino do que a extensão”.

O principal, que eu visualizo lá no Ecomuseu Ilha Grande, é ele ser transformado num instituto de pesquisa, uma hiper valorização da pesquisa, descolada dos interesses comunitários. Porque como a pesquisa para a academia tem uma importância, tem uma relevância substancial, então há uma tendência frequente de que alguns museus vinculados aos espaços acadêmicos abandonem a dimensão de comunicação, abandonem a dimensão poética, abandonem a dimensão social e se concentrem numa direção de pesquisa. (CHAGAS, 2018, entrevista)

De acordo com Filipe et Varine (2015, p. 27), cada ecomuseu é único, com características próprias. Para eles, “os melhores ecomuseus são aqueles que inventaram os seus próprios projetos e suas próprias soluções: são criações totais”.

Nesse sentido, como o Ecomig representa um complexo museológico universitário com “espírito ecomuseu”, uma das soluções não seria “acentuar a via experimental e de participação de atores locais”, como também criar redes de cooperação entre os demais museus comunitários?

4.3.3 O risco da não pertinência

Para Gelsom Rozentino de Almeida (2018, entrevista) outra questão preocupante é a forma como a Uerj entende a pertinência do respectivo museu. De acordo com ele, inicialmente,

o Ecomig enfrentou algumas “resistências internas” em virtude do desconhecimento da universidade “sobre o que é a Ilha Grande, o que seria o Ecomuseu Ilha Grande”. Almeida lembra que na época da implantação, o ecomuseu era vinculado à sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2), que também coordena o Ceads, em Vila Dois Rios:

O Ecomuseu fazia parte da SR2, passou a fazer parte do Decult, da SR3, cada vez demandando mais autonomia. Isso gerou uma série de atritos internos, de mal-entendidos, de problemas, porque as pessoas desconhecem. Apesar de o Ceads [vinculado à SR2] estar completando 20 anos esse ano, a universidade mal conhece o Ceads. De uma forma geral, sequer tem ideia, ou tinha, do que é o ecomuseu. Isso era um problema, você tinha uma universidade que tem um museu universitário que não sabia que tinha um museu universitário, que mal sabia que havia um campus na Ilha Grande, que imaginava como algo idílico, paradisíaco, que não fazia ideia dos problemas, da dificuldade que era ter um trabalho rotineiro lá. (ALMEIDA, 2018, entrevista)

As questões referentes às tensões relacionadas com a SR2 também foram evidenciadas pelo agente penitenciário Moisés Pereira em seu depoimento. Segundo ele, conforme já mencionado no capítulo 3 do respectivo trabalho, é necessário “cortar o cordão umbilical de secretarias”, criar independência. Pereira citou a existência de “histórias desagradáveis” que devem ser superadas. Para tal, ele afirma que é necessário que o projeto seja “mais acolhedor”, gerando mais interação com a população local.

Olha, nós ainda não tivemos alguma coisa que fosse igual ao que está sendo feito no ecomuseu. Porque a SR3, que no caso é o ecomuseu, carece de muitas melhorias, mais isso se acontecer será de grande valia, caso a administração da Uerj deixar. Ao ficar refém da SR2, você dá dois passos para frente e volta um e meio para trás, da guerra de ego entre diretores da SR2 e da SR3. Vai continuar dependente. (PEREIRA, 2018, entrevista)

De acordo com Filipe et Varine (2015, p. 25) caso as partes interessadas (*stakeholders*) venham considerar o ecomuseu como algo “inútil, ou não suficientemente útil, corre-se o risco de que aqueles o abandonem aos seus próprios meios, insuficientes”. Por isso, Ricardo Lima (2018, entrevista) atenta para a questão da utilidade desse ecomuseu, que não pode ser desconsiderada. Segundo ele, o Ecomig “não é só uma instituição de guarda de passado à disposição, mas ele tem o compromisso social muito grande sobre a realidade presente e o futuro”.

Por um lado, um museu é uma instituição de memória, é uma instituição de nos mostrar o que teve atrás, para nos orientar para a frente. Ele conserva, ele guarda experiências realizadas pela comunidade, pelo indivíduo, pela humanidade em si. Ali você tem um banco de dados sobre experiências vividas por nós nesse planetinha chamado Terra. Então ele está lá com aquilo tudo, um repertório de coisas a serem utilizadas. Por outro lado, ele tem um compromisso também, ele tem também uma razão, um papel de pensar sobre a realidade, de influir na realidade, de alterar a realidade, de transformar essa realidade. (LIMA, 2018, entrevista)

Entretanto, na opinião de Mário Chagas (2018, entrevista) o risco da não pertinência é real. Para ele, a universidade pode querer desistir do lugar, “deixar para lá, não interessa mais, esquece, não apoia, e o assunto morre à mingua”.

O mesmo receio é compartilhado por Almeida (2018, entrevista): “a Uerj pode dizer que não quer mais um museu universitário, que não quer saber mais de ecomuseu ou que não quer esse formato de museu”. Numa circunstância como essa Filipe et Varine (2015, p. 25) propõem legitimar a comunidade para que todos possam vir a influir nas “instâncias decisórias”.

4.3.4 O risco político e de interesses particulares

No ponto de vista de Filipe et Varine (2015, p. 23) o “território é um espaço natural e cultural, mas também é político”. Dessa forma, como o ecomuseu compreende a mobilização da comunidade, “muitas vezes fora das estruturas e das lógicas administrativas”, recorrendo a “métodos não clássicos” tende a gerar conflitos, tornar-se instrumento de manipulação ou mesmo de desinteresse.

Há quem veja no ecomuseu um meio de reforçar uma identidade local, para excluir elementos exógenos da comunidade. Outros centram os seus interesses no impacto da valorização do patrimônio sobre o turismo. (FILIPE ET VARINE, 2015, p. 23)

No caso do Ecomuseu Ilha Grande, a preocupação com a representação da comunidade também pode ser observada no projeto de implantação. De acordo com Mário Chagas (2018, entrevista), a ideia era atender e agregar a população local, promovendo mudanças que de fato beneficiassem as novas gerações. Para ele, “era importante também abrir possibilidades de futuro, de novos futuros, para os filhos daqueles moradores que foram homens e mulheres do cárcere, que foram carcereiros”.

Na concepção de Myrian Sepúlveda dos Santos (2018, entrevista), a hegemonia de um grupo específico na administração do patrimônio é uma das ameaças ao Ecomig, devido ao seu modo de criação. Para ela, “o risco que ele corre é de ser uma instituição universitária, com uma população local que só observe o que está sendo proposto e organizado”, deixando, no caso, de ser “protagonista, ativa” no respectivo processo.

A outra dificuldade está relacionada à proposta de participação ativa dos moradores locais. [...] Porque apesar de a proposta ter surgido de dentro da universidade, queríamos que o museu fosse gerido pela comunidade, pelos moradores, por instituições parcerias, e ele hoje é muito restrito à gestão universitária. (SANTOS, 2018, entrevista)

Na opinião de Filipe et Varine (2015, p. 25), “a participação dos habitantes é um percurso lento de efectuar”. Para eles, isso acontece porque “a maioria dos cidadãos não está pronta a agir colectivamente, fora do sistema de democracia de delegação”. Tal circunstância propicia o aparecimento de grupos ou minorias que acabam ocupando a função de liderança, e que, caso desviadas do interesse geral, podem representar verdadeiros riscos ao desenvolvimento da iniciativa ecomuseal.

A motivação destas é geralmente o interesse geral, o serviço da comunidade, a preocupação pelos recursos patrimoniais e o desenvolvimento do território. Todavia, encontramos por vezes proponentes de projectos que agem sobretudo em nome próprio, por interesse de carácter erudito, ou como colecionador, ou actor de turismo local ou por ambição política. Têm tendência para adquirir e assegurar não uma “liderança de serviço” mas um papel dominador no seio da sua comunidade. Pode também ocorrer o risco de uma vontade exterior, actuando em nome do bem dos habitantes e do seu património, por eles, mas sem eles. (FILIPE ET VARINE, 2015, p. 25)

Para Gelsom Rozentino de Almeida (2018, entrevista), o afastamento da população seria o principal risco que o Ecomuseu Ilha Grande pode vir a enfrentar. De acordo com ele, a possibilidade da “comunidade realmente achar que não se identifica com o ecomuseu e rejeitar o ecomuseu” seria uma grande ameaça ao futuro do Ecomig.

Entretanto, Filipe et Varine (2015, p. 23) ainda alertam para o risco proveniente de “mudanças de atitudes políticas, por ocasião de eleições ou de crises internas no poder local”. Nesse sentido, propostas apresentadas durante o processo eleitoral brasileiro de 2018 por parte dos candidatos eleitos aos cargos de presidente da República e governador do Rio de Janeiro representam ameaças ao futuro das universidades públicas, e conseqüentemente, ao Ecomuseu Ilha Grande. De acordo com o planejamento divulgado através de sites institucionais e demais veículos de comunicação, há previsão para alteração do funcionamento das instituições de ensino superior federais e estaduais, no que concerne à introdução de pagamento de mensalidades,⁷⁹ assim como ao incentivo para a constituição de parceiras com a iniciativa privada.⁸⁰

Tais medidas, embora objetivem mudanças na concepção administrativa universitária, podem gerar um distanciamento maior da perspectiva inovadora e inclusiva que se

79- Ver <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2018/10/22/equipe-de-bolsonaro-quer-cobranca-de-mensalidade-em-universidades-federais.htm>

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/10/22/interna_politica,766116/equipe-de-bolsonaro-quer-cobranca-de-mensalidade-em-universidades-fede.shtml. Acesso em: 2 out. 2018.

80- Ver http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/RJ/2022802018/190000612301/proposta_1534218285632.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

propõem as experiências ecomuseais. Para Filipe et Varine (2015, p. 23) entre os perigos estão a instrumentalização do ecomuseu como também o abandono do patrimônio e das “instituições que o representam [...] para responder às exigências sociais e maioritárias”.

4.4. Na esteira do desenvolvimento

Em função da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em 1972, em Estocolmo, surgem as primeiras discussões sobre desenvolvimento sustentável. Na época, como lembra Romeiro (1998, p. 247), o crescimento econômico era visto como “condição necessária e suficiente para a prosperidade e elevação do bem-estar das massas”.

Durante o encontro, um novo conceito emerge. O ecodesenvolvimento, mencionado por Maurice Strong e difundido por Ignacy Sachs, previa a inclusão dos componentes de caráter social e ambiental ao crescimento econômico. Considerado um dos maiores pesquisadores sobre o tema, Sachs vem desde então defender que “o desafio mundial é construir o desenvolvimento com objetivos sociais, condicionalidade ambiental e viabilidade econômica”. (SACHS, 2012, entrevista)⁸¹

De acordo com o professor da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, em Paris, o ecodesenvolvimento trata-se de “um projeto de civilização, na medida em que evoca: um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios, conjunto de objetivos escolhidos socialmente; e visão de futuro” (SACHS, 1981, apud MONTIBELLIER FILHO, 1992, p. 133)

Para o economista, que esteve presente nas cúpulas mundiais Eco92 e Rio+20, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, as soluções não passam pelas práticas de mercado e sim por um planejamento democrático, participativo, baseado no conhecimento da realidade, propostas tecnológicas e organizacionais. Conforme Sachs, temos de “reafirmar nosso compromisso de solidariedade com as gerações futuras”. (SACHS, 2012, entrevista)

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade. (SACHS, 2008, p. 51)

81 – Entrevista do economista Inacy Sachs concedida à autora, em 2012, durante palestras sobre a conferência Rio+20, na COPPE. Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=KNUveVk-BSE>. Acesso em: 25 out. 2018.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável resultou na elaboração de vários documentos assinados pelos países membros das Nações Unidas, estabelecendo planos de ação global, com metas a serem realizadas a longo prazo. Entre eles, a Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em 1972, o Relatório Brundtland, em 1987, a Agenda 21, em 1992, o Protocolo de Kioto, em 1997.⁸²

O mais recente, a Agenda 2030,⁸³ firmado em 2015, em Nova Iorque, prevê a erradicação da pobreza, o combate às desigualdades, a preservação do planeta, o crescimento econômico inclusivo e sustentável, trabalho decente, educação de qualidade, igualdade de gênero, promoção da inclusão social, de forma interligada.

Conforme missão institucional, o Ecomig se propõe a incorporar a comunidade como sujeito do processo de conservação e desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande. Tal prerrogativa dialoga com os objetivos da agenda 2030, de implementação de ações que propiciem “o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”,⁸⁴ como também a “disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas” e o incentivo à parcerias, sejam elas “públicas, público-privadas e com a sociedade civil”.⁸⁵

Desse modo, qual seria a solução para que o Ecomig pudesse vir a atingir a sustentabilidade e evolução pretendidas no seu projeto de implantação? De acordo com Filipe et Varine (2015, p. 32) ele deveria assegurar-se de que o patrimônio cultural, material e imaterial fosse integrado nos objetivos globais para a gestão sustentável do planeta. Segundo os autores, “o ecomuseu tem um papel a cumprir na informação, na educação popular, na realização de projetos, na observação da paisagem e das mudanças no quadro de vida”.

Não se pode ter uma visão de futuro “sustentável”, sem que esteja enraizado numa continuidade e numa diversidade cultural, e também sem que a cultura e o patrimônio vivos sejam gerados com prudência e criatividade, para os adaptar às mudanças da sociedade, das tecnologias e às influências do exterior. (FILIPE ET VARINE, 2015, p.32)

82- Ver A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 25 out. 2018.

83- A nova Agenda é guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito pelo direito internacional. Fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005. Ela é informada por outros instrumentos, tais como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Ver Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2018.

84- Ver Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 8. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>. Acesso em: 26 out. 2018.

85- Ver Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 17. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods17/>. Acesso em: 26 out. 2018.

Da mesma forma, quais seriam as ações a serem executadas garantidoras de resultados positivos no que tange à integração do território e da comunidade do Ecomuseu Ilha Grande nesse caminho sustentável contendo tantas influências externas? Filipe et Varine (2015, p. 36) defendem o caráter de inovação e experimentação inerente aos ecomuseus, fazendo com que o “patrimônio vivo dos territórios seja um verdadeiro recurso para o desenvolvimento desses mesmos territórios”. Para eles, “todos os ecomuseu são atores desse desenvolvimento”.

Quer dizer que cada eco museu, no seu quadro territorial e comunitário, deve organizar-se para delinear o futuro a longo prazo, enquanto preserva os valores patrimoniais, permitindo que evoluam e se transformem, e criando novos, ligados aos antigos, abertos aos contributos de novas populações e às influências da mundialização. Isso faz do ecomuseu um agente social importante e complexo, presente nos campos cultural, educativo, social e económico, assegurando uma coerência e uma continuidade na vida quotidiana e nas iniciativas dos membros da comunidade. (FILIPE ET VARINE, 2015, p. 36)

4.5. Pensando o futuro



Figura 66 - Capela de Nossa Senhora dos Homens, construída em 1938. Foto: Rosana Rocha

Durante a realização das entrevistas com os moradores de Vila Dois Rios, como também com os gestores do Ecomig, foram observadas sugestões que podem vir a contribuir para a evolução dessa experiência ecomuseal, no que diz respeito à preservação dos seus valores patrimoniais, aos interesses das novas gerações e às influências globais.

Dessa forma, serão elencadas ações com o objetivo de servir como planejamento futuro, a curto, médio e longo prazo, considerando a importância de se reafirmar o ecomuseu como agente social capaz de atuar no campo cultural, educativo, social e econômico, interferindo na construção consciente do seu destino, possibilitando à essa comunidade, o pleno exercício da sua cidadania.

4.5.1 – Governança participativa

Muito embora o Ecomuseu Ilha Grande se estruture como museu universitário, a relação intrínseca com a comunidade é inegável, desde o momento da sua criação. Contudo, para que ele venha a se aproximar dos preceitos que caracterizam um museu comunitário, a participação da população de forma efetiva é fundamental.

Atualmente, o Ecomig é administrado por um Comitê Gestor e Executor, constituído de membros da Uerj, sem contar com a presença dos habitantes do lugar. Em agosto de 2017, foi instaurado o Comitê Científico, com o intuito de decidir sobre “toda ação de intervenção no patrimônio material e imaterial, de interesse histórico e socioambiental sobre a Ilha Grande”.⁸⁶ O grupo reúne pesquisadores de diferentes campos do saber da própria universidade, um integrante da Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro (Remus) e outro da Prefeitura de Angra dos Reis.

Tendo em vista o cenário de dependência à universidade, cabe a reflexão sobre a estratégia de se considerar o modelo de governança participativa. Tal alternativa recolocaria a população como sujeito ativo, responsável por ações de gerenciamento, seguindo um dos objetivos primordiais de um ecomuseu, valorizando sua identidade.

Nesse caso, o ideal seria que essa comunidade viesse a fazer parte do Comitê Gestor e Executor, através de seus representantes. Desse modo, o Ecomig atingiria o que André Desvallés (2015, p. 21-26, apud SANTOS, 2017, p. 249) entende como “ecomuseus verdadeiros”, afastando-se da classificação “ecomuseus falsos”, pelo fato de estar sendo gerido por terceiros.

Outra ação importante seria a criação de um Comitê de Usuários, responsável por ampliar a participação dos moradores, incluindo membros de todos os vilarejos da Ilha Grande, além de coletivos, organizações e associações locais. Nessa composição, abranger-se-ia também órgãos em defesa do meio ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Remus, a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (Abremc), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), entre outros.

A proposta de alargamento do quadro de representantes abarcando outras entidades culturais já havia sido sinalizada desde 2010, nas proposições da AEDA 19 de 13 de abril.⁸⁷

86- Ver em <https://www.facebook.com/ighumanidades/posts/717923905081566> e <https://www.facebook.com/UniversidadedoEstadodoRiodeJaneiro/posts/1389771211141022>. Acesso em: 26 out. 2018.

87- Ato Executivo de Decisão Administrativa que institui um Comitê Gestor e Executor e prevê um Comitê Científico Consultivo.

No documento, há previsão de inclusão do Sistema Estadual de Museus (SIM), Associação Brasileira de Museologia (ABM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Inea e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no Comitê Científico.

Tais medidas, caso venham a ser incorporadas, tendem a produzir benefícios diversos, entre eles, a possibilidade de maior interação e diálogo com outras instituições. Desse modo, constituem-se redes de cooperação, estabelecem-se trocas, como também criam-se oportunidades de novos incentivos e realizações em conjunto.

4.5.2 – Promoção de parcerias

Entre os principais objetivos para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas, está o fortalecimento e a promoção de parcerias. Nesse contexto, a intenção é o compartilhamento do conhecimento, o apoio à capacitação e o auxílio às medidas já existentes que impulsionem o progresso da sustentabilidade local.

Um primeiro passo para alavancar possíveis parcerias é expandir a relação com outras estruturas culturais e patrimoniais, sejam museus, ecomuseus, bibliotecas, monumentos, centro de arquivos, associações, organizações não governamentais, etc. No caso do Ecomig, Mário Chagas (2018, entrevista) defende o estreitamento de laços com a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. De acordo com ele, trata-se de uma nova perspectiva, com base em “uma museologia que está comprometida com afetos, comprometida com a vida, com as mudanças sociais”.

O conceito se baseia na “conexão e troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições”, com o intuito de inclusão e transformação social.⁸⁸ Desse modo, ressalta-se a importância de iniciativas que envolvam diferentes agentes com o mesmo propósito, ou seja, o entrecruzamento de lugares de memória que permitam o fortalecimento de narrativas e identidades, através da realização de atividades, programas e projetos, de forma colaborativa.

Outra possibilidade é a cooperação externa com diferentes setores, empresas públicas ou privadas, ou mesmo órgãos internacionais. Tais parcerias teriam como função a consolidação do projeto de implantação do Ecomuseu Ilha Grande, visando a finalização dos seus núcleos, firmando-o como gerador de renda, capaz de produzir e comercializar produtos referentes ao artesanato local ou mesmo ao turismo de base comunitária.

⁸⁸ – Ver mais sobre a Remus em <http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/>. Acesso em: 27 out. 2018.

4.5.3 - O incentivo ao turismo

Na concepção dos moradores de Vila Dois, o Ecomuseu Ilha Grande deve investir no turismo. Muitas são as sugestões, no que diz respeito à ampliação da visitação à monumentos históricos, sinalização de áreas referentes ao antigo presídio, colocação de placas de indicação, implantação de transporte e criação de um centro de informações.

Incluído entre os objetivos globais da Agenda 2030, o turismo sustentável deve garantir a preservação do meio ambiente e auxiliar o crescimento ordenado da região, promovendo a cultura e os produtos locais. De acordo com Código de Ética Mundial para o Turismo da OMT⁸⁹, tais atividades devem “satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras”, se afastando do que René Rivard (1992, p. 223) considera como “turismo dos três S, [...] predatório e oportunista, e não leva absolutamente em conta as populações visitadas”.⁹⁰

Desse modo, a população vem apresentar propostas com base em saberes e tradições locais, objetivando a valorização de seu patrimônio.

4.5.3.1 – Circuito Histórico



Figura 67 – Parte da represa que fazia a captação de água para a usina hidrelétrica.
Fonte: coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com Foto: Juarez Gustavo A. Aragão

89 – Ver artigo 3 do Código de Ética Mundial para o Turismo da OMT. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf . Acesso em: 28 out. 2018.

90 - De acordo com Dasgupta Devashish (2011 p. 39) , em Tourism Marketing, “the three S’s of tourism are sun, sea and sand. Of late, shopping has become de fourth, but the most important”, ou seja, “os três S do turismo são sol, mar e areia. Atualmente, fazer compras se tornaram o quarto e o mais importante”. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oXWAEjcG-FsC&lpg=PA37&ots=d94CtgUyYB&dq=tourism%20with%20three%20s&hl=pt-BR&pg=PR2#v=onepage&q=tourism%20with%20three%20s&f=false> . Acesso em: 18 nov. 2018

De acordo com Hotair de Souza (2018, entrevista), o Ecomuseu Ilha Grande precisa revitalizar parte do patrimônio cultural que integra o Instituto Penal Cândido Mendes. Trata-se de uma área que abrange o estábulo, o cemitério, a casa de visita dos internos, a olaria e a represa, fortemente presente na lembrança dos moradores de Vila Dois Rios.

Conforme Souza, o Ecomig deveria criar um circuito de visitação, partindo do Museu do Cárcere, em direção à Parnaioca, através da trilha que leva à usina hidrelétrica, por aproximadamente 1km. Segundo ele, “tudo isso está largado dentro do mato” e deveria ser preservado.

Para Souza, a atividade iria atrair turistas interessados em conhecer um pouco mais sobre a época do presídio, reunindo num único passeio, cultura, memória e meio ambiente. “Esse circuito enriqueceria essa orientação, porque teria algo a ser visitado [...] tem contato com a natureza, com animais silvestres”. (SOUZA. 2018, entrevista) O trajeto teria o acompanhamento de guias locais e sinalização de placas indicativas.

No caso, Souza lembra que o roteiro incluiria o local onde estava o traficante de drogas José Carlos Encina, o Escadinha, no momento da fuga espetacular do mesmo da prisão, tornando-se por isso, um atrativo a mais. O agendamento das visitas guiadas seria feito previamente, com horário marcado, através de contato telefônico, ou mesmo por meio das redes sociais e website.

4.5.3.2. – Transporte



Figura 68 – Trilha que liga Abrão à Dois Rios. Foto: Rosana Rocha

Os moradores de Vila Dois Rios consideram fundamental a implantação de um

transporte para atender aos turistas. Para chegar ao local, é preciso caminhar por uma trilha de 11 km, partindo da Vila do Abraão, por aproximadamente 2h30. A distância afasta tanto o público infantil quanto o da terceira idade, entre outros, que em função da dificuldade de acesso, acaba desistindo de enfrentar o trajeto.

Apesar da circulação de veículos não ser permitida em toda a Ilha Grande, pela via T-14, conhecida como antiga estrada do presídio, o Inea autoriza a movimentação de carros oficiais, do ônibus da comunidade e de coletivos para fins de visitação. O vilarejo está classificado como Zona Histórico-Cultural (ZHC) pelo Peig,⁹¹ sendo consentida a visita e a pesquisa na respectiva área. Por esse motivo, a população da região sugere a implantação de uma condução com horário fixo, pelo menos duas vezes ao dia.

Desse modo, conforme Moisés Pereira (2018, entrevista), a solução seria colocar “uma jardineira igual a de Angra dos Reis, um ônibus de vidro, que pode fazer esse percurso”, como já funciona em vários parques estaduais. Segundo Pereira, seria cobrado ingresso que serviria para manutenção do veículo e contratação do motorista, “uma entrada básica de R\$ 10,00”.

Na visão de Edervaldo Campos (2018, entrevista) “colocar um carro para levar e trazer os turistas, principalmente idosos, e [receber alunos] de colégios de fora” é primordial. Segundo ele, pressupondo que “o museu depende de visitação”, é necessário criar formas de “facilitar a vida das pessoas”, principalmente daqueles que apresentam algum tipo de “necessidade especial”.

De acordo com Pereira (2018, entrevista), também é importante recuperar as condições do caminho à Dois Rios. Em função de desabamentos por ocasião dos períodos de chuva, alguns trechos foram afetados dificultando a circulação no local. Segundo ele, “pode se fazer uma melhoria na estrada”. (PEREIRA, 2018, entrevista)

4.5.3.3. Centro de Informações

Na opinião da comunidade de Vila Dois Rios, é preciso informar melhor ao turista sobre o Ecomuseu Ilha Grande. De acordo com Nelson Palma (2018, entrevista), proprietário do O Eco jornal, “90% dos visitantes [da região] não vão para a Uerj”. O percentual é significativo, indicando que grande parte do público circulante não chega sequer a saber da existência do

91 – De acordo com Plano de Manejo do Inea, entre os objetivos de uma Zona Histórico-Cultural estão preservar sítios históricos ou arqueológicos, contribuindo para a memória histórica da Ilha Grande, estimular a realização de pesquisas e promover atividades de interpretação, levando o visitante a entender a importância de um patrimônio histórico para um país. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdiw/~edisp/inea0020167.pdf> . Acesso em: 11 nov. 2018.

Ecomig.

No projeto de implantação do ecomuseu, a ideia era criar um Centro de Informações na Vila do Abraão, com o intuito de divulgar atividades, promover eventos e oferecer informações. Localizado na porta da entrada da Ilha Grande, o local serviria como ponto de acolhimento, reunindo vídeos, publicações, artesanato, material de distribuição, publicações, entre outros.



Figura 69 - Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande. Foto: Rosana Rocha

Conforme Mário Chagas (2018, entrevista), seria um espaço de apresentação, “mesmo que alguém não fosse à Vila Dois Rios por um motivo qualquer, estaria informado de que ali tem um tratamento ecomuseal”. Segundo ele, haveria a interligação do Ecomig com os demais atrativos regionais, como o Lazareto, através das trilhas.

De acordo com Marilene Caiães (2018, entrevista), o lugar perfeito para a instalação do Centro de Informações seria o prédio da Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande, situado na rua em frente ao cais de embarque e desembarque das barcas provenientes das cidades de Angra dos Reis e Mangaratiba. Segundo ela, como a pequena casa não vem sendo utilizada, se adequaria para o respectivo fim. Para isso, Caiães diz que é preciso “colocar uma pessoa certa, bem informada, para instruir os turistas”.

Nesse caso, a unidade serviria também para realizar os agendamentos das visitas guiadas ao Circuito Histórico e marcações para o traslado à Vila Dois Rios em horários pré-determinados. Do mesmo modo, o Centro de Informações poderia funcionar com uma equipe de guias locais, que perfizesse o trajeto Abraão-Dois Rios à pé, além de outros percursos pelas trilhas da região, conforme planejamento original.

Nós imaginamos que esse trajeto do Abraão até Vila Dois Rios, sendo feito à pé ou sendo feito por uma condução, ele já seria uma forma de aproximação. Já existiam lá jovens que faziam um trabalho de brigadas. Então nós pensamos que deveria ser

articulado com esse movimento, com esses jovens, ou com pessoas da comunidade. Nós chegamos a imaginar que mesmo que de um modo simplificado, isso pudesse contribuir para a geração de renda para a comunidade, que eles pudessem se beneficiar, fazer esse guiamento. (CHAGAS, 2018, entrevista)

4.5.3.4 – Sinalização



Figura 70 – Rua que dá acesso à praia e à alameda das casas dos moradores de Vila Dois Rios. Foto: Rosana Rocha

Uma outra medida considerada de grande importância para ajudar a difundir o conhecimento sobre os bens culturais de Vila Dois Rios é a sinalização de orientação turística. De acordo com os moradores, é preciso informar ao público sobre os atrativos do lugar, que incluem os núcleos e a sede do Ecomig, os pátios internos do ex-presídio, os monumentos, a capela, os prédios que compõem o Circuito Histórico, a praia, os rios Barra Grande e Barra Pequena, os bares, etc.

Conforme Getúlio Cantuária, muitos visitantes não conseguem entender como era o Instituto Penal Cândido Mendes. Para ele, as praças e o campo de futebol deveriam estar indicados com placas. Já para Hotair de Souza (2018, entrevista), a sinalização é precária com relação aos pátios históricos dentro do Museu do Cárcere, como o do ex-policial Mariel Mariscot,⁹² somados ao “da administração, da caldeira, da enfermaria, pátio de visita e o areão”.

92- Considerado um dos Homens de Ouro da polícia carioca na década de 1960, Mariel Mariscot ficou conhecido por prender bandidos famosos. Figura emblemática e boêmia, frequentador do bairro de Copacabana, decidiu enveredar pelo caminho do crime. Preso em 1973, por comandar uma quadrilha que interceptava *travel cheks*, foi acusado também de compactuar com o bando de Lúcio Flávio Lirio no roubo de carros e de participar do grupo de extermínio “Esquadrão da Morte”. Mariscot foi levado ao Instituto Penal Cândido Mendes, da Ilha Grande, de onde conseguiu fugir, permanecendo foragido até a sua morte, em 1981. Ver MARIEL Mariscot vai virar filme. Revista Trip. 10 nov. 2015. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/vida-do-policial-mariel-mariscot-vai-virar-filme> e MARIEL condenado. Correio da Manhã. 20 jun. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=37621&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 29 out. 2018.

Do mesmo modo, a população relata que muitos turistas ficam perdidos, sem saber qual direção seguir quando chegam ao vilarejo. De acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística, a orientação por placas é uma comunicação comumente utilizada para notificar “sobre os melhores percursos a se fazer, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido e aos equipamentos de apoio pertencentes ao longo do percurso”.⁹³

Para Jociléa Pereira (2018, entrevista), além da indicação das setas, as placas poderiam contar com conteúdo referente à educação patrimonial e proteção do meio ambiente. Segundo ela, seria uma forma de “ensinar às crianças que não pode mexer, não pode tirar do lugar, não pode pegar”, exemplificando as especificidades de uma região que fica inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios.

Na visão de Kelly Almeida (2018, entrevista), é preciso que haja sinalização “desde a entrada na trilha”, em Vila do Abraão. Uma alternativa para isso, seria a colocação de totens nos dois pontos de extremidade da estrada que liga os vilarejos. A ideia é compartilhada por Marilene Campos. Para ela, antes do turista iniciar a caminhada precisa saber sobre horários e dias de funcionamento do Ecomig e demais informações referentes ao trajeto, ou seja, “distância, proibição de pernoitar, dificuldade de acesso”. (CAMPOS, 2018, entrevista)

Para atender às necessidades de orientação turística, tais placas indicativas com setas, somadas a um mapa mostrando a localização de cada equipamento cultural em Dois Rios já representariam um avanço. Segundo Edervaldo Campos (2018, entrevista), a rota específica para os museus precisa ser informada. “Se tem uma plaquinha, a pessoa já visualiza melhor”. Getúlio Cantuária (2018, entrevista) concorda com a questão, e ressalta: “muitos turistas chegam na praia e não sabem que existe um museu”.

4.5.3.5 - Visitas guiadas ao Parque Botânico

Inaugurado em novembro de 2015, o Parque Botânico possui a vista privilegiada das ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes. O núcleo ocupa o pátio interno do antigo presídio, com o intuito de criar “canteiros temáticos com espécies nativas que contam a história da Ilha Grande”. (VIANA FILHO et al, 2016, p. 337)

Entretanto, como a unidade ainda não está aberta à visitação, o turista não tem contato com esse lado da história. De acordo com Hotair de Souza (2018, entrevista), a área em questão

93- Ver Sinalização de Orientação Turística em: http://portal.iphan.gov.br/files/Guia_Embratur/conteudo/Cap2/definicoes4new.html . Acesso em: 29 out. 2018.

precisa ser expandida, pois é repleta de significâncias e lembranças.



Figura 71 – Vista das ruínas no Parque Botânico. Foto: Rosana Rocha

Para ele, entrar no prédio da guarda onde se localizam duas mostras permanentes e na antiga padaria não é suficiente para compreender a relevância desse patrimônio. Getúlio Cantuária (2018, entrevista) endossa: “não é somente entrar no museu, mas sim olhar e ver o que tinha”.

No caso, o Parque Botânico abrange vários pátios, os escombros dos três andares das galerias, a lavanderia e uma pequena edificação com celas ainda preservadas. No ponto de vista de moradores e visitantes, o acesso ao local deveria ocorrer de forma democrática. De acordo com Viviane Oliveira (2018, entrevista), o questionamento é grande por parte do público em geral. “As pessoas perguntam muito, a gente diz que não pode ir, porque tem muito mato, porque ainda não está acabado. Seria bom mudar”.



Figura 72 – Prédio com celas no Parque Botânico. Foto: Rosana Rocha

No projeto inicial, o respectivo núcleo seria vinculado ao Museu do Cárcere, constituindo um circuito expográfico. Com isso, o pátio interno contaria com ampla “sinalização e painéis explicativos sobre a utilização do antigo presídio” (UERJ, 2003, p.36), demonstrando como era aproveitado o espaço atualmente compreendido pelo Parque Botânico.

Tal proposta deveria ser resgatada, na ótica da comunidade, pelo fato de representar a memória e a história de Vila Dois Rios, como também por refletir parte da missão institucional do Ecomuseu Ilha Grande.

Durante as visitas guiadas a serem realizadas diariamente em horários pré-determinados, uma equipe de guias locais seria utilizada. Nesse percurso, seriam apontadas as espécies nativas que se encontram replantadas no local e apresentados os detalhes sobre o trabalho de identificação nos canteiros temáticos. Do mesmo modo, seriam contadas histórias sobre os bens patrimoniais relacionados.

4.5.3.6.- Museografia e narrativas locais

De acordo com os moradores de Dois Rios, o Ecomig deve dar mais evidência aos fatos históricos. Para Getúlio Cantuária (2018, entrevista), a museografia relativa ao surgimento do Comando Vermelho dentro dos muros do Instituto Penal Cândido Mendes não é satisfatória. Segundo ele, o Museu do Cárcere precisa narrar a trajetória dessa facção criminosa, que nasceu, cresceu e evoluiu dentro da prisão da Ilha Grande, se tornando uma das mais perigosas do país, com desdobramentos em diferentes segmentos.

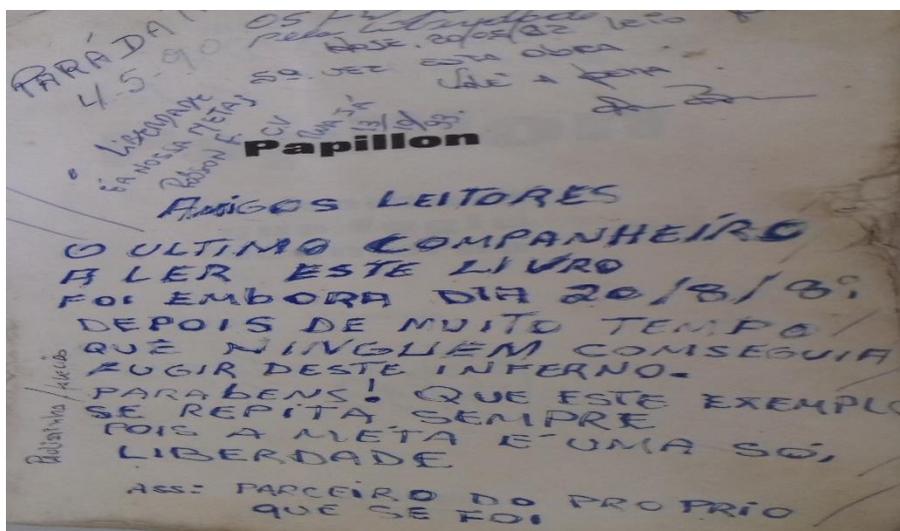


Figura 73 – Recados deixados nos livros da biblioteca da prisão, na década de 1990, com a assinatura dos membros do Comando Vermelho. Fonte: Museu do Cárcere. Foto: Rosana Rocha

Do mesmo modo, Cantuária (2018, entrevista) se refere à certas situações protagonizadas pelos líderes do Comando Vermelho, que manchavam de sangue o concreto frio da penitenciária, criando rompimentos e rachas internos no grupo, como o que deu origem ao Terceiro Comando. Para Hotair de Souza, “tem que ter uma pessoa para contar a história do presídio”. Segundo ele, são narrativas que não podem ser esquecidas, pois estão diretamente ligadas à identidade dessa comunidade. Entre elas, a fuga do traficante de drogas José Carlos Encina, o Escadinha, de helicóptero, na década de 1980.

Tais circunstâncias demonstram a importância de se inaugurar uma nova sala expositiva, no âmbito do Museu do Cárcere, contemplando tais acontecimentos. A mostra reuniria fotos, objetos, livros, documentos e vídeos com depoimentos dos ex-funcionários do presídio.

Além dessas questões, a população também espera se ver representada de forma mais efetiva “nas histórias dos moradores antigos de outras praias”. De acordo com Pedro dos Santos, a cultura caiçara precisa ser celebrada. Exposições retratando as especificidades de cada localidade poderiam ser montadas, contendo registros da memória oral dos habitantes da região, com atividades lúdicas e interativas. Em virtude do caráter simbólico, as respectivas mostras poderiam se tornar itinerantes, percorrendo todo o território da Ilha Grande, com o intuito de realizar novas conexões, trocas e experiências.

4.5.4 – Comunicação planejada

A comunicação é uma ferramenta estratégica a ser utilizada em qualquer organização. De acordo com Torquato (1986, p. 14), trata-se de um processo dinâmico que compreende a existência, o crescimento, a mudança, o comportamento, sendo capaz de transferir “simbolicamente ideias entre interlocutores” e “gerar influências”. Segundo ele “através do seu poder expressivo, busca administrar a tensão e o comportamento social da comunidade [...] criando credibilidade e respeitabilidade para expandir suas bases de consentimento”. (TORQUATO, 1986, p. 79)

O conceito de comunicação, que passa pelo de compartilhamento, vem se estendendo e se ampliando, estabelecendo uma nova fórmula sociocultural interativa e segmentada, com caráter multidisciplinar e multiplicidade de sentidos. Para acompanhar esse processo, é preciso ajustar interesses, conhecer os participantes, abrir-se para ideias variadas, conteúdos diversos, movimentos sociais, assim como para as tendências mundiais de valorização da vida, da cultura e do meio ambiente.

Do mesmo modo, é fundamental fortalecer a identidade corporativa, ou seja, a missão, os valores básicos e características atribuídas à organização pelos respectivos membros e públicos, além de firmar essa imagem de forma positiva junto aos *stakeholders*. Tais cuidados são determinantes para a manutenção da boa reputação de qualquer instituição.

Dessa forma, faz-se necessário atuar de forma dinâmica, moderna e inovadora, explorando redes sociais, mídia espontânea, etc, buscando agilidade, clareza e precisão na divulgação e atendimento aos diversos grupos de relacionamento.

No caso do Ecomig, localizado numa área de proteção ambiental, considerado um atrativo turístico e caracterizado como museu universitário com espírito ecomuseual, a comunicação precisa ser pensada de forma estruturada, para que objetivos e ações de planejamento possam promover o atingimento desejado.

4.5.4.1 – Objetivos principais

Como questões centrais para um plano de comunicação destacam-se a difusão da identidade corporativa do Ecomuseu Ilha Grande; divulgação das atividades desenvolvidas; manutenção de um canal de comunicação direto com os diferentes públicos gerando interação; relacionamento com grupos de formadores de opinião e públicos estratégicos para projetar e fortalecer a imagem institucional do Ecomig; promoção de pesquisas, questionários, reuniões informais, comunicações internas, ações nas redes sociais, assim como eventos diversos.

4.5.4.2 – Objetivos específicos

Entre os objetivos específicos estão a elaboração de material de distribuição tais como folders, flyers e cartazes, com conteúdo diferenciado; revitalização da sinalização das unidades do Ecomig por meio de placas indicativas com direções corretas a serem tomadas e informações de caráter educativo, de forma padronizada, com inserção de código QR;⁹⁴ relacionamento com profissionais dos meios de comunicação para disseminar notícias de interesse público e promover a imagem institucional do Ecomuseu Ilha Grande; manutenção do acesso dos órgãos

94 – O QR Code é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado pela maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Ele pode ser convertido em texto, endereço URI, número de telefone, localização georreferenciada, etc, sendo utilizado para as mais variadas funções. Ultimamente, vem sendo associada a ações de marketing e comunicação, fazendo uma ponte de ligação entre a comunicação *online* e a *offline*. Veja mais em https://www.oficinadanet.com.br/artigo/celulares_e_telefonia/o_que_e_qr_code. Acesso em: 31 out. 2018.

de imprensa ao Ecomig, visando realização de entrevistas, coberturas e reportagens; gerenciamento de site e redes sociais; além de abastecimento dos canais internos de comunicação da UERJ.

4.5.4.3 – Ações integradas

Como ações a serem realizadas de forma integrada, estão a coordenação de projetos especiais; realização de eventos; elaboração de programas, textos e periódicos; criação de brindes e preparação de catálogo para as exposições temporárias do Ecomig.

A instalação de loja institucional para produtos com a marca Ecomuseu Ilha Grande também se inclui nessa categoria. Entre eles, quebra-cabeças e bloco de anotações com motivos sustentáveis, canecas, camisetas, calendários e postais com estampas alusivas ao acervo, réplicas de objetos da coleção como pingentes, chaveiros, pentes e broches, além dos objetos que já vêm sendo fabricados com material reciclado pela comunidade local.

4.5.5 - Educação Patrimonial

De acordo com Horta et al (1999, p. 6), a educação patrimonial pode ser compreendida como “instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e trajetória histórico-temporal em que está inserido”. A expressão, que tem origem inglesa, possibilita o reforço da autoestima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade. (HORTA ET AL, 1999, p. 6).

No caso, o respectivo trabalho busca levar os mais diferentes públicos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens. Do mesmo modo, as ações educativas devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2000)⁹⁵

Nesse sentido, uma das premissas para as práticas utilizadas em diversas instituições, foi o conceito “conhecer para preservar”. A metodologia tinha como objetivo valer-se do

95- Ver Educação Patrimonial. IPHAN. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br /pagina/detalhes/343/>. Acesso em: 23 set. 2018.

questionamento e da exploração de todos os aspectos do objeto em questão, para o enriquecimento pessoal e coletivo, criando conexões com diferentes áreas de ensino.

Nos dias de hoje, ações específicas que despertem a consciência de cidadania e de pertencimento, representando o fortalecimento da identidade se fazem cada vez mais necessárias. Dessa forma, a educação patrimonial pode servir como ferramenta para aguçar o pensamento crítico sobre a nossa herança cultural, atuando de forma participativa com relação à gestão desse patrimônio.

Como salienta Chagas (2018, entrevista), o momento atual requer “uma educação patrimonial pensada numa outra direção [...] onde nós encaixaríamos ou forçaríamos o enquadramento da comunidade”. Para isso é preciso investir em práticas educativas que contribuam “para a formação das pessoas”, criando conexões com o meio ambiente, necessidades culturais e desejos da respectiva população.

Para os moradores de Vila Dois Rios, o caminho para o futuro perpassa pelo investimento na capacitação e no conhecimento. Na visão de Jocilea Pereira (2018, entrevista), é preciso ensinar “que tem que cuidar, que tem que preservar, que é um patrimônio que vai ficar de geração em geração”.

De acordo com Edervaldo Campos (2018, entrevista), “a educação patrimonial seria importante para a comunidade”, principalmente para introduzir o significado dos valores simbólicos. Marcos Leitão ressalta que o ecomuseu vem contribuindo de certa forma para uma maior compreensão desse legado cultural. Porém, para uma experiência saudável e enriquecedora, o trabalho precisa ser realizado junto às crianças, pois “as crianças são o futuro”. (LEITÃO, 2018, entrevista)

4.5.5.1. - Ações direcionadas

Entre as ações para atrair o público infanto-juvenil estão a realização de visitas teatralizadas aos núcleos do Ecomuseu Ilha Grande, com contação de histórias acompanhadas de música e personagens que criem interação com a plateia; realização de atividades lúdicas com as crianças através de material educativo, instauração de um espaço-educativo-interativo, em uma das salas dos núcleos do Ecomig, para a recepção e acolhimento das crianças, com móveis apropriados.

Muito embora o Ecomuseu Ilha Grande tenha desenvolvido atividades educativas em períodos distintos, a comunidade aponta a relevância da continuidade destas, tais como elaboração de material direcionado como jogos e vídeos, realização de concursos de fotos ou

vídeos sobre temas relacionados à memória do lugar, oficinas criativas para confecção de personagens que possam contar a história da região; entre outros.

Assim sendo, as sugestões apontadas representam um movimento em direção ao objetivo de um ecomuseu que é de servir à comunidade. Considerando que a característica deste museu é permanecer em processo de construção contínuo, a possibilidade de recomeços, reinícios e reestruturações sempre estará presente. A grande questão é perceber a importância de reinventar-se e reerguer-se frente aos novos tempos, perseguindo os preceitos de reafirmar a identidade, ser resistência frente às mudanças globais, conjugando passado, presente e futuro.

Têm museus que hibernam e aí passa um tempo e daqui a pouco reaparecem, são como que novas formas. O Hugues de Varine chama isso de avatar, ele fala que são os museus que podem passar por um processo de avatar e se transformam, se renovam, se transformam em outra coisa. (CHAGAS, 2018, entrevista)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento de ausência de políticas públicas que reafirmem a importância da área cultural para o desenvolvimento econômico e social do país, iniciativas como o Ecomuseu Ilha Grande tornam-se fundamentais como instrumento de inclusão, garantia ao direito da memória e reafirmação da cidadania.

Decerto que a questão central que permeia todo o conceito de inovação e transformação da experiência ecomuseal é a participação popular. Portanto, ter a comunidade como agente ativo do processo de gestão do patrimônio, ordenação do território, e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento é primordial.

O preceito é consubstanciado por Filipe et Varine (2015, p. 35), enfatizando a relação intrínseca com os habitantes do lugar. Para eles, “o ecomuseu é um instrumento ao seu serviço, que responde às suas necessidades e às suas expectativas, no qual se podem apoiar, com o qual podem dialogar e cooperar”.

Tal cooperação, entretanto, precisa se concretizar efetivamente, na construção de uma estrutura colaborativa onde o papel dessa comunidade seja considerado, seus saberes e fazeres sejam respeitados, os contextos sociais, afetivos e espirituais sejam compreendidos.

No campo do patrimônio cultural, a relevância da imaterialidade é inegável. No caso, ela conduz histórias e narrativas através das mais diferentes manifestações e expressões, tendo o valor simbólico como fio condutor. A noção reitera a necessidade de se salvaguardar conhecimentos, rituais, tradições orais, práticas de produção artesanal, com base no caráter imaginário e nas poéticas distintas.

Nos depoimentos prestados pelos moradores de Vila Dois Rios durante a elaboração dessa pesquisa, percebe-se a preocupação com os possíveis riscos e ameaças ao futuro do Ecomuseu Ilha Grande. Nessa ótica, ações pontuais poderiam ser implementadas com relação ao incentivo ao turismo, à uma comunicação mais eficaz, à acessibilidade, à geração de renda, etc. Na verdade, tratam-se de diagnósticos e soluções operacionais, que demonstram a capacidade dessa comunidade contribuir para a gestão do bem cultural em referência.

Assim, na concepção de Hugues de Varine (1992, p. 294-295), o Ecomig deveria avançar no papel de instrumento “interativo e participativo”. Do mesmo modo, progredir no objetivo de “desenvolvimento comunitário”, que, de acordo com o museólogo francês, implica em dar “poder à comunidade”.

Isso é perceptível pela constituição do Ecomuseu Ilha Grande, fruto de um acordo entre o governo do estado do Rio de Janeiro e a Uerj, onde o vínculo com a instituição de ensino superior é permanente. Dessa forma, ele vem se firmando como museu universitário, tendo em vista o planejamento organizacional e a notória dependência econômica, responsável por crises financeiras recentes, que chegaram a ameaçar o funcionamento do mesmo por diversas vezes.

Tais circunstâncias, inclusive, têm impedido a finalização dos núcleos do Ecomig, que permanecem em processo de implantação até o momento atual. Entre as unidades mais afetadas estão o Parque Botânico e o Museu do Meio Ambiente, além do Centro Multimídia, que prossegue na espera por obras de recuperação.

Nesse cenário, cabe invocar o princípio da subsidiariedade proposto por Hugues de Varine (1992, p. 317). De acordo com o conceito, qualquer “autoridade de nível superior não deve passar por cima de uma autoridade de nível inferior em todas as decisões que pertencem ao nível inferior”. Desse modo, a universidade não deveria “decidir no lugar da comunidade, mas proporcionar à comunidade os meios”. (ibid, 1992, p. 318)

De forma pragmática, o presente trabalho traz sugestões com relação à governança participativa, a fim de reposicionar o museu como instrumento de desenvolvimento comunitário. Para tanto, foram indicadas a inclusão da população no Comitê Gestor e Executor, a ampliação do Comitê Científico Consultivo, a criação de um Comitê de Usuários, como também a aproximação com a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, que vem atuando com uma perspectiva libertária, visando a melhoria da qualidade de vida coletiva.

Da mesma maneira, as ações apresentadas pela população de Vila Dois Rios como ferramentas de desenvolvimento para a evolução do Ecomig apontam para a valorização do patrimônio e uso sustentável do território. Neste caso, se remetem às características eminentes das experiências ecomuseais, como capacidade de invenção e reinvenção, potência criativa, cultura viva, mecanismo de autoconfiança e transformação.

Mais além, as diretrizes evidenciam a função social e política do Ecomuseu Ilha Grande, principalmente no que concerne às possibilidades de futuro para as novas gerações. Nesse sentido, o intuito é de preservar a memória e a identidade de uma comunidade, favorecendo a resistência cultural através da afirmação dos saberes locais, incentivando o desenvolvimento sustentável e reafirmando a importância do sujeito social, capaz de promover a gestão do seu patrimônio e exercer plenamente a sua cidadania.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ABREU, Regina. **Museus, coleções e patrimônios, narrativas**. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museuscolecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

BARBUY, Heloísa. **A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise**. Disponível em: <https://www.academia.edu/25756175/1995_A_conforma%C3%A7%C3%A3o_dos_ecomuseus_elementos_para_compreens%C3%A3o_e_an%C3%A1lise>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2011.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)

BREED, Warren. **Comunicação de massa e integração sociocultural**. In Comunicação e Industria Cultural, Cohn, Gabriel. São Paulo: Nacional _EDUSP, 1971.

BRULON, Bruno. **A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-lesmines e a prática da museologia experimental**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n2/0104-9313-mana-21-02-00267.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2018.

BRULON, Bruno; SCHEINER, Teresa. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios “comuns”**: um ensaio sobre a casa. Disponível em: <https://www.academia.edu/720960/A_ascen%C3%A7%C3%A3o_dos_museus_comunit%C3%A1rios_e_os_patrim%C3%B4nios_comuns>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, Ana. **Museologia, entrevista com Hugues de Varine**. Disponível em: <<https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Cadernos de Sociomuseologia. Grupo Lusófona. 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2033#capitulo2topo>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. **Memória e Poder: Dois Movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>> Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Memória política e políticas de memória.** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, p.136-169.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. **Museologia social:** reflexões e práticas (à guisa de apresentação) *Cadernos do CEOM. Museologia Social* v. 27, n. 41. Chapecó. UnoChapecó. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

CULAU, D. C. **Comunicação e Sustentabilidade:** uma questão de difusão global ou local? *Comunicação e Contemporaneidade.* V.2, n.2. p. 16-22, nov./dez. 2000.

DESVALLÉES. A., de Bary M.-O., Wasserman, Vagues, **Une anthologie de la Nouvelle muséologie.** Macon et Savigny-le-Temple, W et Mnes. 1992. Vol 1.

DUARTE, Adelaide Manuela Costa. **O Museu Nacional da Ciência e da Técnica:** no contexto da evolução da Museologia das Ciências: da ideia do Museu à sua oficialização (1971-1976). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2007. p.40-45 *Cadernos de Sociologia.* Disponível em: <http://www.academia.edu/1389951/O_Museu_Nacional_da_Ci%C3%Aancia_e_da_T%C3%A9cnica_1971-1976_>. Acesso em: 22 abr. 2018.

DUARTE, Alice. **Nova Museologia:** os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista museologia e Patrimônio*, v. 6, n. 2, p. 99-117, 2013. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>>. Acesso em: 13 set. 2018.

ENDO, P. **Pensamento como margem, lacuna e falta:** memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista USP*, n. 98, p. 41-50, 28 ago. 2013. Disponível em : <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69224>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos Da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

FILIPE, Graça; VARINE, Hugues de. **Que futuro para os Ecomuseus?** In: *Alamden- II série*, nº 19, janeiro 2015. Disponível em : <[://www.academia.edu/21742401/Que_futuro_para_os_ecomuseus](http://www.academia.edu/21742401/Que_futuro_para_os_ecomuseus)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Iphan. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação:** Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Paradigmas da Comunicação:** conhecer o que? Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/3401830/paradigmas-da-comunicacao---conhecer-o-que>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C. E WELLMAN, B. **Studying Online Social Networks.** Journal of Computer Mediated Communication, n.3, vol 1, 1997.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania:** memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente:** entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260/1937>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, Regina et al. *Memória e Patrimônio- ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.25-33.

_____. **O mal-estar no patrimônio:** identidade, tempo e destruição. *Estudos históricos* (Rio de Janeiro), v. 28, p.211-228. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761/54422>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

GRANOVETTER, M. **The Strenght of Weak Ties.** *The American Journal of Sociology*, vol. 78, n. 6, p. 136 0-1380, maio de 1973.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina. 12ª ed., 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio.** In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília. IPHAN, Museu Imperial, 1999, 65 pp. Disponível em : <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. *Agenda do Milênio - UCAM.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

I ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS, 1992, Rio de Janeiro. **Anais do I Encontro** [...] Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

IMAGES DE L'ÉCOMUSÉE. Museum International. Paris: Unesco. n° 148, p.184. 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347fo.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Parque Estadual da Ilha Grande**: plano de manejo (fase 2)/resumo executivo./Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2013. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zew/mdi2/~edisp/inea002_6630.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO BIOATLÂNTICA. **Síntese do Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande (RJ)**- Projeto Mares da Ilha Grande. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/images/stories/IBIO_2009_S%C3%ADntese_do_Diagn%C3%B3stico_Socioambiental_das_Comunidades_de_Pescadores_Artesanais_da_BIG.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

IPHAN/CEDUC/Minc. **Educação Patrimonial**: histórico, conceito e processos. 2ª edição. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

JEUDY, Henri-Pierre. **A maquinaria patrimonial**. In: Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 13-78

JOVCHELOVITCH S, BAUER, M.W. **Entrevista narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com Texto Imagem e Som. Petrópolis: Vozes, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Memória e Documento/monumento**. In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp; 2ª ed.; 1992.

LEITE, Pedro Pereira. **Ecomuseus e inovação museológica**. Global Heritages Disponível em: <<https://globalherit.hypotheses.org/125>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Ecomuseus e Museologia Social**. Disponível em: <http://www.academia.edu/28721831/Ecomuseus_e_Museologia_Social>. Acesso em: 23 mar. 2018.

LESSA, Orígenes. **Ilha Grande**: do jornal de um prisioneiro de guerra. São Paulo: Ed. Nacional. 1933.

LEWGOY, Bernardo. **Holocausto, trauma e memória**. WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. v.2 n.1 (jan-jun) 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/31243535/Holocausto_trauma_e_mem%C3%B3ria>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LORCH, Denise Machado. **Loja e objetos criados com base em acervos museológicos**: um estudo para o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/ USP). São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política – Instituto de Museologia de São Paulo, 1999. (Monografia do Curso de Museologia Avançada).

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural, uma reunião de premissas**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG | 2009 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Os paradoxos da Memória**. In: MIRANDA, Danilo Santos de. Memória e Cultura A importância na formação cultural humana. São Paulo: SESC SP, 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/23925159/MENESES-Ulpiano-Bezerra-de-Os-paradoxos-da-Memoria-In-MIRANDA-Danilo-Santos-de-Memoria-e-Cultura-A-importancia-na-formacao-cultural-humana-Sao-Paulo>>. Acesso em: 13 de jul. de 2018.

_____. **‘O dever de memória, direito ao esquecimento e dever de história no campo dos museus’** In: 10º Encontro Paulista de Museus. São Paulo. 2018. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/event_pres/encontros/encontros-paulista-de-museus/x-encontro-paulista-de-museus/relatos-criticos/relato-critico-homenagem-ao-professor-ulpiano-bezerra-de-menezes-conferencia-2018o-dever-de-memoria-direito-ao-esquecimento-e-dever-de-historia-no-campo-dos-museus2019>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto 1992. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável conceitos e princípios**. Textos de Economia. Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142 1993 Disponível em: <<https://docplayer.com.br/23438650-Ecodesenvolvimento-e-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MORIN, Edgard. **Cultura de Massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **A comunicação pelo meio**. Revista Famecos, nº 20. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3197/2462>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

MORO, Fernanda de Camargo. **A proposta do ecomuseu: experiência de Itaipu**. In: Anais 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, 1992. P. 27-48.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. tradução Yara Aun Khury. Revista Projeto História, v. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acessado em: 2 nov. 2018.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v. 1-3.

OLIVEIRA, Daiana Felix de; MONTEIRO, Luciana de Vasconcelos Gomes. **Uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs**. In: Direito, planejamento e desenvolvimento sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/ FUMEC/Dom Helder Câmara; Disponível em: <<http://br.123dok.com/document/zpnlmn4y-uma-abordagem-sob-o-contributo-de-ignacy-sachs-daiana-felix-de-oliveira-luciana-de-vasconcelos-gomes-monteiro.html>>. Acesso em: 25 out. 2018.

OSTROWER, Fayga. **Acasos e Criação Artística**. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

PASSETTI, Gabriel. **Ilha Grande, ilha-cárcere.** Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra17/ilhagrande.htm>> Acesso em: 23 out 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Vai di Chiana** (Toscana, 29 de junho de 1944). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996

PRADO, Rosane. **Tensão no Paraíso:** Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/25/23>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

_____. (org.). **Ilha Grande:** do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond/UERJ, 2006. (Coleção Ilha Grande, v. 2) Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=VyBluj_rglcC&pg=PA7&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 19 abr. 2018.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere.** Rio de Janeiro: Record, 1984.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. **Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet:** Considerações sobre o Orkut, os Weblogs e os Fotologs. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/121985795651418859729998795470196200751.pdf>>. Acessado em 2 nov 2018.

RIBEIRO, Maria das Graças. **Universidades, museus e o desafio da educação, valorização e preservação do patrimônio científico cultural brasileiro.** In: ABREU, Regina. Museus, coleções e patrimônios, narrativas. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museuscolecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

RIVARD, René. **Ecomuseu:** A experiência americana. In: Anais 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, 1992. P. 201-230.

RIVIÈRE, Georges Henri. **Definición evolutiva del ecomuseo.** Revista Museum, vol. XXXVII, nº148. Imágenes del ecomuseo. Paris: Unesco, 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347So.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **La Museologia.** Curso de museologia. Textos y testimonios. Madri: Ediciones Akal. 1993.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura.** Anna Blume-Fapesp: São Paulo. 1998 Disponível em:

<<https://www.estantevirtual.com.br/livros/ademar-ribeiro-romeiro/meio-ambiente-e-dinamica-de-inovacoes-na-agricultura/3787324614>>. Acesso em: 25 out. 2018.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento** – seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Ed. UNESP; 2010. (CAP.1).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SAMPERI, H. R.; CALLADO, F. C.; LUCIO, P. M. B. **Metodologia da Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre, McGraw Hill, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Os porões da república: a barbárie nas prisões da Ilha Grande, 1894-1945**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande**. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro, v.12, n.1, 2005, p. 381-400

_____. **Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)**. In: História, Ciências, SaúdeManguinhos. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1173-1196, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702007000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 mai. 2018.

_____. **Quatro histórias, duas colônias, uma ilha**. Memórias das prisões da Ilha Grande - 1940 a 1970. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas**. USP. 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php>> Acesso em: 23 set. 2018.

SCHEINER, Tereza. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas**. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2018.

UNESCO. **Reservas da Biosfera no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-ciencias/environment/biodiversity/biodiversity/>> Acesso em: 14 fev. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Ecomuseu Ilha Grande - Projeto de Implantação**. Rio de Janeiro. 2003. 55p.

_____. **Projeto Campus Ilha Grande**. Rio de Janeiro. 2001. 50p.

_____. **Relatório Decult UERJ 2008-2015**. Rio de Janeiro, 2015. 159p.

TORAL, Herman Crespo. Museus, Cultura e Desenvolvimento Sustentado. . In: **Anais 1º Encontro Internacional de Ecomuseus**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, 1992. p. 7-26.

TORQUATO, Francisco Gaudêncio. **Comunicação empresarial/comunicação institucional**: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/6635125/comunicacao-empresarial--comunicacao-institucional---gaudencio-torquato>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

VARINE, Hugues de. **El ecomuseo, más allá que la palabra**. Revista Museum, vol. XXXVII, nº148. Imágenes del ecomuseo. Paris: Unesco, 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347So.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **O museu comunitário como processo continuado**. 1995. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **Ecomuseu: A experiência européia**. In: Anais 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, 1992. P. 273-300.

VIANNA FILHO et al. **O Parque Botânico do Ecomuseu Ilha Grande**: Planejamento e Implantação. In: PESSOA, A. e FASOLATO, D. Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/comunicacoes_JardinsHistoricos_2016_5.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Documentos oficiais

UERJ. Ato Executivo de Decisão Administrativa 16, de 20 de dezembro de 2007 - *Cria o Ecomuseu Ilha Grande*.

UERJ. Ato Executivo de Decisão Administrativa 19, de 13 abril de 2010 - *Transforma a estrutura do Ecomuseu Ilha Grande e adota providências para seu funcionamento e manutenção*.

UERJ. Ato Executivo de Decisão Administrativa 12, de 25 de janeiro de 2011 - *Cria o Programa de Extensão Ecomuseu Ilha Grande*.

UERJ. Ato Executivo de Decisão Administrativa 57, de 23 de setembro de 2014 - *Estrutura o Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG*.

UERJ. Portaria 12/SR2/2007, de 21 de dezembro de 2007 - *Indica Myrian Sepúlveda dos Santos para coordenação do Ecomuseu Ilha Grande*.

UERJ; Portaria 05/SR2/2009, de 22 de junho de 2009 - *Indica Ricardo Gomes Lima para coordenador do Ecomuseu Ilha Grande*.

UERJ. Portaria 03/SR3/2010, de 14 de abril de 2010 - *Constitui o Comitê Gestor e Executor do Ecomuseu Ilha Grande*.

UERJ. Portaria 225/REITORIA/2015, de 11 de junho de 2015 - *Nomeia Gelsom Rozentino de Almeida para coordenador geral do Ecomuseu Ilha Grande.*

Fontes orais

Fundo Casa de Oswaldo Cruz - Acervo sonoro da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Projeto de pesquisa: *Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência.*

ALMEIDA, André Luiz - julho de 2018, 13 minutos.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de - janeiro de 2018, 48 minutos.

ALMEIDA, Kelly – julho de 2018, 14 minutos.

CAMPOS, Edervaldo - julho de 2018, 15 minutos.

CANTUÁRIA, Getúlio - julho de 2018, 38 minutos.

CAIARES, Marilda - julho de 2018, 20 minutos.

CHAGAS, Mário – março de 2018, 52 minutos.

LEITÃO, Marcos - julho de 2018, 25 minutos.

LIMA, Ricardo Gomes – fevereiro de 2018, 54 minutos.

PALMA, Néelson - julho de 2018, 23 minutos.

PEREIRA, Jociléa - julho de 2018, 24 minutos.

PEREIRA, Moisés - julho de 2018, 39 minutos.

OLIVEIRA, Viviane - julho de 2018, 8 minutos.

SANTOS, Bruna - julho de 2018, 7 minutos.

SANTOS, Pedro dos - julho de 2018, 12 minutos.

SOUZA, Hotair - julho de 2018, 39 minutos.

SOUZA, Júlio Cesar de - julho de 2018, 22 minutos.

SOUZA, Maria José - julho de 2018, 19 minutos.

Entrevistas indisponíveis ao público.

CAMPOS, Marilene - julho de 2018.

CANTUÁRIA, Teresa - julho de 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos – janeiro de 2018.

WERMELINGER, Viviane – agosto de 2018.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 1.794, de 11 de setembro de 1894 - *Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 145, de 11 de julho de 1893.*

BRASIL. Decreto-lei 4.103, de 9 de fevereiro de 1942 - *Dá nova denominação e localização à Colônia Agrícola de Fernando de Noronha.*

BRASIL. Decreto-lei 319, de 7 de março de 1938 - *Cria uma penitenciária agrícola no Distrito Federal, e dá outras providências.*

BRASIL. Decreto nº 22.698, de 19 de novembro de 1996 - *Dispõe sobre competência para prática dos atos que menciona.*

BRASIL. Lei nº 3.228, de 3 de setembro de 1884 - *Autoriza a liberação de 500:00\$000 com medidas preventivas contra a invasão do Cólera-Morbus no Império.*

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 15.273, de 26 de junho de 1971 - *Cria o Parque Estadual da Ilha Grande.*

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 9.452, de 5 de dezembro de 1982 - *Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APATAMOIOS), no Município de Angra dos Reis.*

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 20.172, de 01 de julho de 1994 - *Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, localizada no Município de Angra dos Reis, criada pelo Decreto Nº 9.452, de 05/12/86.*

Periódicos

Agência Brasil

A Luta Democrática

A Noite

A República

Correio da Manhã

Diário de Pernambuco

Estado de São Paulo

Exame

Folha de São Paulo

Gazeta de Notícias

Isto é

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

O Globo

O Fluminense

O Cruzeiro

O Paiz
Portal G1
Portal Uol
Tribuna da Imprensa
TV Globo
TV Record
Última Hora

Sítios eletrônicos

academia.edu
agenciabrasil.ebc.gov.br
agenda2030.com.br
alerj.rj.gov.br
angra.rj.gov.br
acervoestado.com.br
arquivosdaditadura.com.br
bibliotecadigital.fgv.br
bndigital.bn.gov.br
brasil.gov.br
camara.leg.br
casaruibarbosa.gov.br
coloniadoisriosilhagrande.br
cremerj.org.br
divulgacandcontas.tse.jus.br
ecodebate.com.br
extra.globo.com
folha.uol.com.br
g1.globo.com
globalherit.hypotheses.org
hugues-devarine.eu
icmbio.gov
inea.rj.gov.br
icom.museum

ivt.coppe.ufrj.br
ilhagrandehumanidades.com.br
ilhagrande.org
jb.com.br
jusbrasil.com.br
legis.senado.leg.br
meioambiente.uerj.br
mma.gov.br
mpf.mp.br/pgr
museus.gov.br
nacoesunidas.org
oglobo.globo.com
portalfgv.com.br
portal.iphan.gov.br
klepsidra.net
rbma.org.br
redemuseologiasocialdorj.blogspot.com
redesirius.blogspot.com
revistamuseu.com
revistas.pucsp.br
revistas.ulusofona.pt
scielo.br
sr2.uerj.br
stf.jus.br
timeshighereducation.com
tribunasulfluminense.com.br.gov.br
turismo.gov.br
unesco.org
uerj.br
facebook.com/abremc

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista

Questionário 1 (Gestores, idealizadores do projeto)

Nome:

Data de nascimento:

Idade em 2007:

Nacionalidade:

Natural:

Área de formação:

Curso de Graduação/ Instituição/ Período:

Pós-Graduação/ Instituição/ Período:

Outros cursos:

Sua especialização:

Como foi a implantação do Ecomuseu Ilha Grande da Uerj?

Quais os maiores desafios enfrentados?

Como foi o processo junto à população local?

Como se deu a questão referente à preservação do meio ambiente?

Qual foi o impacto dessa questão no dia a dia da população local?

O Ecomig é composto por núcleos com características típicas de museus universitários, tanto com relação à estrutura como também à administração dos mesmos. Porque a opção por um ecomuseu considerando tais características?

Atualmente o Ecomig difere um pouco do projeto inicial. Várias ações previstas não foram concretizadas, ou foram efetivadas de forma distinta. Como você avalia essas mudanças?

Na sua opinião, de que forma o Ecomig contribui ou pode vir a contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento e para a vida sociocultural da Ilha Grande?

Quais foram ou são os projetos mais relevantes?

Tendo em vista o grande fluxo de visitantes na Ilha Grande, quais seriam as atividades a serem desenvolvidas pelo Ecomig para a educação patrimonial?

De acordo com Hugues de Varine, muitos modelos de ecomuseologia passaram por processos de esgotamento, tanto na Europa como no Canadá. Isso se deu pelo fato de não se considerar a participação da comunidade. Você acha que o Ecomuseu corre riscos? Quais seriam?

Na sua opinião, qual a utilidade do Ecomig?

Como você avalia o futuro do Ecomig?

Questionário 2 (Moradores da região)

Nome:

Data de nascimento:

Idade em 2007:

Nacionalidade:

Natural:

Área de formação:

Curso de Graduação/ Instituição/ Período:

Pós-Graduação/ Instituição/ Período:

Outros cursos:

Sua especialização:

Para você o que é ecomuseu?

Qual é a sua relação com o Ecomuseu Ilha Grande?

Como foi a implantação do Ecomuseu Ilha Grande?

Quais os maiores desafios enfrentados?

Como foi o processo junto à Uerj?

Qual foi a sua participação na criação do acervo do Ecomig?

Qual a importância do Ecomig para você?

Qual a importância do Ecomig para seus filhos e netos?

De que forma o Ecomig modificou o seu cotidiano a partir da sua inauguração?

Você chegou a contribuir para a construção do Ecomig? De que forma?

O que você entende como patrimônio?

No caso, você atribui importância à educação patrimonial?

O que você acha mais interessante no Ecomig?

Existe algo que você gostaria de modificar?

Você acha que o Ecomig melhorou a vida dos moradores da região? De que forma?

Você acha que o Ecomuseu Ilha Grande representa a história e a memória da Vila Dois Rios?

Como se deu a questão referente à preservação do meio ambiente?

Qual foi o impacto dessa questão no dia a dia da população local?

Você acha que o Ecomig é responsável por desenvolver a cultura e o crescimento da região?

Você acha que o Ecomig deve sinalizar a trilha que liga Abraão à Dois Rios, com informações sobre distância, preservação do ambiente, lixo, etc?

Você acha que é importante sinalizar os núcleos do Ecomuseu Ilha Grande em Vila Dois Rios? Por que?

Inicialmente havia a previsão de se criar um Centro de Informações do Ecomig no Abraão, para auxiliar na divulgação do ecomuseu. Você acha que seria bom retomar essa ideia?

Você tem algum vínculo financeiro com o Ecomuseu? Qual?

Em 2016, o Ecomuseu Ilha Grande foi obrigado a fechar as portas por nove meses, em função da grave crise que a Uerj vem enfrentando. De que forma isso te influenciou?

Qual é o futuro do Ecomuseu?

Gostaria de esclarecer ou acrescentar algo que não tenha sido abordado com relação ao Ecomuseu Ilha Grande?